

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CONRADO OTTOBONI BAGGIO

**“Tecnicamente, nós vencemos a guerra”: a persistência do
Boko Haram na Nigéria**

São Paulo
2023

CONRADO OTTOBONI BAGGIO

**“Tecnicamente, nós vencemos a guerra”: a persistência do
Boko Haram na Nigéria**

Versão Original

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Piquet Carneiro

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação*

Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Catálogo na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Baggio, Conrado Ottoboni

"Tecnicamente, nós vencemos a guerra": a persistência do Boko Haram na Nigéria / Conrado Ottoboni Baggio ; orientador: Leandro Piquet Carneiro. -- São Paulo, 2023.
121 p.

Tese (Doutorado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

1. Boko Haram 2. Nigéria 3. Terrorismo 4. Região Nordeste 5. Lago Chade I. Carneiro, Leandro Piquet, orient. II. Título.

CDD – 363.32509669

Responsável: Giseli Adornato de Aguiar - CRB-8/6813

BAGGIO, C. O. **“Tecnicamente, nós vencemos a guerra”**: a persistência do Boko Haram e do Terrorismo na Nigéria. 2023. 121p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Para Roberta, a estrutura onde me firmo e a luz que me direciona. Meu farol!

AGRADECIMENTOS

A experiência do doutorado pode incluir muitas coisas. A facilidade não deve ser uma delas. Tendo perfeita consciência disso, aproveito para agradecer a todos que possibilitaram a realização desse objetivo.

Começo pelo meu professor e orientador, Leandro Piquet, que apoiou a realização dessa pesquisa desde o início. Sua calma, orientação, paciência e respeito foram permanentes e imprescindíveis.

Agradeço também aos demais professores da Universidade de São Paulo por todo o conhecimento adquirido ao longo desses anos. Igualmente importantes são os funcionários responsáveis pela manutenção, segurança, limpeza, secretaria e biblioteca do Instituto de Relações Internacionais. Mais do que eficaz, a presença, experiência e solicitude de vocês sempre fez com que tudo fosse, simplesmente, mais fácil.

Obrigado também a todos os companheiros pós-graduandos que conheci (ou reencontrei) no IRI, com destaque para Fernando, Ana Flávia, Johnny, Maressa, Flávia, Irma e, especialmente, à Natália - companheira de mestrado, que sempre torceu pela minha entrada no IRI - e Beatriz - que demonstrou sua amizade e simpatia desde a primeira aula.

Agradeço também ao demais professores (atuais ou que já passaram pela instituição durante a minha presença) do curso de Relações Internacionais da Universidade Cruzeiro do Sul e que dividem/dividiram as responsabilidades da sala de aula: Marli, Ivan, Flávia, José Maria, Ana Flávia e Carlos Eduardo. Também agradeço aos alunos que tive e tenho o prazer de ensinar. Mais do que uma responsabilidade, essa tarefa sempre contribuiu para o meu crescimento intelectual e acadêmico. Reconheço aqui minha dívida para com o professor Flávio Saraiva, a quem agradeço pela oportunidade e confiança.

Sou grato à toda a minha família - incluindo os que estão aqui e os que já se foram - por todo o apoio ao longo dos anos. Esse agradecimento vale para todos os membros da minha família, mas destaco a importância de Orlando, Ruth, Júlio, Vanirde, Nelson, Carolina, Wilson, Silvana, Maria Fernanda, Iberê, Roberta, Luiz Carlos, Flávia, Lívia, Lara, Caio, Theodoro, Bruno, Liza, Beatriz, Danilo, “Orlandinho”, Rosaly, Júlia, Paula, Cristiano e todas as crianças. Vocês me deram tudo que precisava e são vitais para o que consegui com isso até hoje. Um agradecimento especial para minha tia Cristina, uma doutora, uma professora e uma das quatro pessoas mais inteligentes que já

convivi. Seu carinho comigo foi percebido desde cedo. A percepção do seu exemplo profissional foi notada um pouco depois. Em ambos os casos, eles sempre servirão de referência pessoal.

Um “obrigado” especial à minha mãe, Regina, cujo carinho, cuidado e compreensão, para mim, são infinitos. Não escolhemos nossas mães, mas sou grato a qualquer força (destino ou acaso), que fez com que você seja a minha. Sempre recebi o melhor (ou até mais) do que mereço.

Agradeço também à Alyssa, Amanda, Ana, Ana Paula, Bruno, Laura e Vinícius e suas famílias. Amizades valiosíssimas, que considero um privilégio e que se mantêm apesar de muitas condições adversas, inclusive a distância e, a mais cruel de todas, o tempo. Essa lista também inclui meu amigo-irmão, William. Ao longo dos últimos 30 anos, seu companheirismo sempre foi sincero e inquestionável.

Um agradecimento imprescindível à Roberta. O fato de poder compartilhar minha vida com você começou como uma ótima surpresa aleatória, que logo evoluiu para a melhor parte do meu cotidiano, até se firmar como minha maior certeza para o presente e futuro. Ao longo de todo esse processo, seu amor, carinho, apoio, companheirismo e paciência sempre foram constantes. Estendo os agradecimentos ao sr. Silvano, meu sogro, presença simpática e divertida, que sempre me acolheu com respeito e solicitude.

Reconheço também o papel de todos os bichos de estimação, Frida, Lucy, Mufasa, Dexter, Scarlett, Bhagwan e Morgana, companheiros carinhosos das madrugadas de trabalho e que sempre nos lembram do lado bom da vida.

RESUMO

BAGGIO, Conrado Ottoboni. **“Tecnicamente, nós vencemos a guerra”**: a persistência do Boko Haram na Nigéria. 2023, 120p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta tese tem o objetivo de demonstrar os motivos da persistência do Boko Haram, mesmo diante de mais de uma década de esforços por parte do governo nigeriano para combatê-lo. Com essa finalidade, a pesquisa argumenta que os desafios que contribuem para a longevidade do grupo se apresentam de forma horizontal ao longo da sociedade nigeriana (políticos, econômicos e sociais), mas também verticais, tendo causas e efeitos que se inserem nos níveis local, nacional ou internacional. Esse caráter multidimensional do conflito faz com que o histórico de respostas do governo nigeriano – demasiadamente dependente do componente militar - seja ineficaz.

Palavras-chave: Boko Haram. Nigéria. Terrorismo. Bacia do Lago Chade.

ABSTRACT

Baggio, C, Ottoboni. **“Technically, we have won the war”**: the persistency of Boko Haram in Nigeria. 2023. 121p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This thesis aims to demonstrate the reasons for the persistence of Boko Haram, even in the face of more than a decade of efforts by the Nigerian government to combat it. For this purpose, the research argues that the challenges that contribute to the longevity of the group are presented horizontally throughout Nigerian society (political, economic and social), but also vertically, with causes and effects that are inserted at the local, national or international levels. This multidimensional nature of the conflict makes the history of responses by the Nigerian government – too dependent on the military component – to be ineffective.

Keywords: Boko Haram. Nigeria. Terrorism. Lake Chad Basin.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa Administrativo da Nigéria	p.27
Figura 02	Mapa Físico da Região da Bacia do lago Chade	p.28
Figura 03	A População kanuri na África Ocidental	p.34
Figura 04	Divisão política da Nigéria (1960-1963)	p.65
Figura 05	Províncias do Estado Islâmico	p.87
Figura 06	A Região da Base do EI-AO	p.92
Figura 07	Operações Antiterrorismo dos EUA na África (2018-2020)	p.100

LISTA DE TABELA E GRÁFICOS

Tabela 01	Distribuição da população da Nigéria (1952 e 1963)	p.65
Tabela 02	Ganhos do EI-AO por fonte de renda, em US\$ milhões (2016-2018)	p.94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AFRICOM	Comando dos Estados Unidos para a África
AG	Grupo de Ação
AQMI	Al-Qaeda no Magreb Islâmico
ANSARU	Vanguarda par a Proteção dos Muçulmanos na África Negra
ANPP	All Nigeria People´s Party
CENTCOM	Comando Central dos Estados Unidos
CTP	Congresso de Todos os Progressistas
EI-AO	Estado Islâmico na Província da África Ocidental
EMP	Empresas Militares Privadas
EUCOM	Comando Europeu dos Estados Unidos
FTC	Força-Tarefa Conjunta
FTCC	Forças Tarefa Conjunta Civis
GGT	Guerra Global ao Terror
INDOPACOM	Comando Indo-Pacífico
GSPC	Grupo Salafista para a Predicação e Combate
ISWAP	Estado Islâmico na Província da África Ocidental
JAS	Jama'tu Ahlis Sunna Lidda'awati wal-Jihad
FTCM	Força-Tarefa Conjunta Multinacional
NCNC	Conselho Nacional para a Nigéria e Camarões
NPC	Congresso de Pessoas do Norte
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PDP	Partido Democrático do Povo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
RCA	República Centro-Africana
RPC	República Popular da China

RDC	República Democrática do Congo
RNCT	Royal Niger Company's Territories
RSS	Reforma do Setor de Segurança
SARS	Special Anti-Robbery Squad
TPI	Tribunal Penal Internacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 01 – Aporte Teórico e Revisão de Literatura	21
CAPÍTULO 02 - “[...] uma identidade muito especial [...]”: os componentes locais na formação do Boko Haram.....	26
2.1 Aspectos Geográficos e Ambientais	27
2.2 Aspectos Étnicos.....	33
2.3 Aspectos Ideológicos	38
2.4 O Surgimento e Consolidação do Boko Haram	43
2.5 Boko Haram (2003-2009)	48
2.5.1 Apoio e Financiamento.....	48
2.5.2 Disputas Políticas Regionais.....	50
2.5.3 A Insurgência de 2009	52
2.6 Considerações Sobre um Movimento Regional.....	55
CAPÍTULO 03 - “[...] norte da Nigéria era a periferia da periferia [...]”	57
3.1 A Herança Colonial.....	59
3.2 O Estado Pós-Colonial.....	64
3.3 As Desigualdades Socioeconômicas Norte/Sul.....	70
3.4 As Forças Armadas Nigerianas.....	73
3.5 Forças Tarefa Cívicas Conjuntas (FTCC)	79
CAPÍTULO 04 - “Nós anunciamos nossa lealdade ao califa [...]”.....	83
4.1 A Aliança do Boko Haram com o Estado Islâmico	84
4.2 Fragmentação Interna	89
4.3 A Nigéria na “Guerra Global ao Terror”	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

Em 2015, o *Global Terrorism Index*, afirmou que o Boko Haram era a organização terrorista mais letal do planeta. De acordo com o relatório, a organização extremista foi responsável por causar a morte de 6.644 pessoas, ferir outras 1.742, em 453 ataques diferentes e espalhados por quatro países - Camarões, Chade, Níger e Nigéria - somente naquele ano (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2015, p.41).

Um número tão elevado de vítimas, somado à notoriedade que o grupo adquiriu após a campanha global contra o sequestro de 276 meninas em uma escola no vilarejo de Chibok, em abril de 2014, seria suficiente para convencer qualquer líder da ameaça do Boko Haram, entretanto, a extensão da capacidade de ação e resistência do grupo pareciam superestimadas para o então presidente da Nigéria, Muhammadu Buhari. Em dezembro de 2015, quando questionado em uma entrevista sobre o crescimento das ações da organização terrorista, Buhari, respondeu que o grupo havia perdido a sua capacidade de realizar ações articuladas contra as forças nigerianas, naquele momento estaria limitado a atentados à bomba (improvisadas) em mercados e mesquitas, e em seguida afirmou: “[...] portanto, tecnicamente, nós vencemos a guerra” (BBC, 2015, tradução nossa).

A frase dificilmente poderia ser atribuída a alguma inexperiência do presidente. Quando assumiu o cargo em 29 de maio de 2015, Muhammadu Buhari já tinha uma vasta experiência militar. No início de sua carreira nas forças armadas, ele esteve na linha de frente na guerra civil nigeriana (1967-1970), e depois (já promovido ao posto de general) comandou uma divisão blindada durante o breve conflito contra o Chade, em abril de 1983. Ao mesmo tempo, Buhari também acumulou experiência política como governador do estado de Borno (1975-1976), Comissário Federal para Recursos Petrolíferos (cargo equivalente ao de ministro), entre 1976 a 1978, e líder da junta militar que depôs o então presidente Shehu Shagari, em dezembro de 1983 e governou o país até ser, ele próprio, deposto por outro golpe militar, em agosto de 1985 (ANOKWUTE, 2016)¹. Portanto, ao conceder a entrevista, Buhari já era um militar e político que tinha vivenciado guerras, conflitos civis e golpes de Estado, não sendo nem a sua primeira vez no cargo de presidente da Nigéria.

¹ A breve biografia escrita por Anguslaz Anokwute (2016) fornece uma fonte mais detalhada, embora extremamente parcial e favorável de Muhammadu Buhari.

Independente de atribuirmos a fala a um excesso de otimismo e confiança ou à retórica política do início de mandato, o tempo se encarregou de corrigir a afirmação do presidente. Passados quase 08 anos - e um segundo mandato presidencial (2019-2023) - desde a declaração de Buhari, em 2015, o Boko Haram continua ativo.

Constatar a durabilidade do Boko Haram não significa afirmar que não houve mudanças. De fato, o governo nigeriano - em conjunto com forças civis e os países do entorno da Bacia do Lago Chade empregaram esforços expressivos no combate ao grupo. Entre 2009 (ano do aumento da intensidade das ações do grupo) e 2021, o orçamento militar nigeriano quase triplicou, passando de US\$ 1.5 bilhões para US 4.4 bilhões (THE WORLD BANK, 2023). Além disso, no plano internacional, em 2012, a Força-Tarefa Conjunta Multinacional (FTCM) – iniciativa de cooperação militar composta por contingentes do Benin, Camarões, Chade, Nigéria e Níger – foi reforçada com o mandato específico de combater o Boko Haram (MULTINATIONAL JOINT TASK FORCE, 2020). Os resultados dessas medidas foram significativos, com os ataques, danos e mortes causados pela organização, representando, atualmente, apenas uma fração dos números de 2015, quando ela se encontrava em seu auge.²

No entanto, o declínio do grupo não significou necessariamente uma queda da atuação de organizações jihadistas na região. A persistência do grupo abriu caminho para a influência de outras organizações, como a Vanguarda par a Proteção dos Muçulmanos na África Negra (Ansaru, na sigla em inglês), grupo ligado à al-Qaeda, o Jama'atu Ahlis Sunna Lidda'adati wal-Jihad (JAS) ou o Estado Islâmico na Província da África Ocidental – (ISWAP, na sigla em inglês) e, embora esses grupos rivalizem entre si e se enfraqueçam na luta pelo predomínio no Lago Chade, o governo da Nigéria ainda tem dificuldade de exercer um controle direto sobre a região. Em outras palavras, o Boko Haram pode não ser mais a organização terrorista mais letal do planeta, mas as atividades terroristas na área ainda não suficientes para manter a Nigéria na lista dos oito países mais impactados pelo terrorismo (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2023, p.28).

Sendo assim, a **pergunta central da pesquisa** é: por que o Boko Haram - e os grupos que se consolidaram na região a partir dele - têm persistido como uma ameaça relevante, apesar de todo o tempo e recursos empregados pelo Estado nigeriano e os demais países da região contra eles?

² Em 2022, o Boko Haram foi responsável por apenas 72 mortes. Em contrapartida, o ISWAP tem aumentado a sua presença na área e atualmente é a organização mais letal da Nigéria (INSTITUTE FOR ECONOMIC & PEACE, 2022, p.28).

A **proposta da pesquisa** é a de que os grupos extremistas no nordeste da Nigéria e região da bacia do Lago Chade evoluíram, assumindo demandas, praticando ações e exigindo soluções que se alteram em uma velocidade maior do que a capacidade das forças governamentais de lidar com a situação e, portanto, propor soluções eficazes e duradouras para o problema.

O foco da pesquisa é o Boko Haram – grupo formado na Nigéria no início dos anos 2000 e com um impacto limitado ao nordeste do país. Porém, rapidamente a organização se expandiu, transformando-se em um problema nacional (embora a sua área de atuação tenha se mantido restrita à sua região de origem). Posteriormente o grupo estabeleceu, e depois rompeu laços com organizações transnacionais, como a al-Qaeda e Estado Islâmico, dando origem a outras organizações extremistas e exigindo abordagens diferentes por parte das forças de segurança da Nigéria e demais países da região. Portanto, o entendimento das ações do grupo na região passa pela análise e consciência desse processo de transformação das organizações extremistas na região e como ele evoluiu de suas origens locais, para nacionais, regionais e globais, de tal maneira, que as manifestações ocorridas em um desses níveis influenciem (e também sejam influenciadas) por fatores presentes em outros.

Assim, o **objetivo da pesquisa** é examinar o processo de transformação do extremismo no nordeste da Nigéria e região da bacia do Lago Chade. A partir dessa meta, a pesquisa também propõe:

- Analisar as condições que favorecem e motivam a proliferação de organizações jihadistas na região de forma abrangente, considerando os âmbitos local, nacional, regional e global.
- Apresentar os fatores históricos, políticos, étnicos e sociais e econômicos que contribuem para a ameaça na área;
- Determinar o caráter das respostas das forças de segurança dos governos da região e a sua eficácia em solucionar o problema.

A **metodologia**. Essa pesquisa é um estudo de caso sobre a persistência do Boko Haram e outras organizações jihadistas especialmente no nordeste da Nigéria, utilizando uma metodologia qualitativa para compreender a natureza do problema do extremismo jihadista na região. De acordo com Robert Yin (2003) e Bent Flyvbjerg (2006), estudo de caso se aplicam em situações e que o pesquisador investiga um fenômeno contemporâneo realizar generalizações a partir do estudo de um único exemplar por meio de uma seleção minuciosa do caso a ser estudado e da construção competente da narrativa a ser elaborada.

Outra característica dessa metodologia é a possibilidade de uso de múltiplas fontes de pesquisa. A pesquisa utilizou, principalmente, fontes secundárias sobre o tema, incluindo livros, notícias e artigos científicos. Essa dependência em relação a fontes secundárias é necessária devido a própria natureza do tópico. Segundo outros acadêmicos com experiência em tópicos de pesquisa semelhantes, uma vez que a obtenção de fontes primárias sobre terrorismo ou zonas afetadas por conflitos sistêmicos é considerada extremamente difícil, pesquisadores [...] dependem extensivamente da coleta de dados sobre fontes secundárias para reportar o incidente para a comunidade científica (NNAM et al, 2020, p.07). Uma maior abrangência das fontes de informação também ajuda a manter a pesquisa atualizada, enquanto mantém uma melhor correspondência com a situação *in loco*.

Bancos de dados e relatórios, como o *Global Terrorism Index* e *Global Terrorism Database* também são relevantes para constatar a identificação, autoria e descrição dos atos terroristas cometidos na região. Documentos oficiais também foram vitais na constatação das respostas oficiais dos governos e organizações envolvidas com o tema.

Para guiar esse processo será feito uso de uma abordagem histórico-descritiva a fim de fornecer uma ampla visão sobre alguns dos diversos agentes envolvidos na análise do Boko Haram e demais organizações jihadistas relacionadas. A interpretação das múltiplas fontes, somada à análise sistemática e conjuntural dos tópicos da pesquisa auxilia na explicação sobre como os grupos jihadistas da região e transformaram ao longo do tempo, se consolidando como ameaças persistentes.

No entanto, o tema da pesquisa também impõe dificuldades e limitações ao seu desenvolvimento, a começar pelo termo “terrorismo”, que, por si só, apresenta um tópico controverso devido à ausência de uma definição definitiva para o termo e sujeito, significativamente, à opinião e proposta do pesquisador (RONCZKOWSKI, 2018, p.161).

Outra limitação provem da já mencionada dependência sobre fontes secundárias. A obtenção de informações sobre terrorismo a partir das próprias organizações terroristas é virtualmente impraticável e perigosa. Ademais, as fontes governamentais, especialmente recentes, são restritas. No caso da análise do terrorismo na Nigéria, essas dificuldades são acentuadas pelas próprias limitações da estrutura administrativa do país. Um exemplo ilustrativo disso é o fato de que, em 2019, o censo produzido pelo *National Bureau of Statistics* da Nigéria, excluiu o estado de Borno (um dos mais afetados pela presença do Boko Haram) do seu relatório final, com a justificativa de

que a região havia sido considerada “insegura para visita” pelos próprios oficiais do órgão (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2020).

Por fim, apesar da proposta de oferecer uma análise abrangente da atuação dos grupos jihadistas na Nigéria, incluindo seus impactos locais, nacionais, regionais e globais, a pesquisa reconhece a ausência da perspectiva das vítimas diretas do conflito, os indivíduos residentes das regiões afetadas pelos combates entre os grupos terroristas e as forças de segurança. Ainda assim, apesar das limitações apresentadas acima, a validade e objetividade desse estudo não deve ser descartada.

Em relação à **relevância da pesquisa**, ela se mostra útil por quatro razões diferentes. A primeira é a contribuição do exemplo do Boko Haram para o entendimento do atual processo de radicalização de indivíduos e transnacionalização das organizações terroristas em diversas partes do mundo. À medida em que essas organizações proliferam, o conhecimento sobre a sua natureza e os métodos utilizados para combatê-las se mostram relevantes - especialmente no continente africano, onde esse tipo de fenômeno parece proliferou nas últimas décadas – podendo oferecer um modelo para a compreensão de processos similares em outras partes do mundo.

A segunda (embora ligada à primeira), tem caráter recomendatório. A pesquisa tem o potencial de somar-se aos alertas sobre a ineficácia das respostas tradicionais empregadas por políticos e militares sobre a ameaça dessas organizações. Ao salientar as limitações de propostas altamente dependentes de ações militares, a pesquisa reforça as recomendações em prol de abordagens multidimensionais.

A terceira é particular ao país foco da pesquisa. A análise dos problemas enfrentados pela Nigéria representa um exemplo de como o fenômeno atual do terrorismo jihadista transnacional se manifesta no país mais populoso e rico (em termos de PIB) do continente africano, fazendo com que os eventos ali tenham impacto não só na bacia do Lago Chade, mas também em toda a África e, potencialmente, no restante do planeta.

A quarta e última contribuição da pesquisa é acadêmica. A revisão de literatura será desenvolvida de forma mais minuciosa no capítulo seguinte, porém, é possível adiantar que, embora haja uma grande quantidade de estudos sobre o Boko Haram, detalhando a suas possíveis causas, motivações e consequências, a proposta desta pesquisa de oferecer um panorama da situação de

forma a abranger diversos níveis de análise, oferece uma contribuição nova e capaz de preencher, pelo menos em parte, uma lacuna na literatura sobre o tema em questão.

A **organização da pesquisa** está dividida em seis partes diferentes. A primeira parte (onde se insere esse trecho) é a Introdução, e inclui a apresentação do tema, além da formulação da pergunta principal da pesquisa, a proposta central por trás do estudo, os objetivos primário e secundário, a metodologia desenvolvida e a relevância do tema para a área de Relações Internacionais.

O primeiro capítulo inclui o referencial teórico que embasa a proposta de evolução do tema a partir de diferentes níveis, além do detalhamento de conceitos-chave, como terrorismo e jihadismo transnacional. O trecho também apresenta a revisão de literatura, com destaque para o papel da violência na formação do Estado pós-colonial africano, as organizações terroristas e o contato do Boko Haram com organizações transnacionais na região.

O segundo capítulo trata dos aspectos históricos e geográficos no nordeste da Nigéria e bacia do Lago Chade, fornecendo um pano de fundo para a apresentação da criação do Boko Haram na região e reforçando as origens locais do grupo.

O terceiro capítulo apresenta a ampliação das ações do Boko Haram, traçando um paralelo com o processo histórico de desenvolvimento do Estado nigeriano e como os vícios e modelos implementados no país favoreceram a radicalização do grupo e o alçaram à condição de uma ameaça nacional.

O quarto capítulo avança nos níveis de análise, focando na construção de elos do grupo com organizações transnacionais e as relações da Nigéria com a chamada “Guerra Global ao Terror”, aumentando a situação de violência e contribuindo para a complexidade do problema.

Por fim, as considerações finais apresentarão a síntese da pesquisa, incluindo suas principais recomendações.

CAPÍTULO 01 – Aporte Teórico e Revisão de Literatura

A questão se encaixa dentro do conceito de “glocal”, que necessita de uma breve explicação. A palavra é uma junção das palavras “globalização” e “localização” e indica uma fusão entre os dois âmbitos. O termo surgiu durante a década de 1980 para se referir a adaptação de técnicas agrícolas modernas às condições locais de produção e consumo no Japão, sendo rapidamente incorporado no vocabulário do setor de negócios, indicando um produto ou serviço distribuído em escala global, mas com versões adaptadas às características locais específicas. Porém, com o tempo, a palavra adquiriu um significado muito mais amplo, alcançando significados para além da “vulgarização” da sua aplicação original (LOURENÇO, 2014, p.02). Por um lado, se iniciarmos pelo conceito mais básico de globalização, é possível perceber uma tendência a apresentá-la como um fenômeno dialético entre o local e o global, com os eventos que ocorrem em um dos polos produzindo efeitos divergentes ou até contrários no outro. Nas palavras de Anthony Giddens (1991, p. 21, tradução nossa):

Globalização trata da intersecção da presença e ausência, o entrelaçamento de eventos sociais e relações sociais “à distância” com contextualidades locais. Nós devemos entender a expansão global da modernidade em termos de uma relação em andamento entre distanciamento e a mutabilidade crônica de circunstâncias locais e engajamentos locais.

Por outro lado, “globalização” pode ser interpretada como um processo distinto dessa polaridade local/global, sendo na verdade, um amálgama de ambos que poderia ser melhor definido pela palavra “glocal”. Um dos principais autores a avançar a reflexão sobre o termo foi o sociólogo Roland Robertson (1994; 1995; 2003). O autor se opõe à ideia da polaridade local/global (ou universal/particularismo) e, principalmente, à noção de um processo de homogeneização cultural em escala global, sugerindo o uso do termo “glocal” como mais adequado para descrever uma dinâmica de entrosamento entre os dois, com as construções atuais de localidade sendo, na verdade, um produto de reflexões globais. Para Robertson (1994, p.39, tradução nossa):

[...] a problemática local-global depende da visão de que a localidade contemporânea é grandemente produzida em algo como termos globais, mas isso certamente não significa que todas as formas de localidade são, portanto, substancialmente homogeneizada. Uma das maneiras de considerar a ideia de cultura global é em termos de ser constituída pela crescente interconectividade de muitas culturas locais, tanto grandes e pequenas, embora eu certamente não pense que cultura global seja inteiramente constituída por tais interconexões.

Outro autor que também refletiu sobre o conceito de “glocal” foi o sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman (1998; 2013). Para ele, os estímulos de um fenômeno se manifestam de forma independente das causas que lhe deram origem, podendo ser locais, mas com inspiração global ou ter origem global, mas com impactos locais.

No caso de diversas organizações jihadistas, o termo “glocal” é útil para descrever as transformações das estruturas e ações desses grupos nos últimos anos, embora a literatura sobre o tema ainda seja relativamente escassa.

A conexão entre “glocal” e grupos jihadistas internacionais foi proposta de forma pioneira por Jean-Luc Marret para explicar a evolução da natureza de organizações jihadistas na região do Magreb. Em seu artigo, Marret (2008) reafirma a coexistência do global dinâmicas locais por meio do exemplo de como o Grupo Salafista para a Predicação e Combate (GSPC) - facção com origens e demandas fortemente ligadas à guerra civil argelina e com uma atuação essencialmente restrita à esse país - se aliou à al-Qaeda em 2007 – organização de alcance global e que, naquele momento, estava em busca de alternativas para o aumento da repressão das forças dos EUA no Afeganistão – se transformando na Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI).

A partir da discussão apresentada acima sobre o conceito de “glocal” e aplicando às organizações jihadistas, uma “jihad glocal” indica a mescla de narrativas locais e globais, criando um novo fenômeno que abrange, não só ambas, mas todas as alternativas que existem entre elas, como o nacional, regional e transnacional. Assim, ao invés de grupos com uma identidade própria, criados como uma reação às situações locais desfavoráveis, mas que expandem suas atividades (financiamento, estrutura organizacional, alvos...) para o plano transnacional, temos organizações que mantêm demandas e características locais, e, simultaneamente, se apresentam como uma opção de resistência baseada na religião contra a influência de ideias e países ocidentais e seus aliados. De acordo com Mathieu Pellerin, esses grupos: “[...] se adaptam ou se transformam ao favor dos eventos locais, nacionais e internacionais que podem, por exemplo, conduzir esses grupos a redefinir suas agendas, como foi o caso dos jihadistas na Argélia [...]” (PELLERIN, 2019, p.25).

Como mencionado anteriormente, essa interpretação da análise de organizações jihadistas oferece uma nova perspectiva para diversos movimentos terroristas nas regiões do Levante, Golfo Pérsico, Sudeste Asiático, Magrebe e também África Ocidental, incluindo o Boko Haram e as organizações que surgiram a partir dele na Nigéria e bacia do Lago Chade. Em relação a esse último

exemplo, o fenômeno da união do local e global se adequa perfeitamente e a região possui diversos fatores que garantem a necessidade da inclusão dos aspectos locais na análise da situação.

Nos últimos anos, diversos autores vêm alertando para o aumento da dificuldade em criar uma clara distinção entre facções envolvidas em guerras civis e terrorismo. No caso do jihadismo, essa falta de limites seria ainda maior (CRENSHAW, 2017; KALYVAS, 2018; SAMBANIS, 2008). A ideia central que explicaria essa tendência é a interpretação do terrorismo como tática – um meio para um fim – usada para compensar assimetrias de capacidades entre os lados envolvidos em conflitos motivados por uma miríade de desavenças. O legado deixado pelas experiências históricas anteriores da existência de um califado na área ou dos traumas do colonialismo, as divisões étnicas e religiosas na região e a sua inclusão forçada e repentina no sistema estatal moderno ou as disparidades socioeconômicas entre o nordeste da Nigéria e o restante do país. Todos esses elementos locais por si só precisariam ser levados em conta para a compreensão do surgimento e proliferação de organizações terroristas,

De forma simultânea, essas organizações locais desenvolveram relações com grupos jihadistas transnacionais, que adicionam novos elementos à complexidade da situação. A começar pelo desafio de determinar o grau de formalidade desses contatos - que podem variar entre um apoio retórico em nome de vagos interesses convergentes, ou ações concretas, como suporte logístico, treinamento e fornecimento de armas. Além disso, essas relações contribuem para um processo de regionalização do conflito, com o grupo tornando-se uma ameaça maior do que a originalmente local ou nacional. Por fim, também deve-se incluir os diversos casos de ruptura ou rivalidade entre essas organizações, que, além de aumentar o nível de violência na área, também prolifera o número de organizações e demandas existentes, criando ameaças fragmentadas e mais difíceis de serem identificadas e solucionadas.

Isso influencia em um outro aspecto do fenômeno do terrorismo “glocal” e que também se aplica ao caso do nordeste da Nigéria: como enfrentá-lo. Em todo o mundo, as medidas de combate ao terrorismo adotadas pela maioria dos atores estatais têm se mostrado ineficazes contra esse tipo de ameaça, especialmente quando as organizações assumem mais o caráter “glocal”. Isso não significa afirmar que o uso da força deva ser descartado como elemento relevante para a solução do problema, mas apenas salientar que a maioria das respostas atuais privilegiam ações excessivamente militarizadas, em detrimento de alternativas que também incluam medidas nos âmbitos políticos ou mesmo sociais e econômicos. Nesses casos, embora diversos autores discordem sobre o limite exato

ou a ordem de aplicação das medidas alternativas, os mesmos autores (e o tempo) têm demonstrado que esse tipo de abordagem, seja no Afeganistão, Iraque ou Mali, embora capaz de demonstrar respostas imediatas, tende a ser ineficaz em criar condições para uma solução de longo prazo (BYMAN, 2006; DOLNIK, 2002; MONTCLOS, 2021; PELLERIN, 2019; SOPKO, 2021).

As análises tradicionais do Boko Haram e demais grupos na mesma região não são a exceção. Como mencionado no início dessa pesquisa, a persistência do Boko Haram, apesar de mais de uma década de conflito contra as forças de segurança do governo nigeriano ou países próximos, demonstra a ineficiência do Estado em lidar com a ameaça. Mais do que isso, o uso massivo e constante do aparato militar reforça o já existente sentimento de marginalização das populações residentes nas regiões em combate, facilitando as justificativas de radicalização e contribuindo e aprofundando os agravos que geraram o problema e a sua consequente persistência.

Ao apresentar alguns dos aspectos da simultaneidade das ameaças jihadistas atuais, é possível argumentar a favor da análise baseada na ideia de movimento “glocais” no nordeste da Nigéria. Ao mesmo tempo em que ajuda a explicar como a situação “localizada” de violência e dependente de variáveis culturais, étnicas e religiosas, também assume traços transnacionais compatíveis com a tendência regional atual. Além disso, ela também alerta para a inexistência de homogeneizar os grupos ali presentes, seja o Boko Haram ou o ISWAP, e esclarecer que trata-se de grupos que se encaixam nas características “glocais” de estrutura, atuação e objetivos híbridos, como combater a dominação secular dos Estados na área, substituindo-a por um califado islâmico.

Outro elemento que precisa ser definido é a terminologia para se referir ao Boko Haram. Apesar do grupo ser tradicionalmente classificado como grupos “terroristas”, a própria definição do termo é tema de extrema controvérsia. Os atos de terror são um fenômeno bem antigo na história da humanidade. No entanto, com o fim da Guerra Fria, e especialmente após os ataques de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, o tema ganhou relevância, tornando-se uma prioridade nas agendas de estudos de Segurança Internacional (SAINT-PIERRE, 2010, p.11).

Á medida que o assunto adquiriu relevância no cenário internacional, surgiu a necessidade de tentar encontrar uma definição que pudesse ser usada para descrever o “terrorismo”, embora a palavra trouxesse em si um conjunto de ideias e conotações que, na prática, impossibilitava uma definição consensual. No entanto, se até hoje não existe uma definição universalmente aceita, não foi por falta de tentativas. No *Routledge Handbook of Terrorism Research*, Joseph Easson e Alex Schmid compilaram mais de 160 definições diferentes para terrorismo de acadêmicos, instituições

e agências governamentais. Essa variedade de tentativas – mesmo que não seja decisiva para encontrar uma definição unânime – nos mostra como o significado da palavra “terrorismo” ou “terrorista” muda, ao longo das décadas e lugares, assumindo significados políticos importantes (SCHMID; EASSON, 2011, p.99-148). De acordo com Mark Sedgwick, o mesmo valeria para outros termos, como “jihadismo” e “extremismo”, que costumam ser utilizados de forma leviana pela mídia, políticos e até acadêmicos, como se os termos fossem sinônimos (SEDGWICK, 2015, p.36).

As dificuldades de uma definição clara incluem a própria denominação do grupo. O nome “Boko Haram” é, ao mesmo tempo, um “apelido” e uma espécie de “termo guarda-chuva”. *Jama’atu Ahlis Sunna Lidda’awati Wal-Jihad* (JAS) ou “Pessoas Comprometidas com a Propagação dos Ensinamentos do Profeta e com a Jihad” é o nome pelo qual a organização prefere ser conhecida, ainda que muito menos famoso que o seu nome oficial. Desde 2009, o grupo passou por diversos processos de incorporação à outras organizações, mas também de separação e fragmentação. Apesar de “Boko Haram” passar a impressão da existência de uma organização homogêna e unificada, atualmente o termo costuma ser usado para designar diversos grupos terroristas distintos que agem no noreste da Nigéria e região da bacia do Lago Chade e que, em algum momento, fizeram parte ou se incorporaram o Boko Haram, como o *Ansarul Muslimina Fi Biladis-Sudan* (Ansaru), Estado Islâmico na África Ocidental (EI-AO) e *Jama’atu Ahlis-Sunna Lidda’Awati Wal-Jihad* (JAS).

CAPÍTULO 02 - “[...] uma identidade muito especial [...]”: os componentes locais na formação do Boko Haram

Em seu livro “*Native Administration in Nigeria*” (1937), a historiadora Margery Perham fez uma crítica contra alguns aspectos da política colonial britânica na Nigéria (embora certamente, não contra o colonialismo em si). Para ela, a união das porções norte e sul da atual Nigéria dentro da mesma unidade administrativa teria sido um erro, devido às diferenças entre as duas regiões, reforçadas por: “[...] uma identidade muito especial no caso do Norte” (PERHAM, 1937, 326).

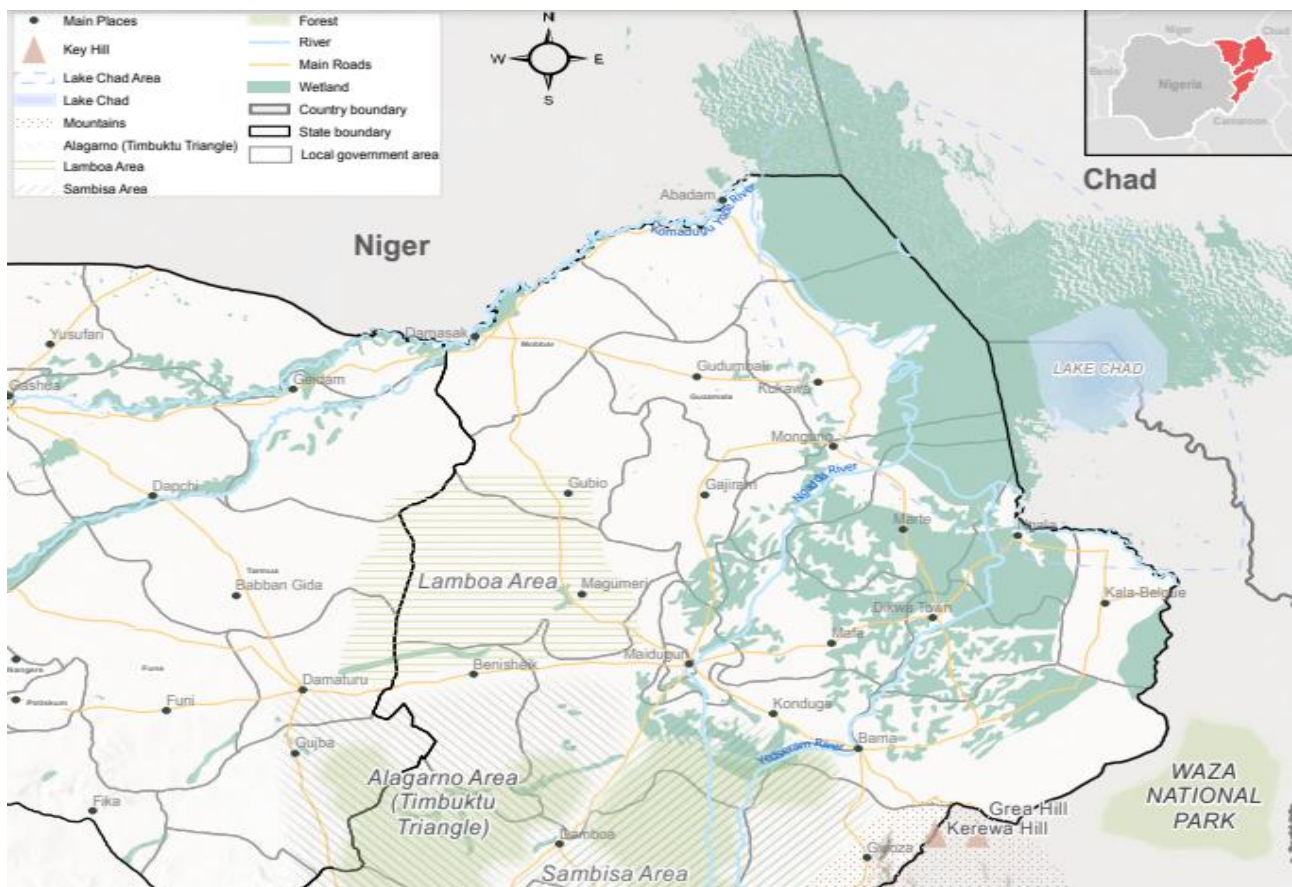
Ao usar o termo “identidade muito especial”, Perham se referia à alguns elementos étnicos, culturais, religiosos e históricos responsáveis por criar um sentimento de particularidade e diferenciá-los do seu entorno. No caso do Boko Haram, a apresentação dessas particularidades é de grande utilidade na tentativa de análise do grupo. Apesar de ter se tornado um dos grupos terroristas mais conhecidos do mundo, dentro de um país com mais de 200 milhões de habitantes e 36 estados e um território federal, a área de atuação do Boko Haram dentro da Nigéria manteve-se (com algumas exceções) concentrada na região nordeste e norte do país, reforçando o argumento de diversos autores - Adam Higazi Brandon Kendhammer, Kyari Mohammed, Marc-Antoine Pérouse de Montclos, Alex Thurston - de que o grupo deveria ser tratado principalmente como uma organização “local”, criada a partir de uma conjuntura de fatores próprios da área (HIGAZI et al. 2018). Em contrapartida, outros pesquisadores, como Jacob Zenn e Andrea Brigaglia, que tendem a enfatizar o papel de organizações transnacionais na evolução do Boko Haram (ZENN, 2017; BRIGAGLIA; IBRAHIM, 2019).

Independente da perspectiva adotada, a importância do aspecto “local” na análise do Boko Haram é vital para o entendimento da persistência do grupo. Assim, esse capítulo apresenta as origens do Boko Haram em quatro segmentos diferentes. No primeiro, são delimitados os aspectos geográficos e ambientais da área básica local do grupo. No segundo, são apresentados os aspectos étnicos da população kanuri, a mais comum entre os membros do Boko Haram. O terceiro mostra como a ideologia por trás do Boko Haram, reforçando na forma como ela se encaixa na retórica do grupo. O quarto relata a trajetória inicial do Boko Haram, desde sua fundação até a consolidação do grupo e a insurgência de 2009. Por fim, o sexto segmento apresenta uma síntese que demonstra as bases regionais do grupo.

desde o Mediterrâneo e o Sahara até os diversos oásis na margem norte do Lago Chade. De acordo com Scott MacEachern (2018, p.23), até hoje, essa rota permanece é uma das mais usadas por migrantes da África Subsaariana em direção à costa da Líbia, na tentativa de ingressar na Europa e membros de organizações como a al-Qaeda no Magreb Islâmico. De forma similar, o eixo leste-oeste também é tradicionalmente usado como rota de migração e transporte de gado entre o rio Nilo e Mar Vermelho e as terras irrigadas do Lago Chade, com o espaço entre a margem sul do lago, ao norte, e as montanhas Mandara, ao sul, criando um corredor de terras férteis (MAC EACHERN, 2018, p.23).

Em ambos os casos, a relevância da bacia do Lago Chade mostra-se central, servindo como ponto central no deslocamento de populações, mas também como uma zona favorável à ocupação humana há milhares de anos, sendo possível dividi-la em três regiões distintas, cada uma com suas características específicas e que oferecem vantagens geográficas para grupos, como o Boko Haram, se abrigarem.

Figura 2 – Mapa Físico da Região da Bacia do Lago Chade



Fonte: <https://reliefweb.int/map/nigeria/nigeria-northeast-nigeria-key-geographic-areas-understanding-conflict-dynamics-20-dec>

Ao norte, a primeira área abrange o próprio Lago Chade. Localizado na fronteira entre a Nigéria, Camarões, Chade e Níger, o lago é o maior corpo de água do Sahel, provendo água, alimento e solo fértil há milhares de anos e servindo de base para o sustento de 30 milhões de pessoas que vivem na região (sendo 26 milhões delas, nigerianas). Porém, ao mesmo tempo em que o consumo dos recursos do lago aumentou, as chuvas e o acesso às terras férteis diminuíram, colocando grande pressão na sua capacidade de renovação. Estima-se que, desde a década de 1960, a área coberta pela superfície do lago tenha diminuído mais de 90%, passando de 25,000 km², em 1963, para apenas 1,500 km², em 2015 (UN WATER, 2015).

A deterioração das condições ambientais tem consequências ecológicas, mas também políticas, sociais e econômicas. Embora não haja consenso sobre uma relação direta entre mudanças climáticas e violência, a noção de que as primeiras agiriam, pelo menos, como fatores multiplicadores da segunda disfruta de maior consenso (GRIFFIN, 2020; PIESSE, 2017; UNDP, 2017).⁴ No caso do Lago Chade, a precarização do acesso à água e comida desde os anos 1970, aumentou as tensões humanitárias e a frustração da população com a falta de controle governamental na região, tornando-a vulnerável para a presença de grupos radicais há décadas. De acordo com Kashim Shettima, ao longo das décadas de 1970 e 1980, concentração de terras e a marginalização de milhões de agricultores e pastores deu origem à Revolta de Maitasine, em 1980, em que mais de 4 mil membros de um secto islâmico extremista teriam sido mortos por tropas do governo nigeriano. Esse episódio - aliado com outra revolta em Bakolori naquele mesmo ano e que teria deixado centenas de camponeses mortos – seriam exemplos iniciais, tanto da violência das respostas governamentais na região, quanto da primeira manifestação de movimentos insurgentes islâmicos na Nigéria, desde a independência do país (SHETTIMA, 1997). Atualmente, a história se repete, com a marginalização das populações da região, somada ao terreno pantanoso e repleto de ilhas resultantes da diminuição das águas do Lago Chade, fazendo da região uma das principais bases para o Boko Haram e outros grupos terroristas (VOANEWS, 2022).

Ao sul, na outra ponta da região da bacia do lago Chade, na fronteira entre a Nigéria e Camarões, o relevo plano termina de forma abrupta, dando início à cadeia de montanhas de Mandara. Apesar do contraste com as planícies ao redor, a altitude média da região não é alta, quando comparada à de outras cadeias montanhosas pelo mundo. Com elevações em torno de 1,100

⁴ Sobre os limites dos debates atuais em relação à ligação entre mudanças climáticas e violência, recomenda-se os artigos de Oleg Theissen (2019) e de Juan e Hanze (2019).

metros, a área tem uma das maiores densidades populacionais rurais do continente africano, sendo propícia para a agricultura e habitada a gerações por populações fugindo do comércio de escravos na região. Nos anos 1950, os povos das montanhas iniciaram um movimento migratório em direção ao norte, para as regiões mais planas do Lago Chade, o que teria contribuído para a crise ambiental e diminuição da área do lago, a partir dos anos 1970 (MAGRIN; MONTCLOS, 2018, p.47).

Historicamente, o terreno montanhoso protegeu as comunidades locais de ataques de outros povos, como os kanuris ou fulanis, porém, uma vez que o Boko Haram se estabeleceu na região, o grupo passou a desalojar as populações nativas da área, passando eles próprios a desfrutar das vantagens defensivas do relevo (ZIRADZO, 2016).

Outra característica importante da área é o intenso trânsito populacional entre a Nigéria e Camarões. Como Bjørn Arntsen descreve, para aqueles:

[...] vivendo na área de fronteira, possuir duas identidades, uma camaronesa e outra nigeriana, não é incomum para facilitar movimentos para lá e para cá. A própria concepção da população local sobre a fronteira entre os dois países é, essencialmente, de ela é irrelevante quando ela permanece em contato com as suas famílias estendidas ou ligações com grupos étnicos, e um obstáculo quando ela é assediada pelas forças de lei e ordem – representando diferentes sistemas coloniais administrativos – e uma fonte de renda quando a diferença de preço entre os dois países pode ser explorada (ARNTSEN, 2023, tradução nossa)

Nesse caso, o intenso fluxo populacional entre os dois países e a falta de um maior controle governamental (cuja fronteira só foi decidida em junho de 2006) adiciona uma vantagem para grupos insurgentes na região, especialmente o Boko Haram, que mantém uma forte presença ali.

Em terceiro e último, temos toda a planície inserida entre a primeira e segunda área apresentadas: respectivamente o lago Chade, ao norte, e as montanhas Mandara, ao sul. De acordo com a descrição de Abubakar Ibrahim sobre essa região que abrange quase todo o nordeste da Nigéria, o clima alterna estações de chuva na primavera e verão, com períodos de seca e fortes ventos secos oriundos do Sahara, conhecidos na África Ocidental como *Harmattan*, destruindo plantações e áreas de pastos e deixando grande parte do solo árido nos estados de Yobe e Borno. A vegetação é formada por savanas, com exceção de algumas áreas de floresta, com a predominância de espécies de plantas espinhosas, que tornam a locomoção extremamente difícil (IBRAHIM, 2012, p.04).

Um exemplo dessas florestas é a reserva de Sambisa, localizada no estado de Borno, à oeste das montanhas Mandara. Com 518 km², a floresta foi preservada como uma área de caça durante o domínio colonial britânico. No entanto, a partir dos anos 1990, a área foi constantemente degradada, a fauna local foi extinta ou migrou e a escassa infraestrutura turística foi depredada ou caiu em desuso, em grande parte pelo aumento de atividades criminais, como caça ilegal e roubo de gado, além de se tornar abrigo para grupos armados realizar ataques contra comunidades vizinhas (LADAN, 2014, p.130).

Como é o caso das outras regiões descritas nesse segmento, a floresta de Sambisa também se tornou um abrigo importante para o Boko Haram, que transformou a área em uma de suas principais bases operacionais após o recuo do grupo de centros urbanos e outros territórios conquistados pelo grupo e que, posteriormente, foram retomados pelas forças de segurança da Nigéria. Desde 2016, as forças armadas nigerianas executaram diversas operações para tentar desalojar o Boko Haram da floresta, com o então presidente Muhammadu Buhari declarando em dezembro de 2016 que os terroristas tinham: [...] “fugido e ficado sem um lugar para se esconder.” (BBC, 2016). Porém, até abril de 2023, tropas nigerianas seguem enfrentando tropas do Boko Haram na região (VANGUARD, 2023).

Foi em meio a esse terreno e cenário de mudanças ambientais e demográficas do nordeste da Nigéria que a maior parte da futura liderança do Boko Haram cresceu, incluindo Mohammed Yusuf e Abubakar Shekau. No caso de Yusuf, o fundador do movimento que ficaria popularmente conhecido como Boko Haram, nasceu, na vila de Girgir, estado de Yobe, em 29 de janeiro de 1970. As informações sobre a sua juventude são contraditórias, com alguns autores afirmando que Yussuf completou o ensino médio em seu estado natal, mas não conseguiu ingressar na Universidade de Maidaguri, enquanto outros dizem que ele abandonou a escola na juventude. No entanto, o que diferentes autores parecem concordar é que ele era um indivíduo inteligente, com uma personalidade carismática e um dom para a oratória (EKHOMU, 2020; ONUOHA, 2012; SALAAM, 2013; THURSTON, 2016).

Apesar da infância em um dos estados mais rurais e isolados da Nigéria, acredita-se que Yusuf tenha recebido uma educação formal, pelo menos em inglês. Além disso, durante a juventude, Yusuf viajou para o Chade e Níger, onde teve uma formação religiosa intensa, até se mudar para a cidade de Maiduguri, capital do estado de Borno. Nos anos 1990, Maiduguri não era só a capital de um estado, mas também o maior centro urbano do nordeste da Nigéria, com aproximadamente

850,000 habitantes. Se por um lado Maiduguri era um centro cosmopolita, onde pessoas de diversas nacionalidades e etnias se reuniam para orar nas várias mesquitas espalhadas pela cidade, por outro, a riqueza e diversidade convivia com a pobreza dos milhares de imigrantes fugindo das secas e da fome nas zonas rurais da região ou países vizinhos e vivendo nas ruas ou favelas da cidade. Segundo Alex Thurston para:

[...] novatos como Yusuf e Shekau, os contrastes devem ter sido impressionantes: eles rezariam na Mesquita Muhammad Indimi, construída por um dos homens mais ricos da Nigéria; mas eles também teriam visto claras evidências dos fracassos dos governos federal e estadual da Nigéria em tornar a vida melhor para as pessoas comuns (THURSTON, 2018, p.46, tradução nossa).

Essa apresentação da geografia das três principais regiões do nordeste da Nigéria – lago Chade, montanhas Mandara e a planície entre as duas – revelam duas informações importantes sobre o crescimento e persistência do Boko Haram. A primeira é demonstrar como as características físicas da área, favorecem a presença de grupos que desejem evitar contato com forças de segurança. Fatores geográficos, como o terreno e a vegetação ajudam na ocultação da presença de bases de insurgentes. Já a segunda, é fornecer indícios iniciais sobre as características da atuação do Estado nigeriano na região, marcada pela ausência ou inação em diversas localidades - a exemplo da falta de controle sobre a movimentação de pessoas na fronteira entre a Nigéria e Camarões - o que favorece o deslocamento de indivíduos, equipamentos e armas dos terroristas.

Longe de ser um problema recente, essas limitações dos agentes governamentais nigerianos – não só militares, mas também civis – são desafios históricos de todos os governos que passaram pela região. De acordo com Christian Seignobos, sobre as experiências de tentativa de controle estatal da área:

[...] sucessivas administrações têm se mostrado incapazes de mapear precisamente os assentamentos desses ‘nômades do lago’ até as tentativas mais recentes. Nenhum censo confiável pode ser feito ali (...) Durante a independência, em 1960, o período conhecido como a ‘domesticação’ das populações – um *leitmotif* dos anos 1930 – ainda estava em curso em torno do lago, pelo menos do lado camaronês. Claramente, o ambiente pantanoso efetivamente protegeu as populações locais da agressão externa (SEIGNOBOS, 2015, p.104).

No entanto, ainda que fatores geográficos sejam importantes para entendermos o que possibilitou a criação e desenvolvimento do Boko Haram na região, eles não podem ser levados em consideração sem a inclusão de outros elementos, como a população e a história.

2.2 Aspectos Étnicos

A Nigéria é um país multiétnico com mais de 250 povos distintos e 500 idiomas diferentes. Dentre esse cenário extremamente diverso, os hausas são a maioria, representando 30% da população do país. Em seguida, os yorubas correspondem a 15,5%, seguidos pelos igbos, com 15,2%. Porém, em algumas regiões específicas do país, a proporção dessas divisões étnicas perde relevância, como no caso do nordeste do país, onde a população kanuri representa o maior grupo étnico local.

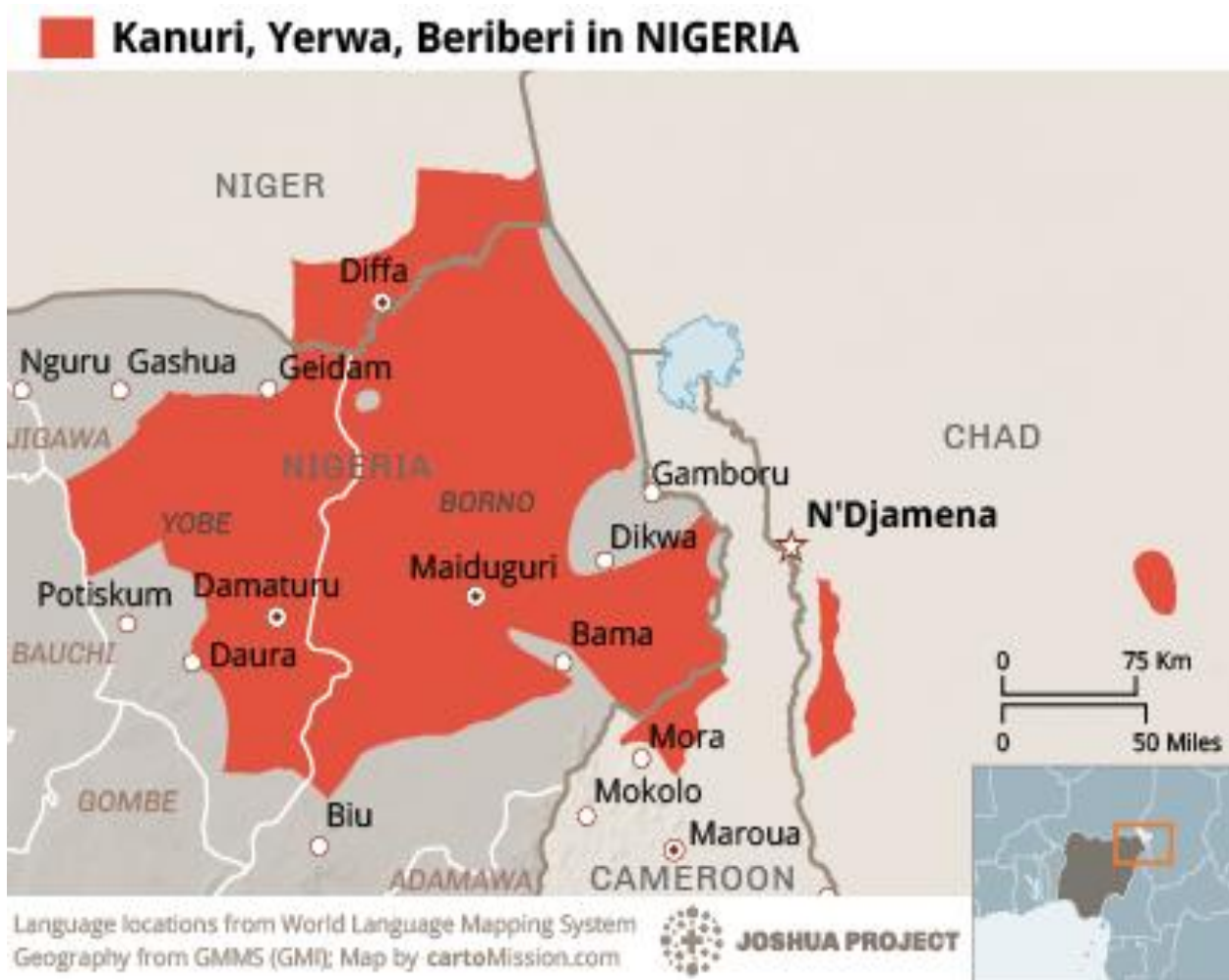
Essa predominância kanuri na região da bacia do lago Chade acaba refletindo na composição étnica do Boko Haram. Estima-se que 08 em cada 10 membros do Boko Haram sejam kanuris. Já no caso das lideranças tradicionais do grupo, como Mohammed Yusuf, Abubakar Shekau e outros indivíduos com posições elevadas, o compartilhamento das origens kanuri são quase absolutas (McGREGOR, 2013; BORGER, 2015).

Atestar essa prevalência dos kanuris não implica em afirmar que esse povo tenha alguma característica cultural que os tornem mais propensos a se juntarem ao Boko Haram, pelo contrário. Em meio a um grupo com milhões de integrantes e concentrado em uma área geográfica relativamente restrita com milhões de integrantes, é óbvio que a grande maioria dos kanuris não desejam nenhuma interação com o Boko Haram e, muitas vezes, são até as maiores vítimas e inimigas do grupo. Da mesma forma (como será apresentado), também não há indícios de que o Boko Haram tenha aspirações etnonacionalistas. No entanto, o aspecto étnico da região onde a organização surgiu e se consolidou não deve ser ignorado, tendo em vista a capacidade do grupo de instrumentalizar narrativas sociais e históricas locais e manter uma base de apoio significativa, especialmente diante da dificuldade para arregimentarem apoio entre grupos à oeste ou sul do lago Chade.

Apesar de comporem mesmo de 4,0% da população de 213 milhões de habitantes da Nigéria, os kanuris somam mais de 3,7 milhões de indivíduos, concentrados principalmente no nordeste do país, sendo o maior grupo étnico nos estados de Borno e Yobe. Além disso, em

conformidade com os diversos casos de povos no continente africano que foram divididos pelas fronteiras dos Estados pós-coloniais, os kanuris também estão presentes em outros países da região, como no Chade (2,6 milhões), Níger (1,5 milhões), Camarões (1,3 milhões), e também Sudão (1,1 milhão) e Líbia (140 mil) (JOSHUA PROJECT, 2023).

Figura 3 – A População Kanuri na África Ocidental



Fonte: THE JOSHUA PROJECT, 2023

Um grande motivo para essa presença transnacional dos kanuris está relacionada com a história desse povo e a expansão do povo kanembu e a criação de um dos maiores e mais longevos impérios da África Ocidental: o Kanem-Borno. Com mais de mil anos de duração, o império Kanem-Borno se beneficiou das terras férteis em volta do lago Chade e das ricas rotas comerciais que cruzavam o continente africano, tornando-se um grande poder político e econômico da região. Durante o seu auge, o império abrangeu os territórios que hoje fazem parte dos atuais estados de

Yobe e Borno, na Nigéria, o norte de Camarões, o leste do Níger, a totalidade do Chade, indo até o sul Líbia (CYFFER, 2006, p.34).

Embora as fontes a respeito das origens do império sejam escassas, sabe-se que os kanembus se estabeleceram nas terras ao redor do lago Chade, por volta do século VIII d.C, provavelmente fugindo da escassez de recursos e pressão política de outros povos da região. Com o tempo, o controle das margens férteis do lago e o controle sobre as ricas rotas comerciais que cortavam o continente africano de norte-sul e de leste-oeste, tornaram os kanembus uma das principais potências militares e econômicas da região, com domínio sobre um território que se estendia das margens sul do Lago Chade, em Camarões e Nigéria e seguia em direção ao norte, pelo Chade e Níger até as terras ao sul da Líbia atual.

Porém, a partir do século XI d.C, o império Kanem (700-1617) entrou em um período de declínio, dando início a dois processos históricos diferentes, porém interligados. O primeiro foi a consolidação do Islã na região. Entre os anos 1480 e 1520, a posição geográfica do império como rota comercial e de peregrinação de fiéis muçulmanos para a cidade sagrada de Meca, o aumento da influência da economia e política, mas também da religião e cultura do Islã sobre a população kanembu e seus governantes deu-se de forma natural e gradativa. Apenas algumas décadas depois, sob o governo do Mai Idris Alauma (1564-1596), o Islã foi proclamado a religião oficial do império (SEARCY, 2016).

O segundo, foi a necessidade do império de mudar sua base geográfica quando ficou claro que não seria possível defendê-lo dos ataques de outros povos da região, como os Bulala. À medida em que os kanembu buscaram refúgio nas terras à oeste, eles passaram também a ter maior interações (incluindo casamentos) com as populações locais de Borno, dando origem ao povo e idioma que ficariam conhecidos como kanuri, além de inaugurar uma nova fase do império: o Kanem-Borno (1617-1893) (KAMTA; AZADI; SCHEFFRAN, 2020, p.97).

Nos séculos seguintes, o império tornou-se um dos mais poderosos do mundo, transformando-se no quinto maior do mundo, em extensão e rapidamente estabelecendo relações diplomáticas com outros poderes vizinhos, como os otomanos, romanos, andaluz, os songhai e até os hijaz, na península arábica. Para além da relevância diplomática, o império também adquiriu influência cultural, com Borno tornando-se um dos maiores centros de cultura e aprendizado, tanto na África, quanto em outras partes do mundo islâmico (ABUBAKAR, 2007, p.10-11).

Dali em diante, entre os séculos XVI e XIX, para as populações locais, o fortalecimento das características kanuri e muçulmanas passaram a ser reforçadas não só como dois elementos distintos de um mesmo povo, mas como identidades codependentes uma da outra. Isso pode ser observado na análise de diversos pesquisadores. Por exemplo, para Atta Barkindo: a “[...] identidade e a administração do império eram distintamente islâmicas. Ser kanuri, o grupo étnico dominante, era ser um muçulmano e o kanuri era o idioma do comércio, ao lado do árabe.” (BARKINDO, 2016, tradução nossa). De forma semelhante, Kim Searcy, afirma que a: “[...] religião islâmica é o fator cultural definitivo que une o povo kanuri no estado de Borno. E os estudiosos kanuris creditam ao seu grupo étnico, a disseminação e preservação do Islã na região” (SEARCY, 2016).

A constatação da importância da identificação que a identidade kanuri tem com a região e a sua extrema conexão com a fé islâmica são importantes para demonstrar a base comunitária que o Boko Haram desfruta na área. Isso não significa – como mencionado acima – que os kanuri tenham aspirações, demandas ou mesmo uma retórica étnica ou nacionalista. No entanto, isso não impede que o Boko Haram se aproveite dessa base a seu favor.

O fato da maior parte dos integrantes do Boko Haram serem kanuris, sendo capazes de se comunicarem, se aproveitarem do conhecimento de redes sociais locais e transitarem por diversos estados ou até mesmo entre países distintos, em meio a uma população com milhões de indivíduos, confere a maior, e talvez mais óbvia, vantagem do grupo em relação a sua identidade étnica, com membros do Boko Haram baseados na Nigéria: [...] frequentemente ligando para seus irmãos e amigos, ou contatando-os por *whatsapp* para sugerir que eles se juntem ao movimento, ou pedindo por dinheiro ou comida” (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016, p.14, tradução nossa).

Além disso, em diversas ocasiões, os laços étnicos e sociais kanuris se mostraram presentes e úteis em demandas e operações logísticas do grupo. De acordo com Zacharias Pieri e Jacob Zenn, tradicionalmente:

[...], os financiadores-chave do Boko Haram também são kanuris (...). No norte de Camarões, o negociador-chefe do Boko Haram no caso do sequestro dos sete membros da família francesa Moulin-Fournier e de um padre francês foi Alhaji Abdallah, um kanuri, exportador de veículos com operações se estendendo até a Líbia. Nas demandas do Boko Haram para a soltura desses reféns, foi pedida a libertação de traficantes de armas kanuris presos em Camarões. As armas foram reportadamente enviadas para a Nigéria de bases kanuri no Cairo, enquanto recibos de viagem da Líbia encontrados em campos do Boko Haram em Camarões, sugerem que as armas foram conduzidas desde o norte da África por

rotas tradicionais do império kanuri até o Boko Haram (PIERI; ZENN, 2016, p.82, tradução nossa).

Partindo da constatação da relevância do componente étnico e social, outros fatores mais pontuais também devem ser considerados. Para Max Siollun (2014) e Emeka Dim (2017), a presença de soldados kanuris nas forças armadas atuantes na região poderia reforçar a percepção de que as ações do governo nigeriano teriam a intenção de promover lutas fratricidas entre membros da mesma comunidade, deixando as tropas vulneráveis a infiltrações ou emboscadas. A respeito desse ponto em específico, algumas fontes divulgaram casos de baixas entre soldados nigerianos causadas por suicídio ou pelos próprios colegas, contudo, é importante ressaltar que informações disponíveis são escassas, sendo inclusive difíceis de verificar se, de fato, o caso teria qualquer relação com fatores étnicos (ABDULLAHI, 2020; SBM, 2020). Na verdade, esses argumentos tornam-se ainda mais improváveis quando, a partir de 2016, o governo nigeriano passou a rotacionar as unidades envolvidas no conflito (ICIR, 2016). Se por um lado, é possível constatar que uma grande parte das forças de segurança atuantes na região são de outras partes da Nigéria, não sendo do norte, kanuris, muçulmanos, ou mesmo falando as línguas locais, embora, esses mesmos fatos signifiquem que as tropas também desconhecem o terreno, idiomas e costumes da área.

No entanto, outras preocupações persistem. Ao invés da possibilidade de falhas de segurança causadas pela possível infiltração do Boko Haram, ou sua ideologia, em meio às tropas kanuris, o principal risco envolvendo a etnia é o de que ela, em sua totalidade, seja vista como fomentadora do grupo e torne-se vítima de uma violência cruzada entre a organização e as forças de segurança, estimulando condições para um conflito sectário na Nigéria, Camarões, Níger ou Chade. De fato, após a intensificação das atividades do Boko Haram entre 2014-2015, cresceram relatos de um aumento nos casos de discriminação contra os kanuris. Em meio aos combates da região, muitos dos refugiados kanuris são estigmatizados como membros do Boko Haram, tendo dificuldade para se estabelecer em novas localidades e até alugar moradia. De forma semelhante, nas prisões, detentos kanuris são vistos com desconfiança pelos outros presos e assediados pelos guardas, reforçando o pensamento de que o Boko Haram seria um “problema kanuri” (OHCHR, 2015; CRISIS GROUP AFRICA, 2016, p.20; OMENI, 2020, p.156).

No caso Mohammed Yusuf, sua juventude, e suas posições enquanto líder do Boko Haram, as evidências também não apontam em direção à formação de uma organização com qualquer pretensão de ser um movimento irredentista kanuri. De acordo com Thurston (2018, p. 48), mesmo

em meio à cidade de Maiduguri, com diversos bairros habitados predominantemente por kanuris, Yusuf se estabeleceu em regiões mais ecléticas, com diversos outros grupos que chegavam à cidade durante os anos 1980 e 1990, contribuindo para a sensação desnorteante de perda do tecido social que compunha a sociedade da região há séculos e o aumento da pobreza e desigualdade entre os povos locais. Esse aspecto étnico é melhor resumido por Barkindo, quando afirma que a história do império Kanem-Borno adotada pelo Boko Haram:

[...] é essencial para a região e fundamental para os seus objetivos, em grande parte porque ressalta a identidade étno-religiosa coletiva dos descendentes do império Kanem-Borno e instila um senso comum de vitimização e missão. Seus líderes têm sido estratégicos em sua seletividade, escolhendo detalhes que melhor se adequam a suas agendas e embelezando a narrativa para apelar mais aos ouvintes e mobilizá-los (BARKINDO, 2016, tradução nossa).

Analisando sob essa perspectiva, as vulnerabilidades dos kanuris - mais do que o imaginário histórico desse povo - explicam o sucesso inicial do Boko Haram no nordeste da Nigéria, com Yusuf, desde cedo, sabendo instrumentalizar a conexão do seu povo com o Islã, a desconfiança em relação ao governo secular do país e a manutenção dos laços transacionais da população.

2.3 Aspectos Ideológicos

Outro elemento básico para entender a formação do Boko Haram no nordeste da Nigéria é a religião, ou, mais especificamente, as manifestações das vertentes religiosas da região e a conexão com a história da área. O Boko Haram é uma organização que adota uma visão particular do salafismo, pondo em prática uma militância islâmica fundamentalista, fazendo deles um dos grupos terroristas mais conhecidos da atualidade. No entanto, movimentos salafistas que empregam métodos violentos e se justificam por meio da jihad, não são uma novidade na região.

A adição das tradições religiosas na análise da gênese do grupo é relevante pois ofereceu ao grupo (pelo menos no início) um componente potencialmente unificador no norte e nordeste da Nigéria. Como foi apresentado, a identidade kanuri é importante para explicar parte do discurso adotado pelo grupo, porém a tentativa de construção de uma identidade própria e apelativa às populações locais baseada em componente étnico tem suas fortes limitações criadas pelo fato das raízes culturais e linguísticas serem difíceis de serem superadas.

Na Nigéria, a parcela de muçulmanos e cristãos entre a população total é muito próxima (48% e 50%, respectivamente). No entanto, as duas religiões claramente separam o país em duas metades, com o sul contendo a maior parte dos cristãos e o norte, os adeptos do Islã. Nos estados de Borno e Yobe (focos centrais das atividades do Boko Haram), essa porcentagem da população muçulmana é, respectivamente, 88,3% e 94,8%, enquanto em outros estados próximos, especialmente da região norte, ela é ainda maior (Katsina, 94,6%, Kano, 97% e Jigawa, 98%) (NWANKWO, 2019).

Nesse sentido, a relevância da religião nas regiões nordeste ou norte e o seu aproveitamento pelo Boko Haram não encontram os mesmos limites que a etnia, permitindo a apropriação de exemplos anteriores de fundamentalismo religioso - mesmo que originados em áreas mais distantes - e incorporando-os à retórica da organização. Nas palavras de Iro Aghedo, dentro do contexto de atuação de movimentos jihadistas no nordeste da Nigéria seria um caso de um “vinho velho em uma garrafa nova” (AGHEDO, 2014).

Um desses principais exemplos é o Califado de Sokoto (1804-1906), estabelecido por Uthman dan Fodio (1754-1817) na área que atualmente abrange o norte da Nigéria, durante o século XIX, e cuja história desfruta de amplo reconhecimento na região África Ocidental. Nascido em Tahou (região localizada na atual República do Níger), dan Fodio foi um teólogo e professor, reconhecido pelo carisma e oratória, que pregava nos reinos dominados pelo povo Hausa (onde hoje ficam os estados de Kebbi, Katsina e Zamfara) no norte da Nigéria, criticando a corrupção e os excessos cometidos pelos governos locais ou a falta de comprometimento com os ensinamentos do Islã (MOUMOUNI, 2021).

As críticas aos governantes locais, somadas ao crescente número de seguidores entre diferentes povos (hausas, fulani e tuaregs) e condições sociais (camponeses e indivíduos com maior instrução), fez com que Dan Fodio passasse a ser perseguido pela elite do reino de Gobir, obrigando o pregador a se exilar. No entanto, em 1804, Dan Fodio reuniu sua ampla base de seguidores e iniciou uma jihad, rapidamente dominando os reinos Hausas da região e fundando o Califado de Sokoto. Nos 30 anos seguintes, Dan Fodio e seus descendentes criaram um dos maiores impérios da

África Ocidental, com um território que se estendia do sul do Níger e norte da Nigéria até o leste, na fronteira com o reino de Kanem-Borno (FALOLA; HEATON, 2008, p.65).⁵

A existência de um império tão poderoso e amplo teve efeitos duradouros. O Califado de Sokoto representou a conversão de milhões de milhões de pessoas para o Islã, expandindo a religião pela África Ocidental, em detrimento de outras culturas e crenças mais antigas. Além disso, no âmbito político, as consequências também foram significativas, unindo os diversos estados hausas sob o domínio de uma só entidade política governada pela sharia. Nas décadas seguintes, quando a presença europeia na região aumentou, esses fatores religiosos e políticos provaram-se mais resistentes do que o próprio Califado. A presença do Islã permaneceu quase como uma força homogeneizadora no nordeste da Nigéria mesmo depois do declínio do Califado de Sokoto e a ascensão do período colonial.

Apesar dos cuidados para mascarar a dominação colonial atrás da fachada de legitimidade dos governos nativos, a presença britânica no norte e nordeste da Nigéria enfrentou resistências, mesmo após a subjugação dos impérios de Sokoto e Kanem-Borno. A partir de 1897, um movimento sufista islâmico e com caráter messiânico, conhecido como mahdismo, começou a se desenvolver na região. O mahdismo logo o apoio de diversos clérigos e camponeses hausas, transformando-se em uma revolta contra os britânicos, mas também se opondo à elite fulani de Sokoto (LOVEJOY; HOGENDORN, 1990, p.229)

A revolta demorou seis anos para ser contida, só sendo completamente subjugada em 1903, porém, suas consequências se mostraram duradouras. Uma delas foi o reforço da aliança entre os britânicos e a elite política fulani de Sokoto, considerados mais moderados - “bons muçulmanos” – em detrimento de outras ordens religiosas, como os mahdistas, vistos como fanáticos - “maus muçulmanos” – radicalizados pela educação islâmica que, portanto, deveria ser contida na região, em prol de uma visão mais secular. No futuro, o tema da educação, podendo ser interpretado no sentido mais amplo de uma “visão de mundo” se tornaria um ponto central da ideologia do Boko Haram (SEARCY, 2016).

Outro legado duradouro (e muito conectado com o anterior) foi a criação das condições para diminuir a legitimidade dos emires, que passaram a serem vistos como instrumentos dos britânicos

⁵ É válido destacar que, embora o reino de Kanem-Borno nunca tenha sido conquistado por Dan Fodio e seus filhos, eles influenciaram diversas revoltas e movimentos que expandiram a influência política e religiosa do califado na região (FALOLA; HEATHON, 2008)

mesmo depois da independência da Nigéria, em 1960, e se estendendo até os anos 2000. Atualmente, o Boko Haram não reconhece a legitimidade da elite política e religiosa dos emires, considerando-os parte de um sistema corrupto e cooptado pelos governos seculares locais e federal da Nigéria, além dos interesses ocidentais da Europa e Estados Unidos.

Quando a história do norte e nordeste da Nigéria é analisada de forma conjunta com a ideologia e interpretação religiosa do Boko Haram, é possível perceber a influência que os eventos locais dos últimos 200 anos tiveram na formação do grupo. As lideranças do Boko Haram têm consciência de que a população muçulmana da região é familiarizada desde cedo com as histórias sobre os feitos de Dan Fodio e incentivam discursos que estabelecem similaridades entre eles. Isso pode ser percebido em diversos discursos, inclusive no do futuro líder do Boko Haram, Abubakar Shekau: “[...] as pessoas do mundo, todos devem saber seus lugares: ou você está conosco, os mujahadin (...) seguindo o credo dos antepassados justos, ou você está com os cristãos (...) Eles são os descrentes. É Uthman Dan Fodio o nosso próprio [exemplo]. (KASSIM; NWANKPA, 2018, tradução própria).”

A comparação é útil para o grupo de diferentes formas. Por meio da apresentação de um precedente histórico recente (existente até o início do século XX), o grupo estabelece a possibilidade da construção de uma sociedade islâmica na região. Ao mesmo tempo, a retórica chama a atenção para o fato de que, no presente, essa mesma sociedade seria governada por pessoas e valores diferentes do Islã (ou pelo menos diferentes da interpretação adotada por eles) (FOREST, 2012, p.75).

Assim, de acordo com essa visão, ambas compartilhariam a convicção de que a supressão dos vícios, corrupção e injustiças só poderiam ser combatidas pela criação de uma sociedade guiada pela aplicação dos valores islâmicos. Assim como Dan Fodio lutou contra a opressão dos governantes hausas, o Boko Haram estaria lutando contra a tirania de uma Nigéria opressiva e imoral.

Além disso, o legado deixado pelo imperialismo europeu não pode ser ignorado. Durante a dominação colonial no norte e nordeste da Nigéria, os britânicos adotaram práticas ambíguas de controle sobre a região. Por um lado, tentaram homogeneizar as culturas locais, forçando a adoção do Hausa como língua franca na região, mesmo diante da resistência de outras culturas, como a de Borno. Porém, ao mesmo tempo, eles restringiram a penetração de aspectos culturais ocidentais, por temerem que isso pudesse servir de base para a influência de outras potências coloniais na área.

Essa atitude se concretizou em medidas como a proibição das atividades de missionários cristãos, especialmente a criação de escolas (PHILIPS, 2018, p.17). Diante dessas circunstâncias, fica claro a resistências das populações em relação à penetração de ideias ocidentais e o aumento da animosidade entre cristãos e muçulmanos, ou até entre vertentes diferentes dentro do próprio Islã (sufistas vs. salafistas), sentimentos esses que o Boko Haram foi capaz de canalizar.

Esse aspecto é perceptível no papel que as escolas voltadas para educação islâmica (corânica), especialmente nos estados de Borno e Yobe. Esse tipo de instituição é antigo na região. No passado, diversas famílias reuniam seus filhos (principalmente meninos com mais de 06 anos de idade) e os enviavam para os cuidados de um estudioso do Islã (*mallam*), com quem poderiam aprender os princípios básicos da religião, do alfabeto árabe e a do Alcorão. Em regiões ou épocas em que a comida era escassa, esses grupos de jovens, que ficaram conhecidos como *almajiri*, tinham a tarefa de pedir suprimentos pela localidade, com a prática sendo vista como parte dos ensinamentos sobre como se prepararem para os desafios da vida. De fato, segundo Aghedo e Eke (2013, p.103), o sistema de *almajiri* produziu diversos juristas e teóricos renomados do Islã.

No entanto, atualmente os *almajiri* tornaram-se sinônimo do descaso e abandono da população jovem no nordeste da Nigéria, especialmente em meio à população rural. Por um lado, parte desse cenário pode ser atribuído à aspectos nativos locais. A estimativa recente é a de que mais de 10 milhões de crianças no nordeste da Nigéria vivam sob o sistema, ficando expostas às condições de pobreza, fome e até abusos. Além disso, o foco em estudos religiosos é feito em detrimento de outros conhecimentos, como matemática, inglês ou ciências básicas, o que reduz ainda mais as chances futuras desses jovens conseguirem empregos (NJOKU, 2020).

Por outro lado, há autores que levam em consideração que a falta de conformidade de parte da população local pelos temas ligados com uma educação secular teria mais a ver com falta de acesso do que uma oposição pura e simples. Isso teria sido reforçado pelos britânicos que preferiram evitar tensões com a população local (HOECHNER, 2014, p.68). Nesse caso, embora uma relação entre o *almajiri* com o radicalismo religioso seja controversa, o sistema expõe a existência de um cenário de desigualdade e marginalização que facilita a cooptação de uma grande parcela jovem e vulnerável da região ao discurso radicalizado do Boko Haram (UMAR; EHRHARDT, 2015, p.09).

2.4 O Surgimento e Consolidação do Boko Haram

Apesar de 2002 ser comumente considerado o ano de criação do Boko Haram, sua origem remonta ao ano de 1995, com a criação da *Ahlulsunna wal'jama'ah hijra* (Organização da Juventude Muçulmana), em Maiduguri. Originalmente liderado pelo clérigo Malam Lawan Abubakar, o caráter sunita salafista do grupo já garantia a ele uma posição extremamente conservadora e crítica à diversos aspectos da política nigeriana e da penetração de ideias seculares e ocidentais na região, entretanto, nessa época, o caráter do grupo era essencialmente não violento, sendo mais reconhecido pelos seus serviços comunitários em favor de viúvas e dos *almajiris* (EKHOMU, 2019, p.03).

Em 2002, Lawan mudou-se para a Arábia Saudita para aprofundar seus estudos na Universidade de Medina, criando a necessidade da escolha de um novo líder para o movimento. O objetivo era escolher um líder mais novo, carismático e que pudesse expandir a base social do grupo e atrair novos membros, especialmente entre os mais jovens. Quando chegou o momento da escolha, os clérigos mais antigos do grupo optaram por Mohammed Yusuf.

Na época, a eleição de Yusuf não foi uma escolha difícil. Muitos dos demais clérigos com a mesma faixa etária de Yusuf também haviam partido para prosseguir seus estudos na Arábia Saudita, o que certamente diminuiu as possibilidades de escolha dentro do movimento, porém, isso não significa que ele não tivesse qualidades positivas próprias. Yusuf havia estudado sob a tutela de Ja'afar Mahmud Adam, um dos clérigos salafistas mais famosos do norte da Nigéria e, com apenas 32 anos de idade, já desfrutava de alguma reputação nos estados de Yobe e Borno como pregador energético e orador talentoso. Além disso, a sua capacidade de traduzir facilmente os versos do livro sagrado do árabe para o hausa ou kanuri facilitavam a conversão e pregação para a população local, em particular os mais jovens (THURSTON, 2016, p.10).

Apesar de não ter tido uma formação religiosa tradicional ou prestigiosa como a de alguns de seus contemporâneos, Yusuf preenchia todas as qualidades desejadas para liderar o Shabaab. Logo, essa junção de oportunidade com talento pessoal e o apoio de Ja'afar Adam fez com que ele tornasse o principal *imam* de Maiduguri, controlando várias mesquitas pela cidade e pregando por todo o norte da Nigéria. Com o tempo, o controle de Yusuf sobre a organização tornou-se tão grande que muitos passaram a referir-se a ela como *Yusufiyya* (seguidores de Yusuf), enquanto os outros seguidores preferiam o nome *Jama'atu Ahlis-Sunnah Lidda'awati Wal Jihad* (Pessoas Comprometidas com a Propagação dos Ensinamentos do Profeta e Jihad). Porém, a retórica

virulenta contra os preceitos de democracia ocidental, secularismo e rejeição de valores identificados com o ocidente fez o grupo adquirir o “apelido” de “Boko Haram”.

O termo é uma junção da palavra árabe “*haram*”, que significa “proibido de acordo com o código islâmico” e “*boko*”, palavra hausa originada do inglês “*book*” (livro) mas que, diante do histórico de desconfiança local em relação aos ensinamentos seculares dos colonizadores britânicos, assume a ideia de algo enganoso, ardiloso, falso e que se opõe à verdade escrita no Alcorão. Portanto, interpretando o termo de forma mais abrangente, Boko Haram teria um significado mais amplo de “civilização ocidental é proibida” (NEWMAN, 2013).

Apesar de ser o nome mais popular da organização, em 2009, Mallam Sanni Umaru, um dos líderes do Boko Haram deu uma declaração rejeitando o termo:

Em primeiro lugar, Boko Haram de forma alguma significa “Educação Ocidental é um pecado” como a mídia infiel continua a nos retratar. Na verdade, Boko Haram significa Civilização ocidental é proibida. A diferença é que, enquanto a primeira dá a impressão de que nós nos opomos à educação formal vinda do Ocidente, isso é, da Europa, o que não é verdade, a segunda afirma nossa crença na supremacia da Cultura Islâmica (e não educação), pois a cultura é mais ampla, ela inclui educação, mas não aquela determinada pela Educação Ocidental. Nesse caso, nós estamos falando dos estilos de vida ocidentais que incluem; provisões constitucionais, uma vez que se relacionam com, por exemplo os direitos e privilégios das mulheres, a ideia de homossexualidade, lesbianismo, sanções em casos de crimes terríveis como tráfico de drogas, estupro de crianças, democracia multipartidária em um país avassaladoramente islâmico como a Nigéria, filmes pornô, prostituição, consumo de cerveja e álcool e muitos outros que são opostos à civilização islâmica (UMARU apud COMOLLI, 2015, p.50).

Independente do nome adotado pelo grupo, as ideias que envolviam um retorno à uma vida mais simples e pautada por valores conservadores e capazes de proteger as sociedades locais de um modo de vida visto como uma importação decadente do ocidente era atrativo em meio à população local. Logo, a própria popularidade de Yusuf ganhou tração própria. O prestígio de Yusuf sobre a massa da população dos estados nortistas tornou-se valiosa para as elites regionais que passaram a oferecer apoio político e financeiro às suas atividades, por sua vez, expandindo os meios para que sua influência se tornasse ainda maior. O maior exemplo dessa ligação inicial de Yusuf com figuras políticas importantes da Nigéria foi a sua conexão com o então senador pelo estado de Borno, Ali Modu Sheriff.

Em 1999, no contexto do retorno da democracia para a Nigéria, a implementação da sharia nos estados nortistas era um projeto extremamente popular, sendo apoiada por sufistas, salafistas e

até por políticos de partidos não islamistas. No caso das elites políticas do norte, a sharia seria uma forma de limitar a influência da maioria cristã no país, enquanto para a população majoritariamente muçulmana do norte, o retorno aos valores religiosos apresentava uma alternativa atrativa em relação a um sistema secular negligente e herdado pelos colonizadores. Essa percepção pode ser observada em números. Em uma pesquisa feita por Matthew Kirwin para o Afrobarometer, entre 2001 a 2007, o número de residentes em estados onde a sharia havia sido implementada aumentou de 55% para 60%, enquanto os índices dos estados onde a lei islâmica não foi aprovada também cresceu, passando de 10% para 28%, durante o mesmo período (KIRWIN, 2009, p.06).⁶

Para políticos como Sheriff, mais do que qualquer afinidade ideológica, o apoio de lideranças religiosas e populares, como a de Yusuf, tinha muito potencial eleitoral (MAcEACHERN, 2018, p.178). Nas eleições para governador do estado de Borno, em 2003, Sheriff queria concorrer contra o atual (naquele momento) ocupante do cargo, Mala Kachalla. No acordo entre Yusuf e Sheriff, o primeiro usaria a sua popularidade para atrair votos para Sheriff e criticar Kachalla por não implementar a sharia de forma ampla o suficiente na região. Em troca, Sheriff se comprometeria a reforçar a aplicação do código de leis islâmico e conceder cargos e apoio político à Yusuf e seu grupo.

A princípio, a parceria foi benéfica para ambos, com Sheriff sendo eleito governador (2003-2007). Durante esse período, o governador pressionou pela expansão do controle da sharia sobre o território, enfraqueceu a jurisdição de oficiais tradicionais e garantiu a nomeação de apoiadores de Yusuf para cargos políticos, sendo apontado como integrante da Suprema Corte de Borno e um dos membros responsáveis por decidir os escolhidos para realizar o *Hajj* (peregrinação para Meca). Em contrapartida, Yusuf e o grupo dariam apoio eleitoral para Sheriff, em um acordo que se manteve vantajoso para ambos mesmo quando Sheriff, concorreu para um segundo mandato (2007-2011) (COMOLLI, 2015, p.82).

Se por um lado, a primeira metade da década de 2000 foi caracterizado pelo estreitamento de laços de Yusuf com figuras políticas em Borno, ou até em Abuja, por outro lado, o período também foi marcado por diversas divisões internas dentro do grupo. A primeira delas se manifestou entre os

⁶ A introdução da sharia no nordeste da Nigéria começou na cidade de Gusau, capital do estado de Zamfara, em outubro de 1999. Antes disso a sharia era aplicada somente em casos cíveis, excluindo os criminosos. Até o final de 2001, 11 estados (Bauchi, Bornom Gombe, Jigawa, Kaduno, Kano, Katsina, Kebbi, Niger, Sokoto e Yobe) juntaram-se à Zamfara, em criar uma ampla legislação voltada fazer suas jurisdições para “compatíveis com a sharia”, incorporando mais matérias civis e criminais do que havia anteriormente.

apoiadores mais moderados do grupo, incluindo o seu mentor, Ja'afar Adam. Embora ambos fossem dois dos imans salafistas mais populares no norte da Nigéria, a partir de 2002, eles começaram a discordar a respeito de temas importantes.

Dois temas parecem ter dominado as disputas entre Adam e Yusuf: a questão da implementação da educação secular na Nigéria e o processo pelo qual a lei islâmica (sharia) deveria ser implementada na Nigéria. Ironicamente, ambos iniciavam seus argumentos a partir de premissas semelhantes. No caso da educação secular, os dois reconheciam que ela uma herança colonial britânica e que não estava de acordo com os valores islâmicos da região. Além disso, alguns aspectos mais específicos, como integrar meninos e meninas nas mesmas salas de aula era um erro, ou até mesmo uma afronta aos valores da sociedade local. No entanto, enquanto Yusuf propunha o banimento das instituições de ensino seculares, Adam argumentava que elas poderiam ser usadas como um instrumento para diminuir a lacuna científica e tecnológica que o Islã se encontrava em relação à grande parte do mundo. Uma forma de prepara-los para apresenta-los às ideias, sistemas e até equipamentos utilizados pelo Ocidente (UMAR, 2012).

No caso do segundo tema - a sharia - a sua completa implementação era um objetivo comum de Yusuf e Adam, contudo, o primeiro defendia que o dever de todo muçulmano era se opor (de forma violenta, caso fosse preciso) ao regime secular e corrupto aplicado a partir de Abuja. Sob essa perspectiva, a ideia de que um muçulmano pudesse trabalhar para o governo nigeriano, em qualquer capacidade, já poderia ser vista como um ato de traição contra a fé. Essa visão era rejeitada por Adam, para quem a aplicação total da sharia deveria acontecer de forma gradual, sem confronto direto com as forças de segurança nigeriana. Além disso, a presença de muçulmanos em postos do governo seria uma forma de garantir que seus interesses fossem garantidos inclusive de dentro das instituições (UMAR, 2012)

A princípio, as discordâncias foram apresentadas de maneira discreta, porém logo elas já haviam se tornado públicas por meio de sermões, panfletos e até fitas cassetes e CDs em que Ja'afar criticava Yusuf. Em 2003, Yusuf e seus seguidores já haviam sido expulsos da mesquita de Indimi, em Maiduguri, onde o próprio Adam havia se oferecido para recebê-los alguns anos antes (LOIMEIER, 2012, p.149).

A rivalidade entre os dois clérigos permaneceu intensa até abril de 2007, quando Ja'afar Adam foi assassinado enquanto conduzia as orações em sua mesquita, no estado de Kano, fazendo com que Yusuf e seu grupo fossem considerados os principais suspeitos.⁷

Se, por um lado, Yusuf recebia críticas por ser considerado um extremista, por outro, havia aqueles dentro de sua organização que o consideravam muito moderado. Esse grupo incluía figuras como Abubakar Shekau e Muhammad Ali. Para eles, as lideranças políticas da Nigéria deveriam ser consideradas como *tafkir* (herege), merecendo sofrer com a jihad. No entanto, as conexões do Boko Haram com políticos importantes, como o governador Ali Sheriff, obrigavam Yusuf a adotar práticas mais cautelosas, mas que, podiam ser interpretadas como hipócritas.

Em outubro de 2003, as divisões internas chegaram ao ápice. Aproximadamente 200 membros da organização romperam com Yusuf e deixaram o ambiente urbano de Maiduguri, em Borno, em direção à área rural do estado vizinho de Yobe. Em dezembro, o grupo finalmente se estabeleceu nos arredores da comunidade de Kanama, próximo da fronteira com o Níger. Todo esse processo de separação, deslocamento e finalmente, assentamento da organização foi um indicativo da presença de componentes extremistas e também messiânicos dentro do Boko Haram desde o início dos anos 2000. Os integrantes do movimento só se comunicavam em árabe, nomeavam seus acampamentos como “Afeganistão” e “Kandahar” e, quando partiram de Maiduguri, denominaram a mudança como uma hégira (exílio) e logo, ficaram conhecidos como “Talibã Nigeriano” (THURSTON, 2016).⁸

O propósito inicial do grupo era manter uma comunidade isolada na região, porém, não demorou muito para eles entrarem em conflito com as forças de segurança do estado de Yobe. Em dezembro de 2003 o grupo se envolveu em disputas com moradores locais em relação à direitos de pesca. Logo, as autoridades da região foram acionadas para lidar com o assentamento de muçulmanos radicais, porém, entre 2003 e 2005, o grupo atacou e ateou fogo em delegacias em Kanama e Damaturo (capital de Yobe). Os ataques rapidamente se estenderam até Gwoza, no estado vizinho de Borno. A princípio, as forças policiais não foram capazes de conter os ataques,

⁷ O pesquisador Andrea Brigaglia (2012) oferece a análise mais detalhada sobre as circunstâncias envolvendo a morte de Ja'afar Adam. Para ela, ainda que o histórico de animosidade entre Adam e Yusuf fosse intenso, a pesquisadora é cautelosa ao apontar a responsabilidade direta do líder do Boko Haram no caso. Segundo ela, os verdadeiros assassinos e os motivos “permanecem obscuros”, podendo incluir desde membros do Boko Haram agindo contra as ordens de Yusuf ou até mesmo o envolvimento do governo do estado de Kano que acreditava que Adam era um risco político e de segurança muito grande para ser tolerado.

⁸ A Hégira foi a fuga do profeta Maomé, da cidade de Meca para Medina, em 622 d.C, e marca o início do calendário muçulmano.

porém, quando o governo federal enviou as forças armadas para lidar com o problema, o grupo foi rapidamente disperso, fazendo uma última resistência nas montanhas de Mandara. Pouco tempo depois, Muhammad Ali foi morto e os sobreviventes do grupo retornaram para Maiduguri e para a liderança de Yusuf (MOHAMMED, 2014, p.12).

Apesar desse “Talibã Nigeriano” ser resultado de uma cisão com o Boko Haram, o nível de envolvimento de Mohamed Yusuf com os eventos de Kanamma é alvo de debates. Para alguns autores, como Adam Higazi (2015), Yusuf apoiou, mesmo que de forma indireta, as ações do grupo, porém, outros analistas, como Kyari Mohammed (2014) é categórico ao afirmar que o líder do Boko Haram não teve qualquer envolvimento com esses acontecimentos.

Independente do verdadeiro grau de participação de Yusuf com os atos de violência daquele período, o fato de muitos dos integrantes do grupo de Kanamma terem sido membros do Boko Haram fez com ele se tornasse uma preocupação de segurança. Ainda em dezembro de 2003, ele foi para o Sudão e, depois, para a Arábia Saudita, para escapar das autoridades nigerianas.

2.5 Boko Haram (2003-2009)

A princípio, eventos como o rompimento com Ja'afar Adam, a dispersão do grupo em Kanamma e a fuga de Yusuf da Nigéria, poderiam ser interpretados como retrocessos na ascensão do Boko Haram. No entanto, analisando os fatos a partir do benefício da perspectiva histórica, esses acontecimentos serviram para fortalecer a liderança de Yusuf e reforçar a unidade dentro organização. Nos anos seguintes, o Boko Haram não só sobreviveu, como também prosperou, principalmente graças ao conjunto dos fatores locais que, desde o princípio, favoreceram o surgimento da organização.

2.5.1 Apoio e Financiamento

Mohammed Yusuf permaneceu pouco mais de um ano na Arábia Saudita, porém, o exílio autoimposto não parece ter prejudicado suas conexões políticas. Em janeiro de 2005 Yusuf retornou à Nigéria livre de qualquer acusação por parte do Estado, principalmente graças à intermediação do vice-governador de Borno, Adamu Shettima Dibal, que intercedeu a seu favor (WILLIAMS; GUTTSCHUSS, 2012, p.30). Esse fato também é um indicativo de que as relações entre Yusuf com o próprio governador que ajudara a eleger, Ali Sheriff, também não deviam estar prejudicadas. Apesar de Yusuf ter publicamente insultado e ameaçado Sheriff pela aparente falta de compromisso

com as promessas em relação à plena implementação da sharia no norte da Nigéria, ambos avaliaram, naquele momento, que um ainda poderia servir aos objetivos do outro.

Durante o primeiro mandato de Sheriff (2003-2007), o governador foi tolerante com a agressividade retórica de Yusuf, em troca do apoio popular da comunidade salafista de Borno, onde Yusuf exercia grande influência. Como contrapartida, em 2005, Sheriff criou uma Secretaria de Assuntos Religiosos e Educação Especial, com a responsabilidade de aplicar alguns aspectos da sharia no estado e nomeou Alhaji Buji Foi, um conhecido membro e financiador do Boko Haram para o cargo de secretário. Além de Sheriff, Yusuf também mantinha contato com dois senadores de Borno, Ahmed Zanna e Ali Ndume (WIKILEAKS, 2009).

Esse tipo de acordo, envolvendo a criação e concessão de cargos em troca de apoio político geralmente era acompanhado por um suporte financeiro. Ona Ekhomu relata que durante o primeiro mandato de Sheriff, o governador garantiu que o Boko Haram recebesse recursos por meio de diversos subsídios governamentais. No entanto, contribuições mais diretas ao Boko Haram foram feitas por outras figuras políticas importantes, como o governador do estado de Gombe, Alhaji Isa Yuguda, e do estado de Kano, Ibrahim Shekarau, que teria feito doações mensais de 10 milhões de nairas (US\$28,000) ao grupo, entre 2003 e 2007 (EKHOMU, 2019, p.69).

Outro financiador importante do Boko Haram foi o sogro de Yusuf, Baba Fugu Mohammed. Foi a partir de doações dele que Yusuf construiu a *markaz* (centro islâmico de oração e ensino religioso) de Ibn Taymiyyah.⁹ Localizada na área central e mais pobre de Maiduguri, a *markaz* começou como uma simples mesquita erguida junto à casa de Yusuf, mas logo evoluiu para um centro comunitário e de estudos religiosos com a capacidade de abrigar centenas de pessoas, especialmente os jovens recém chegados à cidade tentando escapar do crescente processo de desertificação nas zonas rurais ao norte de Borno (WALKER, 2016).

Essa população resultante do êxodo rural chegava em Maiduguri com poucos recursos e se estabelecia no centro da cidade como vendedores ambulantes, lavadores de carro e *okadas* (motoqueiros), com muitos deles encontrando algum tipo de apoio social ou econômico em lugares como o *markaz* Ibn Taymiyyah e formando a base social dos seguidores de Yusuf. Além disso, eles

⁹ O nome da *markaz* de Yusuf foi uma homenagem ao teólogo e jurista islâmico Ahmad Ibn Taymiyyah (1268-1328), considerado um dos principais inspiradores das vertentes jihadistas do Islã e cujas críticas contra xiitas, sufistas e até elites sunitas moderadas são usadas como inspiração por diversos grupos como a al-Qaeda, sendo considerado por muitos estudiosos ocidentais como o principal teórico do terrorismo islâmico moderno (AHMED; RAPOPORT, 2010).

também podiam ser uma outra fonte de recursos. De acordo com Freedom Onuoha, nesse período, Yusuf arrecadava dinheiro por meio de diversos pequenos empreendimentos locais, como concessão de pequenos empréstimos, serviços de táxi e cobrança de taxas diárias (aproximadamente 100 nairas = US\$0,67) dos seus seguidores mais pobres. O autor também relata que, em 2007, Yusuf foi acusado de receber US\$ 3000,000 da al-Qaeda para recrutar e treinar membros para o grupo na Nigéria e Mauritânia (ONUOHA, 2014). No entanto, é importante ressaltar que apesar de eventos pontuais, como o apresentado por Onuoha, servirem de exemplo para demonstrar ligações iniciais do Boko Haram com grupos jihadistas transnacionais, como a al-Qaeda, não há indícios de conexões mais sólidas entre eles durante a década de 2000. Ao longo do período entre 2002 e 2009, o Boko Haram consistia em uma organização essencialmente local, que dependia do apoio político e financeiro de políticos e empresários do norte da Nigéria para financiar suas atividades e recrutava membros entre a população local.

2.5.2 Disputas Políticas Regionais

Durante os primeiros anos da consolidação e expansão de seu *markaz* em Maiduguri, Yusuf foi pouco incomodado pelas autoridades do governo de Borno. Sua aliança de conveniência com Sheriff permitia a ele uma tolerância por parte das autoridades, algo impressionante, considerando suas repetidas e amplas críticas à pessoa do governador, ao seu governo, e até à própria natureza secular do governo. Imperava um clima de negligência benigna por parte das forças de segurança, facilitada pelo fato de que, até o momento, Yusuf e aqueles sob sua liderança direta, terem uma atitude de não-confrontação (exceto na retórica) com o estado.

No entanto, esse cenário, além de tenso, logo se mostraria tênue. No início de 2007, o cenário político no estado de Borno era diferente daquele de 2003 e tanto Mohammed Yusuf quanto Ali Sheriff encontraram poucos motivos para se adaptar.

Para Yusuf, os anos anteriores tinham sido ao mesmo tempo, de expansão política, mas de retração doutrinária. Apesar de ter Maiduguri e o estado de Borno como epicentro, seus sermões e apoiadores políticos passaram a incluir outros estados pelo norte, como Yobe, Bauchi e até Níger.

Ele intensificou suas críticas ao Estado nigeriano, voltando-se cada vez mais para a intenção de construir sua própria comunidade, à parte dos valores seculares do norte da Nigéria pós-colonial. Yusuf expandiu ainda mais seu *markaz*, que passou a incluir escolas onde as crianças de famílias pobres poderiam, sua própria polícia, fazendas para tornar-se autossuficiente na produção de

alimentos, tudo administrado por um gabinete centralizado em torno de si. Nas palavras de Andrew Walker: “[...] *um Estado dentro do Estado* [...]” (2012, p.03, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, dentro da segurança do *markaz*, seus sermões também ficaram mais hostis. Ele fazia menções a injustiças sofridas por muçulmanos em outras partes da Nigéria e até do mundo, mas com o objetivo de provocar nos ouvintes temor e o sentimento de vingança de que coisas semelhantes poderiam acontecer ali no norte. Em fevereiro de 2006, Yusuf perguntou se seus seguidores: “[...] *poderiam sequer imaginar os muçulmanos em Guantánamo? No Iraque, pessoas têm sido humilhadas em suas casas, em seu próprio país*” (APARD, 2015, p.45). Porém, seu foco foi a possibilidade de eventos semelhantes acontecerem em Borno. Na época mais de 80 muçulmanos haviam sido mortos em um episódio de violência sectária em Onitsha, capital do estado de Anambra, no sul do país. Sobre o episódio, Yusuf foi categórico:

Quando [os infiéis] têm poder, quando eles têm o controle, eles não demonstram nenhuma piedade. Em Onitsha, eles mataram todo mundo. Em Maiduguri, houve embates. Eles queimaram casas, mas não foi nada comparado com Onitsha. É por isso que não podemos baixar nossas armas (...) Porque se eles ganharam uma vantagem sobre vocês, eles não os poupam. Vocês não podem amá-los, vocês não podem demonstrar amor por eles, mas vocês podem demonstrar resistência.” (APARD, 2015, p.45, tradução nossa).

Para Ali Sheriff, a época também significou mudanças. Até o final de seu primeiro mandato – conquistado graças ao apoio de Yusuf – as críticas do líder salafista ao seu governo eram um incômodo que podia ser tolerado. Apesar de não ter cumprido com todas as promessas feitas em relação à plena aplicação da sharia no estado, ele havia concedido um apoio político e financeiro significativo ao Boko Haram e Yusuf sabia disso. Sheriff também calculava que, na disputa por um segundo mandato, o apoio de Yusuf poderia ser útil novamente. No entanto, em 2007, quando o cenário político pela disputa do governo do estado se consolidou, Sheriff viu-se em uma situação mais confortável do que havia antecipado. Para Alex Thurston, em 2003, Sheriff era o candidato desafiante ao cargo e precisava do apoio de radicais, como Yusuf, porém em 2007, o governador já contava com o aparato estatal a seu favor, e ele havia desenvolvido boas relações com os políticos em Abuja. Sheriff venceu as eleições facilmente, com uma margem maior do que no pleito anterior (THURSTON, 2018, p.123-124). O jornalista Ahmad Salkinda, que acompanhava a política local em Borno e o Boko Haram, chegou a escrever, até dois anos depois das eleições de 2007 que:

[...] a quase ausência de uma oposição vibrante é interpretada de duas formas por muitos residentes do estado: que os feitos sem precedentes do ANPP, liderado pelo governo, fez a oposição no estado aparentemente irrelevante. Outros afirmam que é a postura de intimidação do governador Ali Sheriff que levou ao status quo presente no estado (SALKINDA, 2009).

A frase indica como, naquele momento, sem ter que se preocupar com outra disputa eleitoral e tendo consolidado ainda mais seu poder dentro do estado, o Boko Haram não era mais um incômodo que precisasse ser tolerado. Depois da reeleição, Sheriff aumentou a pressão sobre o grupo e sua liderança. Buji Foi, membro do Boko Haram e que permanecia como Secretário do governo renunciou ao cargo. Alguns membros do grupo começaram a ser presos. O próprio Yusuf foi detido várias vezes. Em novembro de 2008 o Serviço de Inteligência da Nigéria acusou-o de incitar animosidades contra o governo da Nigéria e ele teve que comparecer diante da Corte Suprema em Abuja, porém logo foi libertado sob fiança e as acusações não prosseguiram. Finalmente, no fim daquele mesmo ano, o governo estadual de Borno proibiu Yusuf e seu vice-líder, Abubakar Shekau, de pregarem em público (WILLIAMS; GUTTSCHUSS, 2012, p.32).

Ao usar a máquina do Estado para persegui-lo politicamente, Sheriff só aumentou a convicção de Yusuf e seus seguidores de que a convivência com os governos estaduais e federal da Nigéria era inviável. Mais do que isso, reforçou também o sentimento de perseguição política. A retórica virulenta de Yusuf contra o Estado não era mais suficiente para aplacar os integrantes do grupo que eram assediados pela polícia e até a tática de isolamento no *markaz* não era mais possível diante das ordens de prisão do governo federal. A aliança local entre o líder de um grupo salafista e o senador com aspirações de tornar-se governador do Estado não existia mais. A violência tornou-se uma das poucas opções para Yusuf e seu grupo.

2.5.3 A Insurgência de 2009

O confronto entre o Boko Haram e as forças de segurança da Nigéria finalmente eclodiu em julho de 2009. No ano anterior (novembro de 2008), Sheriff havia lançado a “Operação Flush II”, que consistia em um esforço conjunto entre a polícia e os militares para tentar lidar com os altos índices de criminalidade em Maiduguri, que incluíam assaltos, invasão de domicílios e sequestros relâmpago. O problema era antigo e real por todo o estado de Borno, porém, logo começaram a

surgir queixas sobre a atuação das forças de segurança, que estariam cometendo constantes abusos de autoridade e crimes contra a população (OMENI, 2020, p.33).¹⁰

A intensificação do policiamento, combinada com a atitude intimidatória também foram sentidas pelo Boko Haram. As medidas vieram acompanhadas de uma nova lei federal que exigia que motociclistas usassem capacetes. Uma vez que muitos dos integrantes do grupo utilizam motos como o principal meio de transporte, os bloqueios nas estradas, fiscalizações e até apreensões dos veículos feitas pela polícia para garantir o cumprimento da norma foi percebido como algo especificamente criado para assediá-los. Por sua vez, a recusa dos membros do Boko Haram em descumprir a lei era vista como mais uma forma do grupo desafiar a legitimidade e autoridade do governo (COMOLLI, 2015, p.53).

Em 11 de junho de 2009, um grupo de membros do Boko Haram estava indo em direção ao cemitério para o enterro de um companheiro que havia morrido em um acidente de trânsito quando foram interrompidos pela polícia por não estarem usando capacetes. A abordagem gerou uma briga que terminou com 17 membros do Boko Haram alvejados nas pernas. Neste ponto, as versões sobre o que teria motivado o tiroteio divergem. Segundo as autoridades, os oficiais só teriam disparado depois que um dos motociclistas roubou a arma de um dos policiais e disparado contra eles. No entanto, os membros do grupo negaram essa versão e acusaram a polícia de iniciar os disparos (SMITH, 2016, p.93; WALKER, 2012, p.04).

A reação de Yusuf ao caso foi rápida. No dia seguinte (12 de junho), ele escreveu um discurso intitulado “Carta Aberta para o Governo Nigeriano ou Declaração de Guerra”. Nele, o líder do Boko Haram atacava o Estado nigeriano e se dirigia diretamente ao presidente da Nigéria, Alhaji Musa Umaru Yar’adua, ao inspetor geral da polícia, ao diretor-geral do Serviço de Segurança Estatal, o chefe do Estado-Maior da Nigéria, os comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, os membros da Assembleia Nacional (deputados e senadores) e o governador de Borno, Ali Sheriff, a quem Yusuf se referiu como “pequena autoridade” (KASSIM; NWANKPA, 2018).

Nas semanas seguintes, as tensões aumentaram e cresceram os indícios de que o Boko Haram planejava ações violentas contra o governo. Em 21 de julho, a polícia apreendeu materiais

¹⁰ As forças de segurança da Nigéria parecem apresentar um padrão histórico de coerção contra a população mesmo em outras localidades do país. Em 2020, o Esquadrão Especial Anti-Roubo (SARS, na sigla em inglês), uma força especial criada em 1992 para agir especificamente contra roubos violentos em Lagos e no sul da Nigéria, foi extinto, depois de uma ampla campanha nacional que acusavam a unidade de cometer diversos crimes que incluíam extorsão, roubos, estupros e tortura.

para a fabricação de explosivos na casa de um integrante do grupo na cidade de Biu, à 180 quilômetros de Maiduguri. Alguns dias depois, outro membro da organização morreu quando a bomba que ele estava preparando detonou por acidente (WILLIAMS; GUTTSCHUSS, 2012, p.33).

O conflito aberto teve início em um domingo, 26 de julho, quando membros do Boko Haram invadiram e destruíram a delegacia Dutsen Tanshi, no estado de Bauchi. Entre os dias 26 e 27, ataques similares contra delegacias e prédios governamentais aconteceram em Borno, Kano, Yobe e Katsina. Em Maiduguri, o grupo também atacou o quartel-general da polícia, uma escola primária, algumas igrejas e invadiram uma prisão, libertando diversos detentos. Essas ações deixaram a morte de 01 carcereiro, 02 policiais, 50 civis e 22 indivíduos suspeitos de fazerem parte do grupo (GORMAN, 2009).

Apesar do aparente alto nível de fatalidades entre os membros do Boko Haram, a coordenação dos ataques do grupo, realizados de forma quase simultânea ao longo de 05 estados diferentes, convenceu as autoridades em Abuja que a polícia não seria suficiente para lidar com a insurgência. No dia 28 de julho, o presidente Yar'Adua manteve uma visita programada ao Brasil, mas autorizou o envolvimento das forças armadas nos estados sob ataque. Tropas da 3ª divisão blindada entraram em Maiduguri e se envolveram em combates contra o Boko Haram, que logo se entrincheiraram no *markaz* de Yusuf. O cerco durou até o dia seguinte, quando os soldados bombardearam o local, destruindo-o completamente. A insurgência do Boko Haram tinha deixado muitas vítimas, porém as ações do exército contribuíram de forma significativa para elevar o número de mortos. Quando os combates finalmente cessaram, em 30 de julho, aproximadamente 800 pessoas estavam mortas, incluindo 28 militares e policiais, 500 membros do Boko Haram e 300 civis (SMITH, 2016, p.97; GRAY; ADEAKIN, 2015, p. 191).

Mohammed Yusuf foi capturado em uma propriedade pertencente ao seu sogro no mesmo dia e levado ao alojamento militar de Maiduguri onde foi interrogado e depois transferido para o quartel-general da polícia onde foi morto. Eric Gutschuss e Daniel Williams (2012, p.36) descrevem como a polícia deu versões contraditórias sobre a morte de Yusuf. A princípio, o inspetor-geral assistente da polícia, Moses Anegbode declarou que Yusuf havia morrido depois de uma tentativa de fuga. Já o comissário de polícia do estado de Borno, Christopher Dega, afirmou que Yusuf teria morrido durante o confronto com os militares. No entanto, os autores revelam que diversas fontes afirmam que Yusuf teria sido executado pela polícia. O segundo no comando da organização,

Abubakar Shekau conseguiu escapar, mas também chegou a ser declarado como morto pelas autoridades (uma das muitas vezes em que isso aconteceria, sem de fato, ser verdadeiro).

De fato, diversas outras execuções extrajudiciais ocorreram após a morte de Yusuf. No dia 31 de julho, Buji Foi, ex-secretário do governo de Sheriff e antigo financiador do Boko Haram foi preso e depois morto também no quartel geral da polícia. Naquela mesma manhã, o sogro de Yusuf, Baba Fugu Mohammed, de 72 anos também foi executado em um bloqueio da polícia, depois de se apresentar espontaneamente para prestar esclarecimentos (WILLIAMS; GUTTSCHUSS, 2012, p.62-63). No entanto, a principal evidência de que as forças de segurança teriam executados membros do Boko Haram foi um vídeo divulgado em fevereiro de 2010 mostrando imagens de um policial reunindo sete homens feridos e desarmados – supostos membros do grupo – e executando-os em frente do mesmo quartel geral da polícia (AL JAZEERA, 2010).

2.6 Considerações Sobre um Movimento Regional

Os eventos de julho de 2009 revelaram alguns aspectos sobre o início do Boko Haram, além de fornecer algumas pistas sobre o futuro.

Nos anos seguintes o Boko Haram seria considerado uma ameaça para todos os países da região do Lago Chade, e um dos principais desafios de segurança da Nigéria. Mais do que isso, o grupo teria notoriedade global por episódios futuros, como o sequestro de quase 300 meninas na cidade de Chibok, em 2014. No entanto, desde as origens do grupo até os combates de 2009, a organização demonstrou ter uma composição não só doméstica, mas local. O mesmo pode ser dito de seu líder, Mohammed Yusuf, que focou em expandir seus seguidores apenas no norte da Nigéria e liderou de uma forma que, durante a maior parte do tempo, esteve mais voltada em aplicar sua visão de mundo dentro de uma comunidade isolada, do que expandi-la por meio de uma jihad global. Na retórica, Yusuf podia ser extremamente crítico do governo secular na Nigéria e das ideias ocidentais, porém, na prática, o líder do Boko Haram não se beneficiava do apoio de políticos em Borno e outros estados do norte.

Mesmo os combates de 2009, foram mais o resultado de uma disputa política entre as forças de segurança estaduais com um movimento de caráter religioso que usava fatores locais, como a etnia e a história da região, para aumentar sua popularidade. O fundamentalismo de Yusuf transformava ele e seus seguidores em ameaças potencialmente letais para seus adversários. Porém,

como a série de execuções extrajudiciais (inclusive a de Buji Foi) que se seguiram à insurgência de 2009 demonstraram, Ali Sheriff também podia ser ameaçador.

Por fim, a brutalidade da reação das forças de segurança, embora eficaz a curto prazo, provou-se, na melhor das hipóteses, dúbia. Os agentes de segurança e o próprio Estado falharam em perceber que os integrantes do Boko Haram, mais do que criminosos que se recusavam a obedecer a polícia, faziam parte de um complexo cenário político, econômico e social específico do nordeste da Nigéria. Cerca de 300 membros da organização conseguiram escapar com vida dos combates em julho 2009. Muitos deles simplesmente cruzaram a fronteira com o Níger ou o Chade e puderam fazer uso de uma rede de contatos com amigos e até familiares para se esconderem. Muitos retornariam em breve para a Nigéria e se reuniriam ao grupo.

No último dia da insurgência de 2009 (31 de julho), a 800 quilômetros de Maiduguri, na capital do país, Abuja, o porta-voz do exército, coronel Mohammed Yerima declarou “os militares estão no controle” (ABUBAKAR, 2009). Sabe-se que, em alguns anos, o Boko Haram reaparecia ainda mais letal do que em 2009, e os militares chegariam a perder o controle de parte dos territórios de Borno e o Boko Haram evoluiria de uma organização atuante na política regional da Nigéria para uma ameaça nacional no país.

CAPÍTULO 03 - “[...] norte da Nigéria era a periferia da periferia [...]”

O ano de 2014 representou um marco para a República da Nigéria. Em janeiro daquele ano foi celebrado o centenário da união de duas colônias britânicas distintas – o Protetorado da Nigéria do Norte e o Protetorado da Nigéria do Sul – dando origem à uma só unidade econômica e política. Apesar da Nigéria ter se tornado independente em outubro de 1960, esse processo que ficou conhecido como “a amalgamação” estabeleceu o contorno geográfico e administrativo do Estado nigeriano atual.

Foi também em abril de 2014 que Bureau Nacional de Estatísticas da Nigéria anunciou que, pela primeira vez desde 1990, faria modificações na forma como o Produto Interno Bruto (PIB) do país era calculado. As mudanças incluíram setores da economia que estavam em expansão, mas que até então não vinham sendo contabilizados, como comércio eletrônico, telecomunicações e indústria cinematográfica. O resultado foi impressionante. Do dia para a noite, o PIB da Nigéria subiu de US\$ 270 bilhões para US\$ 510 bilhões – um aumento de 89 por cento – ultrapassando o PIB sul-africano e fez da Nigéria a maior economia de todo o continente africano (THE GUARDIAN, 2014).

A notícia era condizente com o desempenho e imagem da Nigéria em diversos setores. O “gigante da África” – como o país é conhecido – é o mais populoso do continente (aproximadamente 220 milhões de habitantes), além de possuir a maior reserva de gás natural e a segunda maior reserva de petróleo (só ficando atrás da Líbia), sendo também o seu maior produtor (US ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2023). O país tem um enorme potencial agrícola, sendo o principal produtor de arroz da África e o maior produtor de mandioca do mundo (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2021).

Além dos aspectos materiais, a Nigéria também é mundialmente conhecida pela sua potência cultural. Nos últimos anos, a indústria cinematográfica nigeriana – Nollywood – tornou-se a segunda maior do planeta, enquanto a música de Fela Kuti e a literatura de autores como Chimamanda Adichie, Chinua Achebe e Wole Soyinka (o primeiro africano negro a ganhar um prêmio Nobel de literatura) são mundialmente reconhecidas.

Entretanto, a partir do mesmo ano de 2014, diversos autores passaram a questionar a estabilidade da Nigéria, argumentando se o país não poderia ser considerado um Estado falido, marcado por diversas divisões internas que impediam a capacidade de uma ação política

coordenada dentro do próprio território (IBABA, 2014; OKO, 2014; CIERCO; BELO, 2016; OKO; UFOMBA; BENJAMIN, 2018; DENIS, 2023).

Os questionamentos marcavam o surgimento (ou renovação) de diversas ameaças por todo o país: movimentos separatistas na região do delta do rio Níger, disputas entre agricultores e pastores no centro do país e o aumento da criminalidade no norte (conhecido como o fenômeno do “banditismo”) ou divisões entre cristãos e muçulmanos, civis e militares. Dentro dessa lista de ameaças, o Boko Haram seria um exemplo de destaque, representando a maior ameaça para o Estado nigeriano desde a guerra civil (1967-1970).

Mais do que um problema gerado por elementos inerentes à região nordeste da Nigéria (como apresentado no capítulo 02), o Boko Haram também é uma consequência da falha do Estado pós-colonial em integrar a região ao restante do país, não aplacando as divisões criadas pelo projeto colonial britânico, ou até mesmo, exacerbando-as.

De acordo com Ali Mazrui (2009, p.44, tradução nossa), se “[...] *em termos globais, a Nigéria estava, economicamente, na periferia, o norte da Nigéria estava na periferia da periferia. A economia mundial tinha marginalizado a Nigéria como um país e a economia nigeriana tinha marginalizado o norte como uma região.*” Mesmo após a fundação do Estado pós-colonial nigeriano em 1960, as diversas divisões históricas e religiosas entre o norte e sul do país, ao invés de diminuir, se expandiram, aumentadas por novas fraturas políticas e econômicas que fortaleceram grupos como o Boko Haram. Assim, esse capítulo foca nos aspectos nacionais que causaram e alimentaram o Boko Haram.

O primeiro segmento apresenta o passado colonial da Nigéria, quando muitas das políticas de alteridade do país foram estabelecidas. O segundo segmento mostra como muitas dos vícios do período colonial foram mantidos após a independência do país, em 1960, e as falhas do sistema federalista nigeriano. O terceiro foca nas desigualdades socioeconômicas entre o norte e o sul do país e como elas reforçam a desconfiança entre as duas populações e alimenta a retórica do Boko Haram no nordeste do país. O quarto foca nas forças armadas nigerianas como um reflexo das falhas construídas ao longo da história recente da Nigéria. O quinto e último apresenta o papel das Forças Tarefa Cívica Conjunta como um resultado da negligência das forças armadas nigerianas e de sua incapacidade em lidar com a ameaça do Boko Haram na região.

3.1 A Herança Colonial

A Nigéria é uma invenção recente. Na verdade, pode-se argumentar que até o próprio nome “Nigéria” é, por si só, também recente. O nome foi cunhado no jornal *The Times of London*, em 08 de janeiro de 1897, pela jornalista e escritora britânica Flora Shaw, como uma alternativa mais simples para se referir à região controlada pela Companhia Real dos Territórios do Níger (RNCT, na sigla em inglês).¹¹

De acordo com Shaw:

[...] o título “Companhia Real dos Territórios do Níger” não é só inconveniente de se usar mas, de certa forma errôneo, pode ser permissível cunhar um título mais curto para a aglomeração de Estados pagãos e maometanos que foram adquiridos pelo esforço da Companhia Real do Níger dentro dos domínios de um Protetorado Britânico e portanto precisa, pela primeira vez na história, serem descritos como uma entidade sob um nome geral (MEEK, 1960, p.01, tradução nossa).

Na época, ao mencionar a “aglomeração de Estados pagãos e maometanos”, Shaw estava se referindo a três colônias britânicas distintas que formariam a atual Nigéria. A primeira e mais antiga era a colônia de Lagos. Anexada em 1861, o território abrangia as áreas de cultivo comercial de cacau e habitadas pelos reinos Yorubas do oeste e sudoeste do país. A segunda região, o Protetorado do Sul, foi anexada em 1878 e incluía o sul e sudeste, sendo povoada pelos povos Igbos. Na época, a área era responsável pela lucrativa extração do óleo de palma e, posteriormente, das ricas reservas de petróleo no delta do rio Níger, sendo a região mais integrada com o comércio internacional europeu. Por fim, a terceira região – o Protetorado do Norte - abarcava as zonas central e norte, mais isoladas economicamente e que foram anexadas depois dos britânicos derrotarem o poderoso Califado de Sokoto, em 1903 e os povos Hausa-Fulani (OSAGHAE, 1998, p.02-03).

Em 1906, a pequena colônia de Lagos foi incorporada ao Protetorado do Sul da Nigéria e, posteriormente, em 1º de janeiro de 1914, o processo de “amalgamação” foi completado por *sir* Frederick Lugard, com a união dessa com o Protetorado do Norte da Nigéria, formando o território que viria a ser a República da Nigéria. Passados quase 110 anos, a amalgamação tem um legado controverso. Para alguns, a data representaria um marco na tentativa de formar um país unido e independente. Em 2014, na ocasião do centenário da data, foram organizadas diversas

¹¹ Em 1902, Flora Shaw se casaria com Sir Frederick Lugard, futuro Governador-Geral da Nigéria (1914-1919).

comemorações oficiais que contaram com a presença do, então presidente, Goodluck Jonathan. Porém, para outros, o evento era uma lembrança de uma união forçada pelo imperialismo britânico, e realizada unicamente com o propósito de facilitar a administração colonial e garantir vantagens comerciais para Londres. Sobre as celebrações do centenário, o escrito Wole Soyinka declarou que: “[...] teria referido que o dia inteiro da infâmia fosse completamente ignorado. Eu até estou pensando favoravelmente em simplesmente ignorar a obscenidade e aparecer no evento contrário.” (AKOMOLAFE, 2014 tradução nossa). As comemorações também foram realizadas apenas alguns dias após um ataque do Boko Haram que matou 48 estudantes em uma universidade no estado de Yobe, o que adicionava um elemento de ironia à ideia de união proposta pela amalgamação.

Nota-se que a formação do Estado nigeriano foi similar ao padrão de criação de diversos outros países no continente africano. A noção de nacionalidade não surgiu de um processo de evolução identitária gradual e autóctone, mas sim de uma mera arbitrariedade administrativa colonial, europeia, e sem consideração por diferenciações étnicas, culturais, linguísticas ou religiosas das populações nativas (HERBST, 2014; DAVIDSON, 1992; MUDIMBE, 1998; MAZRUI, 1980; ZARTMAN, 1965).

Após a realização da Conferência de Berlim (1884-1885) - que estabeleceu as regras básicas para a futura partilha do continente africano entre os europeus - região do entorno da bacia do Lago Chade foi dividida, principalmente, entre os franceses, que controlavam o Níger e o Chade, e os alemães, que tomaram posse do território que corresponde ao atual Camarões e os britânicos, com domínio sobre as porções que compõem os atuais norte e sul da Nigéria.¹²

Durante a expansão do colonialismo na África, ainda que a dominação europeia tenha se tornado um fato em quase todo o território do continente, ela nem sempre se manifestou da mesma forma. No caso das duas maiores potências na região, França e Reino Unido, os estilos adotados podiam variar. No caso da Nigéria, a compreensão do modelo de administração colonial britânico também teve impacto no desenvolvimento futuro do país.

Diferente dos franceses, que praticavam uma dominação colonial mais direta, o Reino Unido preferiu uma abordagem distinta, adotando o sistema que ficou conhecido como “domínio indireto”. No caso do “domínio direto” a ideia principal era a assimilação dos indivíduos, com o poder colonial exercendo controle sobre a população e território, sem recorrer a intermediários. Porém, no

¹² Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os alemães perderam suas colônias, incluindo o Camarões, com 4/5 do território ficando com os franceses, e as terras restantes na fronteira com a Nigéria, com os britânicos (REID, 2012).

“domínio indireto”, os colonizadores escolhem elites locais para agirem como intermediários entre eles e a população, concordando com a manutenção de diversos aspectos tradicionais, como leis, religião e costumes, em troca da obediência local e privilégios comerciais, caracterizando uma espécie de “despotismo descentralizado” (MANDANI, 1996, p.39).

No norte da Nigéria, o Califado de Sokoto e seus emires atendiam aos requisitos do domínio indireto, fornecendo um modelo de administração centralizada e nativa sobre a qual os britânicos podiam utilizar para manter o controle sobre as áreas dominadas. De acordo com a descrição de Frederick Lugard (1858-1945), governador do Protetorado da Nigéria, principal implementador do domínio indireto no país, e que subjuguou o Califado de Sokoto, em 1903, a característica essencial desse sistema:

[...] é que os chefes nativos constituem uma parte integral do maquinário da administração. Não há dois conjuntos de governantes – britânicos e nativos – trabalhando, quer separadamente ou em cooperação, mas um só governo em que os chefes nativos têm deveres bem definido e um status igualmente reconhecido com os funcionários britânicos. Suas funções nunca devem conflitar e devem se sobrepor o mínimo possível. Eles devem ser complementares uns com os outros, e o próprio chefe deve entender que não tem direito e poder, a não ser que forneça seus serviços ao Estado (...) as classes dominantes não são mais semideuses ou parasitas predando a comunidade. Eles devem trabalhar pelos estipêndios e posição que desfrutam. Eles são representantes de confiança do Governador, exercendo nos Estados muçulmanos os bem-entendidos poderes (...) em conformidade com seus próprios sistemas islâmicos e reconhecendo o representante do Rei [da Inglaterra] como seu suserano legítimo.” (LUGARD, 1922).

No caso específico da Nigéria, os britânicos encorajaram a manutenção das divisões no país, enquanto forçavam a unidade político-administrativa. Em conformidade com a estratégia de dominação indireta, regiões nativas que tinham desenvolvido unidades políticas centralizadas – como no império islâmico de Sokoto, ao norte - também já haviam desenvolvido uma capacidade aceitável e relativamente eficiente para coletar impostos e, portanto, deveriam sofrer pouca interferência colonial. No entanto, em comunidades onde a noção europeia de uma autoridade central não fosse comum – como entre os reinos Yorubas - a presença colonial necessitaria ser maior. Um exemplo que ilustra essa tendência foi a manutenção da sharia como sistema legal no norte, com o intuito de usar as estruturas de poder locais para garantir o domínio da área usando o mínimo de recursos materiais e humanos dos britânicos. De acordo com John Campbell:

[...] em 1900, logo após a derrota do Califado de Sokoto, os britânicos governaram o norte da Nigéria com 06 administradores civis, 120 oficiais, e um exército nativo de 2,000 ex-

escravos. Na época, a população do norte era de 10 milhões. Quando a administração colonial amalgamou as forças policiais do norte e sul da Nigéria, em 1930, sua força combinada consistia de oitenta e cinco oficiais britânicos e alguns inspetores-chefes africanos adicionais para policiar a população de, talvez, 20 milhões (CAMPBELL, 2013, p.29, tradução nossa).

Os britânicos também proibiram as atividades de missionários cristãos no norte, em conformidade com o acordo de manter a influência local dos emires, mas também garantindo que a região tivesse menor influência ocidental. Em contrapartida, as porções do sul da colônia sofreram maior interferência das instituições europeias e, conseqüentemente, cristãs. Ao longo do período colonial, essa maior assimilação dos valores e práticas ocidentais – especialmente pelos Igbos, no delta do rio Níger - incentivou os britânicos a favorecerem-nos em detrimento dos outros povos nativos. Se as atividades de missionários cristãos eram proibidas no norte, eles tinham ampla liberdade no sul, estabelecendo missões e igrejas.

Uma vez que a administração colonial britânica não estava interessada em fornecer uma educação formal aos nativos, essa área também foi assumida de bom grado pelos próprios missionários, que viam o aprendizado das populações locais como uma etapa necessária do processo de evangelização. A disseminação do cristianismo, idioma inglês e práticas comerciais deu início a um aumento das lacunas políticas, sociais e econômicas entre o Norte e o Sul e que perduram até hoje.

Indivíduos dos territórios Yoruba ou Igbo que receberam alguma educação ocidental passaram a servir de intermediários em negócios envolvendo os britânicos ou até mesmo crescendo (dentro do possível) dentro da administração colonial. Logo, o Sul começou a prosperar, tendo mais acesso aos recursos e serviços do que a sua contrapartida no Norte. Formou-se uma elite nativa capaz de garantir privilégios e negociar com o governo central. Até 1960, esse governo central se manifestava na figura dos ingleses, porém, a dinâmica de favorecimentos se manteve mesmo depois da independência, por meio do controle dos sucessivos governos militares autoritários que ocuparam o poder durante quase a totalidade das primeiras quatro décadas da independência política da Nigéria.

Se a dominação física e cultural europeia era capaz de converter indivíduos nativos e incluir alguns no círculo de uma elite local, da mesma forma, ela também criava as condições para a exclusão de outros. Essa exclusão poderia ocorrer por diversos motivos: a completa revolta contra o domínio colonial, a contestação sobre o pagamento de tributos coloniais, a rejeição ou até falta de

acesso à educação e idioma europeus ou a recusa em converter-se ao cristianismo. Em casos como esses, a resposta da administração colonial também poderia ser diversa, variando entre a repressão e o uso da força para os casos mais sérios, como a revolta ou até a negligência, para exemplos como a conversão religiosa ou educação. Isso pode gerar o que o sociólogo nigeriano Ukaonua Uche chama de um “homem marginal”, referindo-se a um indivíduo que, até pode aceitar e tentar se adaptar à cultura hegemônica presente, mas, por algum motivo, não possui acesso total aos privilégios disponíveis dentro dela (UCHE, 1980, p.11).

A dominação colonial e a inserção forçada dos africanos no sistema político e econômico mundial do século XIX e XX influenciaram nas diferenças políticas, econômicas e culturais preexistentes entre os povos da Nigéria e as exacerbaram propositalmente como uma forma de dividir para dominar. Um exemplo disso foi a criação, em 1922, de um Conselho Legislativo nigeriano. O órgão tinha o objetivo de conferir aos nigerianos o direito de participação sobre seus assuntos internos, porém, seu poder era extremamente limitado dentro da colônia, exercendo alguma autoridade somente em Lagos, enquanto o Governador Geral legislava em nome do Norte por proclamação (OSUOLA; MUOH, 2015, p.81). Na prática, isso significou que, enquanto o Sul ganhava alguma experiência política própria, o mesmo foi negado ao Norte, que permaneceu comodamente negligenciado dentro de seu próprio tradicionalismo. No futuro, esses elementos contribuiriam para um clima de desconfiança entre as duas regiões, que se estenderia pelo futuro.

Até mesmo os três principais partidos políticos que surgiram no país, pouco antes da independência, obedeciam aos contornos étnicos regionais: o Congresso de Pessoas do Norte (NPC, na sigla em inglês), representava principalmente os Hausa-Fulani ao norte; o Grupo de Ação (AG), representava os Yorubas à oeste; e o Conselho nacional para a Nigéria e Camarões (NCNC), representava os Igbos à leste (ASUELIME; DAVID, 2015, p.03).

De fato, uma identidade nacional puramente nigeriana ainda é uma ideia em transformação no país, que abriga mais de 250 grupos étnicos diferentes. Em 2007, a pesquisa “Instituições Identitárias e Democracia na Nigéria”, perguntou aos nigerianos qual identidade, individualmente, melhor definia-os. Somente 17% se identificam principalmente como nigerianos, enquanto 31% (eram igualmente importantes na sua formação (LEWIS, 2007, p.07).

Em relação às atividades do Boko Haram, sabe-se que, ao longo da evolução do grupo, muçulmanos e não-muçulmanos passariam a ser vítimas de seus ataques. O mesmo vale para alvos no sul e norte do país, especialmente membros de forças de segurança, como militares e policiais.

Porém, diversas falas de líderes do Boko Haram refletem o sentimento de rancor e desconfiança entre as duas metades do país.

A animosidade já estava presente nos primeiros anos do Boko Haram. Enquanto esteve vivo, Mohammed Yusuf frequentemente descrevia as pessoas do sul como “infiéis”, porém, depois de sua morte, o grupo adotou uma retórica agressiva se tornou mais direta. Em 09 de agosto de 2009, apenas alguns dias após o assassinato de Yusuf, Sani Umaru, um dos líderes do grupo que conseguiram escapar com vida, deu uma declaração em que mencionava o grande número de mortos da insurgência de julho, salientando que a responsabilidade seria das forças de segurança composta “majoritariamente por nigerianos de origem sulista”, e ameaçou: “[...] os estados do sul, especialmente os infiéis descrentes Yorubas, Igbos e Ijaws serão nossos alvos imediatos” (KASSIM; NWANKPA, 2018, tradução própria)

3.2 O Estado Pós-Colonial

Em 1960, quando a colônia se transformou em um Estado nigeriano independente e secular, havia uma esperança de que as décadas de diferenciação e contrastes entre o Norte e o Sul pudessem ser superados por um sentimento de união nacional incentivado a partir de um governo central capaz de mediar os interesses das diferentes áreas e povos. No entanto, as desconfianças não só permaneceram, mas foram agravadas, com consequências catastróficas para o novo país no futuro próximo.

As disputas começaram logo no início, com a tarefa de criar uma constituição que garantisse o equilíbrio entre Norte e Sul. Para os nortistas, a Nigéria deveria se basear em uma federação limitada, que preservasse a ampla autonomia cultural e religiosa mantida durante o período colonial e capaz de proteger da influência econômica e administrativa do Sul (incorporando os estados do leste e oeste do país). Para os sulistas, o novo país deveria ser construído exatamente em bases contrárias, como um governo federal forte, mantida pela experiência burocrática e administrativa dos povos da região e usada para conter a unidade identitária do norte e sua superioridade populacional que, no sistema de governo parlamentar majoritário herdado dos britânicos, tornava-a potencialmente capaz de dominar a federação perpetuamente. De fato, em 1963, tanto os povos majoritários do leste (Igbos) e do Oeste (Yorubas), separados, tinham uma população menor que a metade da nortista (também etnicamente diversa, porém mais unida nos aspectos políticos e

sociais). Mesmo quando somados, o número de habitantes do Sul ainda era 16% menor do que o Norte. O mesmo valia para o aspecto territorial, com a porção norte compondo dois terços do país (figura 04).

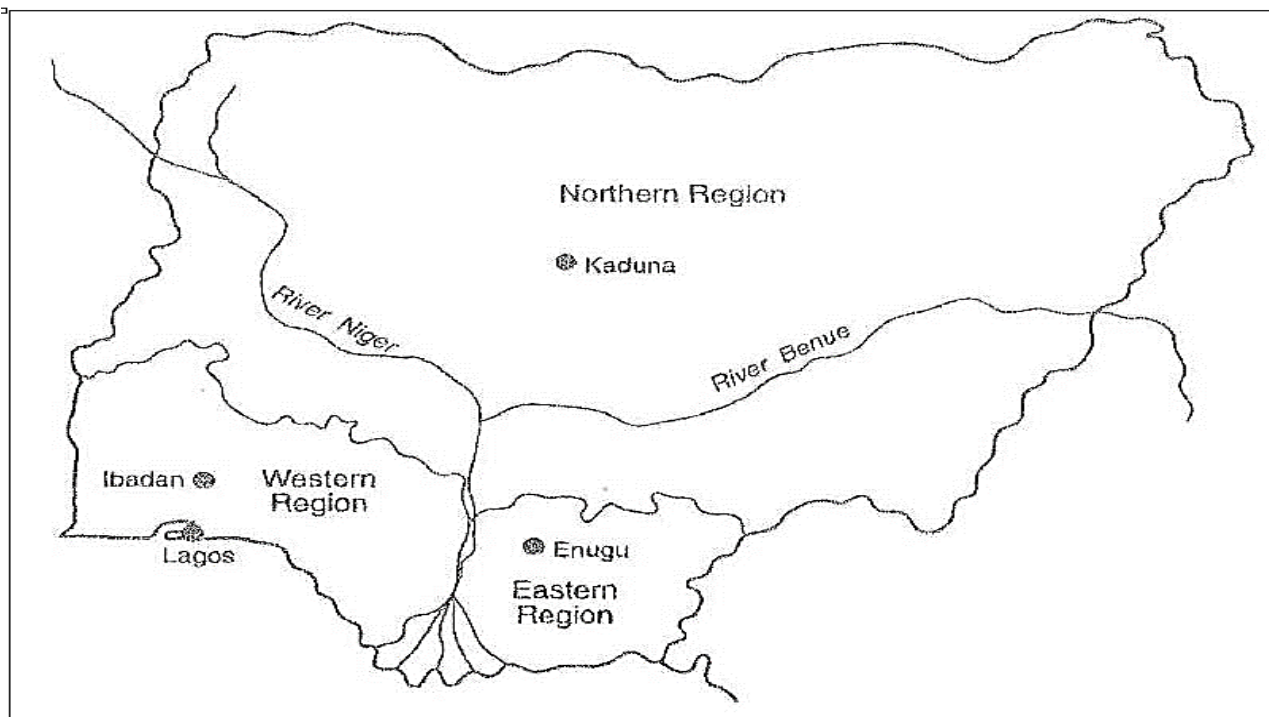
Tabela 01 – Distribuição da população da Nigéria (1952 e 1963).

	1952	1963
NORTE	16.835.582	29.763.276
LESTE	7.215.251	12.394.463
OESTE	6.352.472	12.801.687

Fonte: OSTIEN (2012).

A solução (temporária) para o impasse foi um meio termo entre as duas propostas antagônicas. Haveria um sistema federativo com um governo central fraco, mas com autoridades regionais fortes, representadas pelos seus grupos étnicos específicos e capazes de resistir a políticas federais provenientes de governos eleitos por um sistema majoritário nacional. Em muitos aspectos, mantinha-se o status quo da administração colonial britânica construída sobre o princípio de “dividir para conquistar”.

Figura 04 – Divisão Política da Nigéria (1960-1963).



Fonte: AKANBI, 2017

A Nigéria nasceu como um sistema político democrático extremamente frágil, sofrendo com a ausência de líderes capazes de promover uma agenda verdadeiramente nacional. O país era uma república parlamentarista, liderada por Sir Abubakar Tafawa Balewa, um nortista do estado de Bauchi, representante do NPC e defensor de uma unidade nacional, mas que garantisse os interesses especiais de sua região. Nesse caso, ainda que nem sempre a defesa de aspectos regionais tivesse a intenção final de fragmentar o Estado, era difícil fazer essa distinção.

Outro exemplo importante de uma liderança com enorme prestígio nos primeiros anos da Nigéria, mas cujos esforços foram interpretados como secessionismo, foi o Sardauna do Califado de Sokoto, Sir Ahmadu Bello (1910-1966), considerado um descendente direto de Uthman dan Fodio. A partir do princípio de “um Norte, um Destino”, Ahmadu Bello estimulou programas de qualificação profissional para preparar nortistas (independente da religião) para substituir os sulistas em cargos importantes na administração pública federal e regional. Ele também era um grande defensor da reimplantação da *sharia* nos estados do Norte, extinta após a criação da nova república (uma demanda que permaneceria durante a existência do Boko Haram). Apesar de ter se referido ao processo de amalgamação que uniu Norte e Sul como “o erro de 1914”, Bello é considerado um dos “país fundadores” da Nigéria. No entanto, sua política de “nortização” foi interpretada como parte de um plano para uma hegemonia nortista e islâmica sobre o Sul.

Em janeiro de 1966, quando um sangrento golpe militar promovido por oficiais cristãos pôs fim à breve primeira República da Nigéria (1960-1966), figuras como Bello e o primeiro-ministro Abubakar Balewa foram as primeiras vítimas do novo regime (AFRICA REPORT, 2010, p.07).

Para Azeez Olaniyan e Lucky Asuelime, o golpe teve um forte componente étnico. Quatro das cinco principais lideranças eram Igbos. Em contrapartida, todas as principais figuras políticas eliminadas pertenciam a outras etnias. O sistema parlamentarista e federalista foi abolido e trocado por uma ditadura militar liderada pelo general Aguiyi Ironsi, um Igbo (OLANIYAN; ASUELIME, 2014, p.95).

Se aspectos étnicos tiveram um papel importante no golpe de janeiro de 1966, o mesmo pode ser dito sobre o contragolpe realizado pelos nortistas em julho do mesmo ano. O general Ironsi também foi assassinado e substituído pelo Tenente-Coronel Yakubu Gowon, um cristão, porém nascido no Norte e com conexões com a elite tradicional muçulmana. Milhares de sulistas que residiam nos estados do Norte passaram a ser perseguidos e mortos – principalmente os Igbos – causando o deslocamento forçado centenas de milhares dentro do país. A violência sectária que se

espalhou pela Nigéria foi um dos fatores que fez os estados do leste (predominantemente Igbos) tentarem se separar do restante do país, declarando a República da Biafra, em 30 de maio de 1967. A reação do governo federal deu início à guerra civil nigeriana (julho de 1967 a janeiro de 1970), que deixaria de 500 mil a 2,0 milhões de mortos (CAMPBELL; PAGE, 2018, p.18).

A guerra terminou dois anos e meio depois, com a derrota dos separatistas, porém o conflito deixou sequelas duradouras na sociedade nigeriana, cujo impacto se relaciona com fatores que envolvem a persistência do Boko Haram e o combate contra o grupo. Pode-se destacar como a mais imediata a percepção das forças armadas como única instituição capaz de manter a integridade do Estado.

Entre 1967 e 1970, o contingente das forças armadas nigerianas subiu de 10,000 para 250,000, sendo que muito desse aumento se deva à jovens do Norte recrutados para lutar em um conflito apresentado como uma disputa dos muçulmanos contra cristãos do sul, reforçando uma narrativa de alteridade, de “nós” contra “eles”, ou Norte contra Sul, que se destaca pela simplicidade dualística e que perdura até hoje, alimentando parte importante e, talvez a mais óbvia, da retórica do Boko Haram (NAFZINGER, 1973, p.534).¹³

Dos nove presidentes que lideraram o país entre 1966 e 1999, só dois eram civis. O primeiro foi Alhaji Sehu Shagari (1979-1983), um muçulmano Fulani do estado de Sokoto, e também o único presidente da Segunda República, ocupando o cargo por um curto período até ser deposto em um golpe militar. O segundo foi Ernest Shonekan (agosto a novembro de 1993), um Yoruba, que serviu como presidente interino da breve Terceira República, até transmitir o cargo para outro governante militar autoritário.

Pode-se argumentar que em um contexto de secessão, os militares tiveram um papel essencial em manter a unidade territorial do novo Estado, evitando um processo de balcanização. Porém, uma vez que as forças armadas ganharam protagonismo dentro do país, elas se recusaram em contribuir para a construção de uma sociedade civil, causando danos de longo prazo para a noção de democracia e solução pacífica de disputas.

¹³ Uma divisão baseada em etnicidade dentro das forças armadas nigerianas já era uma realidade desde o período colonial. Baseados na teoria das “raças marciais”, os britânicos classificavam a propensão para a atividade militar de acordo com estereótipos sobre os povos dominados. No caso da Nigéria, povos mais “educados”, como os Igbos eram vistos como “covardes” ou “afeminados”, enquanto os Hausa-Fulani do norte, seriam menos “civilizados”, e, portanto, dariam guerreiros melhores. Isso fez com que, logo após a independência, a maior parte do contingente militar e dos postos de oficiais fossem ocupados por indivíduos do Norte (ABDULRAHMAN; MANG, 2017, p.23).

Atualmente, a Nigéria está em sua Quarta República, inaugurada em 1999, após uma transferência programada de poder pelos militares e a eleição de Olusegun Obasanjo (ele próprio um general que já havia governado o país como ditador, entre 1976 e 1979). Desde então, avanços importantes ocorreram. O país vive o seu maior período democrático ininterrupto desde a independência (23 anos), já tendo realizado sete eleições gerais, com destaque para a de 2015, que marcou a primeira transição pacífica de poder para um candidato da oposição.¹⁴

Ainda assim, as consequências de anos de ditadura são percebidas até os dias atuais. Apesar das constituições de 1979 e 1999 terem reimplantado o sistema federativo, as décadas de ditadura perverteram o seu funcionamento. O fenômeno não é exclusivo da Nigéria - sendo descrito por diversos autores como um desafio para diversos países africanos - mas certamente se aplica ao país. A autoridade e os recursos econômicos foram centralizados e distribuídos de acordo com clivagens étnicas. O dissenso foi tratado com suspeita, violência. A marginalização de outros grupos se transformou em parte do sistema. A política tornou-se um caso de “tudo ou nada”, em que a perda do controle do aparato estatal pode, literalmente, significar um caso de vida ou morte (NNOLI, 1978; DOORBOS, 1991; OSAGHAE, 1995; AGBIBOA, 2013).

O cenário histórico de autoritarismo e repressão também produz efeitos individuais. O cidadão comum é alienado da política, o que também afeta negativamente a construção de um senso de identidade nacional. Identidades regionais ou até sub-regionais, como a etnicidade ou a religião, ganham força diante de um Estado repressor ou, na melhor das hipóteses, negligente. Para Attahiru Jega: “[...] essa prolongada natureza do domínio militar restringiu o espaço democrático, entrincheirou o autoritarismo e nutriu o niilismo (...) e, de fato, levou ao crescente questionamento, se não, à contestação da legitimidade do Estado.” (JEGA, 1997, tradução nossa).

Os aspectos étnicos perduraram e até prevaleceram na nova “nação”, com o aparato institucional do Estado existindo para favorecer os interesses de um determinado grupo, enquanto marginaliza e discrimina os demais. De forma paralela, a disseminação da ideia de perda da função do Estado se intensificou e explica diversos dos desafios de segurança no país, inclusive o avanço e persistência do Boko Haram e de sua mensagem contra as instituições do Estado, mesmo em um regime democrático.

¹⁴ Em março de 2015, o presidente Goodluck Jonathan, do Partido Democrático do Povo (PDP), reconheceu a vitória de seu adversário, Muhammadu Buhari, do Congresso de Todos os Progressistas (CTP).

Em dezembro de 2015, uma pesquisa realizada com 130 ex-membros do Boko Haram nos estados de Borno e Adamawa, questionou se eles haviam participado da eleição do início daquele mesmo ano, com 52% respondendo que não, enquanto os outros 48% responderam afirmativamente. Dentre o total daqueles que responderam negativamente, as razões variam: 45,2% não tiveram tempo de se registrar; 12,9% acreditavam que seu voto não teria impacto; 11,3% não confiavam nos políticos; 6,5% não reconheciam o processo eleitoral; 1,6% afirmavam que os partidos não os representavam; e 22,5% deram outras justificativas (BOTHÁ; ABDILE, 2017, p.08).

A princípio, os números não parecem condizentes com uma organização que se coloca à margem do processo político, no entanto, quando se leva em conta que diversos aspectos religiosos e culturais do Norte foram preservados desde o período colonial e que a região desfrutou de uma predominância política durante quase toda a história da Nigéria como um Estado independente, percebe-se que o antagonismo do Boko Haram não é só direcionado aos cristãos ou aos valores e instituições ocidentais, mas também à própria elite tradicional nortista. Antes da redemocratização, em 1999, o domínio político das elites muçulmanas do norte podiam conter as aspirações de grupos extremistas que até podiam ficar insatisfeitos com o grau de apoio que recebiam do governo central. O sistema era confortável para os nortistas. Dos nove presidentes que lideraram a Nigéria nos trinta e três anos seguintes (julho de 1966 até maio de 1999), sete seriam da região norte, com as duas exceções sendo o Brigadeiro Olusegun Obasanjo (1976-1979) e Ernest Shonekan (de agosto a novembro de 1993), ambos Yorubas.

No entanto, a redemocratização trouxe instabilidade para esse contexto de insatisfações até então manejáveis, criando um cenário em que o temor da união de dois fatores indesejados poderia ocorrer. Primeiro, a democracia federalista diminuiu o poder do Norte islâmico, e aumentou a chance de políticos cristãos do sul alcançarem o poder. Depois, o caráter imperfeito dessa mesma democracia federalista garantia que, uma vez nos cargos federais, os cristãos do sul teriam todo o aparato estatal à sua disposição, invertendo os papéis de opressor e oprimido. Obviamente, essa visão é extremamente reducionista e apresenta uma visão monolítica das diferenças entre muçulmanos e cristãos na Nigéria. Contudo, para os líderes do Boko Haram, a narrativa se encaixa ao objetivo de aumentar o sentimento de alienação da população da região nordeste.

Em um discurso de julho de 2010, portanto apenas um ano depois da insurgência que terminou com o assassinato de Mohammed Yusuf, o novo líder do Boko Haram, Abubakar Shekau, declarou que os:

[...] cristãos deviam entender que, de fato, nossos objetivos são focados em direção ao Islã. Nós queremos lutar contra vocês. Vocês deveriam se erguer com suas armas porque nós queremos quebrar a sua cruz. Nós queremos demolir todas as igrejas, jogar fora a constituição. Quando nós perecermos, então vocês poderão comer seu frango, beber seu suco e ir em frente e votar, mas se nós estivermos vivos, seu sangue será derramado” (KASSIM; NWANKPA, 2018, tradução própria).

3.3 As Desigualdades Socioeconômicas Norte/Sul

Como mencionado anteriormente, o petróleo é o recurso mais abundante da Nigéria e a primeira fonte de receita do governo. A busca por reservas de petróleo bruto que pudessem ser exploradas começou durante o domínio colonial, especialmente na década de 1950, com um consórcio entre a Anglo-Iranian Oil Company e a Royal Dutch Shell para criar a D'Arcy Petroleum Development Company. Em 1956, a empresa descobriu suas primeiras reservas de petróleo bruto em Oloibiri, no Delta do Níger, e dois anos depois, em 1958, as exportações já haviam começado (UDOSEN et al, 2009, p.37).

Após a independência do país, em 1960, a produção disparou. Em 1961, a Nigéria produziu 16,8 milhões de barris. Quatro anos depois, em 1965, estava produzindo 150,3 milhões. A produção caiu durante o conflito de secessão em Biafra (1967-1970), o que afetou a produção de petróleo - principal setor do país. No entanto, após a guerra, os números começaram a aumentar novamente e, em 1975, chegaram a 660 milhões de barris por ano (AKINLO, 2012, p.175).

Os anos 1970 foram, como diz Jonathan Hill (2012, p.77), "(...) uma década de ouro para o setor de petróleo da Nigéria...". O país entrou para a OPEP em 1971, justamente quando a organização começou a aumentar os preços do petróleo em nível internacional. As crises no Oriente Médio, como o Yom Kippur (1973) e a Revolução Iraniana (1979), elevaram os preços do petróleo e a demanda pela commodity. Na década de 1980, a produção nigeriana diminuiu devido à queda na demanda internacional, recuperando-se novamente na década de 1990 e, em 2005, o país estava produzindo 919 milhões de barris por ano. Entretanto, à medida que os números da produção de petróleo bruto aumentaram, a dependência nigeriana desse recurso

também cresceu. A participação do petróleo nas exportações do país ficou bem acima de 90% entre 1975 e 2009, enquanto representava 38% de seu PIB em 1980 (AKINLO, 2012).

Além de sua dependência, o setor fóssil criou outro conjunto de desafios para a Nigéria. As volumosas quantias de dinheiro geradas pelo setor de petróleo, aliadas a pouquíssimas práticas de transparência e responsabilidade, levaram a uma corrupção generalizada ao longo dos anos, com o país ocupando atualmente a 149ª posição dentro de 179 países no Índice de Percepção da Corrupção (2020).

É claro que a corrupção já estava presente na Nigéria antes da existência do setor petrolífero. Há muitas evidências de práticas consistentes de corrupção envolvendo o governo nigeriano antes da década de 1970 - tanto civil quanto militar - e pelos administradores britânicos e coloniais antes da independência (OGUNYEMI, 2014; AUSTINE et al, 2013). No entanto, conforme afirmado por Montclos (2018, p.12): [...] com o dinheiro fácil do boom do petróleo da década de 1970, os casos de corrupção assumiram uma escala extraordinária [...].

Os números são de fato impressionantes. De acordo com Nuhu Ribadu, ex-presidente da Comissão nigeriana de Crimes Financeiros, cerca de US\$ 440 bilhões em fundos públicos provenientes da venda de petróleo foram desviados em esquemas de corrupção entre 1979 e 2009 (RIBADU, 2009, p.09).¹⁵

Além disso, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) calculou que, entre 1970 e 2008, a Nigéria foi o principal país africano, vítima de fluxos financeiros ilícitos, com US\$ 217 bilhões perdidos em erros de avaliação comercial e impostos deliberadamente evadidos (AFRICA CONFIDENTIAL, 2016).

Outro desafio da sociedade nigeriana é a incapacidade do governo de alocar os bilhões de dólares que são arrecadados com a exportação de petróleo para a população. Uma prova disso é o fato de que, desde a década de 1970, a Nigéria arrecadou mais de US\$ 300 bilhões em receitas de petróleo, enquanto, no mesmo período, a renda real per capita dos nigerianos caiu 20% (MARWAH, 2014, p.995; OKENZIE & AMIR, 2011, p. 368).

Além disso, embora a maioria dos nigerianos tenha ficado ironicamente mais pobres com

¹⁵ A Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros da Nigéria é uma instituição estatal independente, criada em 2003 e encarregada de investigar crimes financeiros envolvendo corrupção, fraudes e lavagem de dinheiro no país (Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros, 2020).

o aumento das receitas do petróleo, eles não ficaram mais pobres de forma similar. Nos anos 1990, a lacuna socioeconômica entre os habitantes do norte e os do sul cresceu. Em 1980, as taxas de pobreza entre a população das duas regiões eram idênticas (43,5% cada). Entretanto, trinta anos depois, em 2010, embora ambas tivessem empobrecido, a diferença entre elas havia crescido 20 pontos (53,9% no norte e 73,9% no sul) (ZUHUMNAM, 2018).

Essa disparidade fica evidente em diversos setores, desde os índices de saúde e educação até os benefícios gerados pela distribuição de renda. Em 2008, as taxas de mortalidade infantil nos estados do norte (133‰) era quase 2,6 vezes maior do que a dos estados do sul (50‰) e 1,3 vezes maior que a média nacional (96‰) (LAWANSON e OLANYIAN, 2013, p.32). Enquanto isso, enquanto a cobertura neonatal feita por profissionais médicos era de 90% nas zonas políticas do sul, muita acima das zonas noroeste e nordeste (inferiores a 50%) (UNICEF, 2016).

A discrepância também está presente no índice educacional. O analfabetismo em inglês entre adultos é muito mais comum no norte do que no sul. De acordo com a *National Literacy Survey* (Pesquisa Nacional de Alfabetização) (2010, p.30), enquanto a taxa de analfabetismo na zona política do nordeste era de 58%, atingindo números ainda mais altos em estados como Borno (62%) e Yobe (76%), os números nos estados do sul eram muito menores, de apenas 25%.

Conforme demonstrado por Mustapha (2005), na década de 1990, a lacuna educacional entre o Sul e o Norte também havia prejudicado seriamente a capacidade deste último de produzir profissionais qualificados. Na década de 1990, apenas 2,0% dos 6.407 engenheiros registrados no Conselho de Registro de Engenheiros da Nigéria (COREN), eram de estados do norte. De forma semelhante, 196 (ou 14,6%) dos 1.344 advogados chamados à Ordem dos Advogados da Nigéria eram nortistas. A tendência também se repete no caso de agrimensores estaduais registrados, pois apenas 05 (ou 0,7%) dos 669 eram do norte (MUSTAPHA, 2005, p.13).

A disparidade econômica Norte/Sul na Nigéria também pode ser resumida em uma pesquisa realizada por James Frenske e Igor Zurimendi. Ambos os autores descobriram que, em geral, os preços mais altos do petróleo - que se traduzem em maiores receitas para o governo - proporcionam aos nigerianos que vivem no sul mais anos de educação, menores taxas de fertilidade e portanto, mais mulheres propensas a terem uma ocupação qualificada, do que para os nigerianos nortistas (FRENSKE & ZURIMENDI, 2017, p.399).

3.4 As Forças Armadas Nigerianas

A Nigéria possui forças armadas condizentes com a sua relevância no cenário internacional. Mesmo após o fim da ditadura, em 1999, os militares permanecem como uma das principais instituições da Nigéria.

O *Global Firepower Index (2023)* classifica o país como a quarta potência militar do continente africano (atrás somente do Egito, Argélia e África do Sul). Entre 2009 (ano da primeira insurgência do Boko Haram) e 2021, o país duplicou seu percentual de gastos militares (de 0,5% para 1,0% do PIB), enquanto o contingente militar aumentou de 162 mil para 223 mil (WORLD BANK, 2023). As forças armadas nigerianas também possuem experiência. Os oficiais mais antigos atuaram em cenários de conflito, tanto internos (como na Biafra), quanto externos (contra o Chade, em 1983), e, nas últimas décadas, o país enviou tropas para missões de paz na Libéria (1989), Gâmbia (2017) e Mali (2020). A combinação de capacidade material com experiência faz das forças armadas da Nigéria a maior e mais bem equipada de toda a África Ocidental, fazendo do país um ator importante na segurança da região.

Apesar disso, as forças armadas demonstram dificuldade em lidar com o conflito assimétrico contra o Boko Haram. Algumas justificativas envolvem aspectos locais e nacionais que fortalecem a organização, criando condições para a persistência do grupo (como apresentado nos segmentos anteriores). Ademais, as forças armadas nigerianas também possuem limitações próprias, que contribuem para a sua ineficácia, sofrendo com muitas das divisões internas, falta de boa governança e histórico de violência que a própria instituição ajudou a cristalizar.

Essas limitações tiveram origem no próprio envolvimento dos militares com a política. Como apresentado no segmento anterior, as rivalidades étnicas, décadas de ditadura militar e controle sobre todos os aspectos da administração e economia do país garantiram que as forças armadas se desenvolvessem como uma instituição intimamente ligada com o processo político, muito mais voltado para aspectos internos de governabilidade do que com possíveis ações externas.

De fato, embora muitos distúrbios locais em países africanos tenham potencial para se tornarem transnacionais, apenas 0,8% dos conflitos registrados no continente, entre 1960 e 2010, foram guerras interestatais (TWAGIRAMUNGU; DUURSMA; BERHE; DE WALL, 2019). No caso da Nigéria, essa realidade se mantém. Desde a independência do país até os dias de hoje, as

maiores instabilidades provêm de fontes internas: a guerra civil (1967-1970), as revoltas de Maitatsine (1980), atividades criminosas no centro e norte, o conflito entre fazendeiros e pastores no cinturão central, o retorno de militantes separatistas no delta do Níger, pirataria no golfo da Guiné e o próprio Boko Haram no nordeste e região da bacia do Lago Chade.

Em alguns aspectos, essa realidade até naturalizou o envolvimento dos militares na política. Um exemplo bastante ilustrativo é o do PDP, que dominou o governo federal por mais de 15 anos e cujos fundadores eram, majoritariamente, militares ricos e influentes da reserva, que entraram para a política após a redemocratização, em 1999 (ADEKANYE, 1999; ADEJUMOBI; KEHINDE, 2006, p. 102). De acordo com o próprio Said Adejumobi:

[...] um ex-Chefe do Comando do Exército, general Salisu Ibrahim (aposentado), uma vez comentou que as forças militares nigerianas tinham se tornado ‘militares para quem tudo vale. General Alani Akinriade (aposentado), um ex-Chefe do Comando do Exército na Nigéria, também comentou que as forças armadas nigerianas tinham parado de serem um exército nacional ou profissional. De acordo com ele ‘os militares se tornaram politizados e etnizados. Desde a escola militar, em Zaria, estudantes são treinados para serem governadores, e não mais generais. Aqueles que querem ser generais só estão interessados em serem chefes de Estado, não generais no exército’. Como outro oficial aposentado, coronel Emokpae, resumiu, a Nigéria, em suas palavras ‘não tem um exército’ (ADEJUMOBI, 2000, p.33, tradução nossa).

A perda de distinção entre o âmbito militar e político desestimulou a unidade hierárquica nas forças armadas do país, estimulou a competição entre indivíduos encarregados de delinear ações contra o Boko Haram. Entre 2009 e 2015 – período de maior atividade do grupo – a Nigéria teve 03 Assessores de Segurança Nacional, 06 Inspectores Gerais de Polícia, 03 Chefes do Comando do Exército e 03 Chefes do Comando da Defesa (BARKINDO, 2019). Essa intensa rotatividade em cargos de liderança importantes para o desenvolvimento de estratégias e políticas contraterrorismo, demonstrou uma falta de continuidade que prejudicou o combate ao grupo. O mesmo pode ser dito da cooperação e distinção clara entre as atribuições das agências governamentais. A princípio, as forças armadas tinham a responsabilidade principal pelas atividades de contraterrorismo contra o Boko Haram. No entanto, outras instituições, como o Departamento de Segurança Estatal (DSE), a Força Policial da Nigéria (FPN) e o Ministério da Justiça também realizavam ações de contraterrorismo, geralmente com pouca comunicação umas com as outras (IBEKWE, 2017). Além do risco de sobreposição de autoridade e redundância de tarefas, casos mais graves podem ocorrer, como sabotagem de mapas e difusão de informações incorretas sobre inteligência e localização de minas terrestres (ABIODUN; ASAOLU; NDUBUISI, 2020, p.24).

A corrupção é outro elemento dentro das forças armadas que prejudica o combate ao Boko Haram, com as irregularidades ocorrendo de diversas formas. Uma das práticas mais comuns é o desvio de recursos financeiros. Um dos exemplos mais famosos foi a revelação, em 2015, de que o coronel Sambo Dasuki, Conselheiro de Segurança Nacional do presidente Goodluck Jonathan, que desviou US\$ 2,1 bilhões do orçamento da defesa, em um escândalo que ficou conhecido como “Dasukigate”. Outra autoridade também envolvida com desvios de recursos foi o comandante da Aeronáutica, Marechal do Ar Mohammed Umar Dikko, que usava as reservas do fundo militar como conta bancária pessoal, fazendo retiradas mensais de aproximadamente =N558,2 milhões (US\$ 1,545 milhões), durante dois anos (2010-2012) (AZU, 2017). Por fim, na mesma época, outro esquema de corrupção envolvendo mais de 51 indivíduos, entre ex-ministros, comandantes militares, governadores e banqueiros apurou que mais de =N1,3 trilhões (US\$ 6,8 bilhões) também haviam sido desviados de contratos para a compra de armas e equipamento militar. (ANDERSON; PAGE, 2017, p.07).

O desvio de recursos tem impacto direto nas condições de combate dos soldados. Denúncias sobre falta de comida, água, botas e uniformes e munição são constantes. Soldados em missões de patrulha que deveriam receber um mínimo de 120 projéteis, costumam receber apenas 30. Muitas vezes, os soldados têm que subornar os colegas responsáveis pelo arsenal para conseguirem mais munição (NEWS RESCUE, 2013). Além disso, há reclamações de desvio de soldos, com os valores sendo reduzidos pela metade sem justificativa (IRO, 2014).

[...] soldados nas bases militares de Mubi e Izighe, no estado de Adamawa, declaram que usam armamentos limitados e de baixa qualidade contra insurgentes bem equipados. Os soldados disseram que enquanto eles estão equipados somente com rifles AK-47 e somente algumas dúzias de balas, os insurgentes usam armas e munições sofisticadas como metralhadoras Browning, RPGs, óculos de visão noturna, rifles AK-49, veículos blindados de transporte de tropas e itens como esses. Adiciona-se a isso ofato de que os soldados são mal alimentados, serviços médicos são limitados ou pior, indisponíveis, e famílias de soldados mortos só recebem um estipêndio mínimo (DUKE; OKON; AGBASI, 2017, p.16).

Outra prática comum é a criação de “unidades fantasmas” ou a fusão de unidades diferentes em um mesmo centro de operações. Com isso, diversas unidades que recebem recursos para operar em locais distintos, acabam dividindo custos operacionais. Os recursos extras são embolsados pelos oficiais, enquanto os soldados são submetidos a situações precárias e setores que deveriam ser patrulhados ficam desprotegidos (IRO, 2014).

Casos como esses evitam o combate eficaz contra o Boko Haram e contribuem de forma significativa para a persistência do grupo ao diminuir a capacidade das forças armadas, reduzir a moral dos combatentes e também prejudicar a confiança dos soldados e também da população nas forças armadas e no próprio governo. Porém, há exemplos em que a colaboração dos militares com o grupo é ainda mais direta. Em junho de 2014, dez generais e cinco outros oficiais de patentes diversas foram julgados em corte-marcial e considerados culpados de venderem armas e informação para o Boko Haram (HANNON, 2014).

A possibilidade de mudança desse cenário a curto prazo é improvável. De fato, pode-se argumentar que é até desencorajada. Em dezembro de 2020, o Major-General Olusegun Adeniyi, comandante de operações antiterrorismo no nordeste, foi julgado e condenado por uma corte-marcial por violar seções do código de conduta militar sobre o uso de redes sociais. Em março de 2020, o Major-General Olusegun Adeniyi, comandante das operações antiterrorismo no nordeste, postou um vídeo em que chamava a atenção do Comandante do Exército, General Tukur Yusuf Buratai, para as condições dos mantimentos e equipamento de sua tropa. Em dezembro de 2020, Adeniyi foi julgado e condenado em corte-marcial por violar o código de conduta militar sobre o uso de redes sociais (HARUNI, 2020).

O volume dos valores e a quantidade de casos - envolvendo desde oficiais de média patente até ministros de Estado e governadores – indicam um sistema de corrupção endêmica. Os gastos militares, com orçamentos emergenciais e sigilosos cria a possibilidade de ganhos astronômicos para um grupo pequeno de indivíduos, mas também é uma fonte de renda razoável para muitos outros. Nesse ambiente, o término do conflito também significaria o fim dos lucros para muitas pessoas.

Se a corrupção entre os militares é um fator desmoralizante no combate ao Boko Haram, para os civis, pegos entre o extremismo da organização e a violência e indisciplina das forças de segurança, os riscos podem ser ainda maiores.

Pode-se argumentar que os padrões de violência sistemática e respostas assimétricas tiveram início desde o primeiro enfrentamento com o grupo, na insurgência de julho de 2009, com a execução extrajudicial de diversos membros do grupo, inclusive Mohammed Yusuf. Porém, ao longo dos anos seguintes, casos semelhantes se repetiram, vitimando não só membros do Boko Haram, mas também os cidadãos inocentes. Exemplos de violações de direitos humanos contra a

população e cometidos pelas forças de segurança que deveriam protegê-la são abundantes, na diversidade e quantidade dos casos.

Organizações internacionais, grupos de direitos humanos e agências de notícias já realizaram diversas denúncias que implicavam militares e policiais em casos de assassinatos, torturas e intimidações. Em 2011, a Anistia Internacional publicou uma declaração condenando a execução sumária de 25 pessoas na cidade de Maiduguri, além de ameaçar milhares de outros moradores da cidade, forçando-os a saírem de suas casas (AMNESTY INTERNATIONAL, 2011). Em 2013, a organização também publicou que em um período de 6 meses, mais de 950 pessoas contidas em centros de detenção administrados pelas forças de segurança, haviam morrido devido à violência ou maus tratos (AMNESTY INTERNATIONAL, 2013, p.20). Naquele mesmo ano, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), declarou que as ações do governo nigeriano nos estados de Borno, Yobe e Adamawa tinham contribuído para o deslocamento forçado de mais de 520,000 pessoas, entre mulheres, crianças e idosos (UNHCR, 2014).

Outro caso marcante foi o relatório da organização *Human Rights Watch* que apontou que milhares de crianças estavam detidas no alojamento militar de Giwa, por suspeita de pertencerem ao Boko Haram. Diversas delas encontravam-se lá há meses ou mesmo anos, quase nenhuma possuía acusações formais e algumas possuíam apenas 05 anos de idade (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019). Outro exemplo de abuso foi denunciado em dezembro de 2022, pela Reuters. De acordo com reportagem da agência de notícias, desde 2013, as forças armadas conduziram um programa sistemático de abortos em meninas e mulheres que haviam ficado grávidas depois de terem sido violentadas por membros do Boko Haram. O governo nigeriano tem negado essas acusações, porém vários testemunhos afirmam que mais de 10 mil abortos foram feitos sem o consentimento das mulheres, com muitas sendo coagidas sob ameaça de violência (CARSTEN et al., 2022).

Em 11 de dezembro de 2020, o Tribunal Penal Internacional concluiu que crimes de guerra e crimes contra a humanidade haviam sido cometidos no nordeste da Nigéria, tanto por membros do Boko Haram quanto pelas forças de segurança do país.¹⁶ Após mais de 10 anos de investigação, o parecer do tribunal, concluiu que:

[...] há bases razoáveis para acreditar que, de abril de 2013 em diante, membros das forças de segurança nacionais cometeram o crime contra a humanidade de assassinato (...); prisão

¹⁶ Apesar da falta de medidas por parte da Nigéria para investigar, julgar e punir os responsáveis pelas denúncias, o próprio TPI não se manifestou sobre o tema desde então.

ilícita (...); tortura (...); perseguição baseada em gênero e motivações políticas (...); estupro (...), como parte de um ataque amplo e sistemático contra a população civil (TPI, 2020).

Todos esses casos são reflexos do tipo de resposta do governo nigeriano ao Boko Haram, que se baseou em uma abordagem exclusivamente repressiva e confrontacional, principalmente entre 2009 e 2014. Embora ações repressivas façam parte das opções do Estado, tendo sido necessárias e até eficazes em conter a expansão territorial do grupo, o fato da organização possuir uma base histórica, religiosa e cultural dentro de parte da sociedade nigeriana faz com que o uso exclusivo e prolongado da violência seja contraproducente.

Esse argumento é especialmente reforçado no caso da Nigéria, onde a confiança da população no aparato governamental é muito pequena. Em março de 2022, o instituto *Afrobarometer* (2022) realizou uma pesquisa em que questionou os nigerianos sobre o nível de confiança em diferentes instituições do país. No caso das forças de segurança, apenas 43,1% dos nigerianos responderam terem alguma ou muita confiança nas forças armadas, enquanto, no caso da polícia, esse número é ainda menor, sendo de apenas 15,0%. As leis e cortes também não apresentaram um bom índice de credibilidade (28,1%), assim como os governos locais (20,8%). Em contrapartida, lideranças comunitárias étnicas ou religiosas desfrutam de maior credibilidade, apresentando índices negativos de apenas 48,9% e 39,5%, respectivamente (AFROBAROMETER, 2022). Esses resultados estão de acordo com uma pesquisa do GALLUP, do ano anterior, que mostrou que o grau de confiança dos nigerianos no governo nacional era de apenas 25%, o menor de todo o continente africano (BIKUS, 2021).

Por si só, os dados não são suficientes para provar que esses números se devem exclusivamente ao desempenho do governo contra o Boko Haram, mas apresentam um cenário de deterioração na confiança das instituições do Estado moderno, em detrimento de aspectos e lideranças tradicionais do país, e que, certamente foram acentuadas pelo comportamento das forças de segurança no combate contra o grupo.

Os abusos também influenciam indivíduos a se unirem ao Boko Haram. Atta Barkindo apresenta o depoimento um indivíduo que relatou uma experiência pessoal envolvendo a corrupção e violência dos militares. Segundo ele: “[...] forças de segurança confiscaram o veículo do meu primo, carregado com gasolina, quando ele não conseguiu pagar a quantia pedida pelos soldados, eles atiraram nele à queima-roupa e atearam fogo no veículo. Eu escapei pela mata e depois de uma semana, me vi lutando ao lado do Boko Haram” (BARKINDO, 2019).

A apresentação desse exemplo único ilustra uma tendência significativa para entender como o Boko Haram conseguiu não só sobreviver à repressão do Estado nigeriano, mas até se expandir. A pesquisa conduzida por Anneli Botha and Mahdi Abdile descobriu que 57,0% dos ex-membros do Boko Haram apontaram o desejo de vingança contra os militares como o único, ou pelo menos o maior, motivo para terem se juntado ao grupo (BOTHAS; ABDILE, 2017, p.09).

3.5 Forças Tarefa Civis Conjuntas (FTCC)

Se corrupção e violência são elementos que podem fazer com que um indivíduo se junte ao Boko Haram, exemplos de negligência e impotência por parte do Estado contribuem para prolongar o conflito, incentivando a ideia de que população civil deve ser responsável pela própria segurança física e aplicação da justiça. Casos como os das cidades de Ashgashyia e Kerawa, onde mais de 500 soldados nigerianos fugiram de um ataque do Boko Haram, em agosto de 2014, reforçam essa percepção (AL JAZEERA, 2014). De acordo com um residente da região norte de Borno, é: “[...] comum ver os militares fugindo de um ataque sem seus sapatos ou rifle. Quando insurgentes podem ser uma fonte de terror por seis anos, os militares perderam seu rumo e o homem comum perdeu esperança e respeito” (DIETRICH, 2015, p.31).

Como forma de compensar a falta de competência por parte das forças de segurança, homens e mulheres, especialmente dos estados de Borno, Yobe e Adamawa, têm se organizado em milícias para combater o Boko Haram. O fenômeno não é exclusivo ao caso da Nigéria, havendo exemplos de “milícias pró-governo” em diversas zonas de conflito pelo mundo, inclusive em outros países africanos. Porém, atualmente, as chamadas “Forças Tarefa Civis Conjuntas” (FTCC) compõem parte vital dos esforços contra o Boko Haram (STEINERT; STEINERT; CAREY, 2019).¹⁷

Os primeiros casos de resistência organizada por parte de civis contra o Boko Haram foram registrados há mais de uma década. Na época, essas milícias eram conhecidas pelo termo kanuri “*yan gora*” (jovens com varetas), surgiram em Maiduguri, em meados de 2013, no período em que a presença do grupo havia se regenerado - após a insurgência de julho de 2009 - e as táticas de

¹⁷ Steinert, Steiner e Carey (2019) apontam a existência de milícias pró-governo na Colômbia, Afeganistão e Síria. Na África, os “*kamajors*”, em Serra Leoa, contra a Frente Revolucionária Unida (FRU) e os “*Arrow Boys of Teso*”, na Uganda, contra o Exército de Resistência do Senhor (LRA, na sigla em inglês), são exemplos específicos (AGBIBOA, 2020, p.03).

combate dos militares faziam pouca distinção entre membros da organização e a maioria dos moradores da cidade. Armados com pedaços de pau, canivetes, facões, arcos e flechas ou, raramente, com armas de fogo caseira, residentes se uniram à luta contra o grupo, inclusive como uma forma de se diferenciar deles e demonstrar para os militares que deveria haver um cuidado para preservar a população local e reforçar a ideia de que a maioria não compactuava com o extremismo da organização (OARHE, 2013, p. 65; YUSUF, 2014, p.11).

A princípio, as forças civis auxiliavam principalmente com informações, suprindo assim uma grande lacuna dos militares na área de inteligência. A população local podia fornecer conhecimento sobre o idioma (muitos dos soldados enviados para a região não falavam as línguas locais), o terreno, a movimentação de insurgentes e a identificação de membros do Boko Haram nas cidades e vilas, tornando-se os “olhos e ouvidos dos militares” (AGBIBOA, 2019, p.17). Logo, contingentes civis também se envolveram em combates diretos com os extremistas. Em novembro de 2013, eles conseguiram expulsar o grupo da vila de Dawashi, em Borno, matando 25 membros do grupo, além de ajudar na captura de outros 120, que haviam participado de um ataque contra o alojamento militar em Giwa. Finalmente, as milícias foram capazes de expulsar o Boko Haram de grandes cidades e vilas no nordeste da Nigéria, forçando-os a se retirarem para as colinas de Gwoza e as montanhas Mandara ao sudeste da região (YUSUF, 2014, p.35; RAPAHEL; JAMES, 2016, p.474; BAMIDELE, 2016, p.133; AGBIBOA, 2020, p.11).

Uma vez que as ações das milícias se provaram valiosas para os militares, líderes políticos, como o governador de Borno, Kassim Shettima (2011-2019), passaram a apoiar a integração dos civis às operações militares de maneira forma, dando início à transformação dos “Yan Gora” nas FTCC.¹⁸ Membros do grupo passaram a receber financiamento, treinamento e equipamento dos militares, passando a exercerem atividades além da coleta de informações (PREMIUM TIMES, 2013; YUSUF, 2014, p.28).

O estado de Borno se tornou um dos principais patrocinadores das milícias. O governo aprovou a construção de um quartel-general em Maiduguri para servir de base e centro de treinamento das FTCC. O governo do estado também forneceu mais de 60 veículos para milícia, além de um salário mensal de =N 20,000 (US\$ 25,00) e títulos de propriedade de terras para as famílias dos integrantes. Além do governo, indivíduos e empresas privadas também passaram a

¹⁸ Kassim Shettima sucedeu Ali Modu Sheriff (2003-2011) no governo do estado de Borno e, desde 29 de maio de 2023, é o vice-presidente da Nigéria.

contribuir. Um dos principais conglomerados econômicos da Nigéria deu 30 moradias de dois quartos para as famílias de membros das FTCC que haviam morrido em combate contra o Boko Haram (BAMIDELE, 2020, p.179).

Eventualmente, até organizações internacionais passaram a contribuir. Entre 2014 e 2018, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) deu treinamento para mais de 4,000 integrantes das FTCC. Só em julho de 2019, o Programa ofereceu apoio para outros 500 membros (UNDP, 2019). Atualmente, estima-se que as FTCC tenham entre 23,000 a 26,000 membros, somente nos estados de Borno e Yobe, incluindo principalmente homens, entre 15 e 30 anos, empregados e desempregados, mas também possuindo algumas mulheres (YUSUF, 2014, p,32).

É inegável que as FTCC têm um mérito significativo no combate ao Boko Haram, fazendo o grupo perder bases importantes em áreas urbanas e rurais. No entanto, assim como o Boko Haram e as forças de segurança, as FTCC também são acusadas de cometerem violações de direitos humanos. As acusações de que membros das FTCC são responsáveis por assassinatos, execuções em massa, roubo, extorsão, roubo de gado, recrutamento forçado de crianças e violência sexual sistemática proliferaram (OMODOVO, 2014; AGBIBOA, 2020).¹⁹

Essas acusações são extremamente sérias, porém, constituem apenas alguns dos problemas de curto prazo. Após mais de uma década de atuação, alguns dos dilemas envolvendo o uso de milícias civis, como as FTCC se tornam mais presentes. Uma vez que a possibilidade de monitoração e punição de abusos cometidos por membros das forças de segurança é muito pequeno, no caso de civis envolvidos essas chances são quase inexistentes. Ainda que as FTCC atuem de forma cooperativa com as forças armadas, o controle sobre elas ou a atividades de seus membros é muito pequeno. Além disso, o emprego dessas forças durante um período longo de tempo também é um fator que contribui com o prolongamento dos conflitos, ao instigar casos de justificação e uso da violência como alternativa para resolver problemas pessoais.

Outro elemento que gera tensão é o fato de que as FTCC não constituem um grupo unificado, compondo, na verdade, uma série de organizações menores que disputam entre si o acesso a recursos governamentais. O Esquema de Empoderamento da Juventude de Borno

¹⁹ Em setembro de 2017, a UNICEF e representantes das FTCC assinaram um acordo de proibição de recrutamento de indivíduos menores de 18 anos. De acordo com a ONU, ainda em 2008, as milícias atuantes no nordeste da Nigéria contavam com mais de 2,000 crianças e adolescentes (UNICEF, 2017). No entanto, esse número tem diminuído rapidamente nos últimos anos. Em outubro de 2021, um relatório do Secretário Geral da ONU retirou as FTCC da lista de organizações que recrutam crianças (UNICEF, 2021).

(BOYES, na sigla em inglês) e os Kungiyar Maharba (Grupo dos Caçadores) são exemplos de duas dessas organizações que já lutaram entre si pelo reconhecimento governamental de sua legitimidade e o dinheiro e equipamento que vem com ele (SULEIMAN; BELLO, 2023, p.55). Elementos como a falta de supervisão e de políticas claras sobre os limites das FTCC, adicionam um componente de incerteza sobre a atuação futura dessas milícias, tornando-as, possíveis fontes de ameaça futuras.

Esse cenário não é só uma demonstração da falta de condições do governo em se fazer presente dentro do próprio território, garantindo o cumprimento da lei e a manutenção da segurança, mas é também um indício de que, apesar de diversas declarações de membros do governo sobre a derrota iminente do Boko Haram, o Estado parece não ter nem a perspectiva de um cenário de pós-conflito no nordeste do país. Um futuro hipotético, em que as forças civis tiveram que se organizar para suprir as carências das forças governamentais em um momento de crise, mas que, com o tempo, foi superado. Pelo contrário, uma década depois das FTCC serem formadas para compensar a falta de capacidade estatal na região, o governo central nigeriano parece resignado com a própria falta de capacidade contra o Boko Haram. Isso pode ser demonstrado pela própria fala do Ministro da Defesa, Bashir Magashi, que declarou, em fevereiro de 2021, que:

[...] a responsabilidade de todos manterem-se em alerta e encontrar segurança quando necessário. Mas nós não devemos ser covardes. Às vezes, os bandidos virão com umas três balas. Quando eles atiram, todo mundo corre. No nosso tempo, nós lutávamos contra a agressão. Eu não sei porque essas pessoas estão fugindo de coisas pequenas como essa. Eles deveriam resistir e deixar essas pessoas saberem que mesmo vilarejos têm a competência e a capacidade de se defender (THE CABLE, 2021).

CAPÍTULO 04 - “Nós anunciamos nossa lealdade ao califa [...]”

Na noite de 19 de maio de 2021, Abubakar Shekau foi localizado em seu esconderijo na floresta de Sambisa e estava cercado de inimigos. Sem possibilidade de fuga, Shekau, supostamente, suicidou-se ao detonar os explosivos que carregava no colete que ele mesmo vestia.

A morte de Shekau e a circunstância em que ela ocorreu é relevante e, ao mesmo tempo, reveladora. De imediato, a morte é relevante porque, pela primeira vez, a notícia era verdadeira. Entre 2009 e 2016, o líder do Boko Haram havia sido declarado morto, ou pelo menos “mortalmente ferido”, em cinco outras ocasiões diferentes, sempre reaparecendo semanas depois em mensagens de áudio ou vídeo. Em uma dessas ocasiões, em setembro de 2014, a morte de Shekau chegou a ser confirmada pelo porta-voz do Ministério da Defesa da Nigéria, major-general Chris Olukolade (AKINYELURE, 2014; DAILY POST, 2014).

Outro aspecto relevante está relacionado com o impacto da morte sobre o Boko Haram. Shekau estava à frente do grupo há doze anos (desde a morte de Mohammed Yussuf em julho de 2009) e tinha conseguido não só manter o domínio sobre a organização, mas também transformá-la em um dos principais grupos terroristas do planeta. Apesar de seu fim estar longe de significar o fim do grupo, nos meses seguintes a ela, milhares de integrantes da organização e suas famílias se renderam às autoridades da Nigéria, citando a falta de liderança dentro do grupo como um motivo. (MACLEAN; ALFA, 2021; KINDZEKA, 2021).

Por fim, a morte de Shekau também foi reveladora, pois a operação que conseguiu eliminá-lo não foi realizada pelas forças de segurança da Nigéria ou de qualquer outro país. Na verdade, o ataque foi planejado e executado por integrantes do Estado Islâmico na Província da África Ocidental (EI-AO). Em 07 de março de 2015, Shekau havia declarado uma aliança ao Estado Islâmico, anunciando: “[...] nossa lealdade ao califa dos muçulmanos [Abu Bakr al-Baghdadi] e nós vamos escutá-lo e obedecê-lo em tempos de dificuldade e prosperidade, na adversidade e na tranquilidade [...]” (KASSIM; NWANKPA, 2018). No entanto, a aliança teve curta duração e logo criou uma disputa por poder que gerou uma fragmentação da organização em facções distintas e rivais entre si (ABDULLAHI; ADEBAJO, 2021).

Portanto, ainda que a morte de Abubakar Shekau tenha sido um acontecimento favorável para as forças armadas nigerianas e dos outros países do entorno do Lago Chade, o fato de um

grupo filiado ao Estado Islâmico - uma organização extremista com origens e laços originários distantes da África Ocidental - ter realizado o que os militares não haviam conseguido em mais de uma década de tentativas, escancarou as mudanças no enfrentamento entre a Nigéria e o Boko Haram. O grupo teve sua origem graças a fatores locais e específicos do nordeste da Nigéria. A sua expansão deu-se graças às limitações da Nigéria no âmbito nacional, tirando vantagem da ineficácia das respostas governamentais. Porém, o dinamismo do conflito gerou eventos que permitiram (ou até tornaram necessária) a interferência de atores externos, tanto a favor e contra os extremistas. A inclusão desses novos atores e a análise do conflito sob a ótica internacional (e transnacional) também são necessárias para a compreensão da persistência do Boko Haram na Nigéria e das limitações das forças de segurança em responder à ameaça.

Levando esse argumento em consideração, este capítulo é dividido em cinco. O primeiro relata aproximação do Boko Haram com outros grupos extremistas islâmicos, com destaque para o Estado Islâmico. O segundo trata da brevidade dessa aliança e do processo de fragmentação do Boko Haram. O terceiro apresenta o crescente interesse dos Estados Unidos na luta contra o Boko Haram, entendida como mais um componente da sua “Guerra Global ao Terror”.

4.1 A Aliança do Boko Haram com o Estado Islâmico

No início de março de 2015, o Boko Haram declarou lealdade ao Estado Islâmico. O fato foi amplamente anunciado por diversos veículos da mídia internacional, no entanto a maior parte do conteúdo das manchetes não deixava transparecer surpresa, chegando até a apontar que a união “fazia sentido”.²⁰ O que não foi apontado nas notícias, mas que representava o aspecto mais importante do acontecimento era o seu valor simbólico, em um apelo para um jihadismo global contra a percepção de uma hegemonia e interferência ocidental em países islâmicos e feita por duas das principais organizações extremistas da época, surgidas a partir de agendas locais e com teatros de operação principais localizados a milhares de quilômetros uma da outra.

Eventos anteriores como a invasão do Afeganistão pela URSS, em 1979, o conflito entre árabes e israelenses e a presença de tropas norte-americanas na Arábia Saudita durante a Guerra do Golfo (1991), tinham estimulado sentimentos de injustiça, inclusive no norte da Nigéria, e criando

²⁰ O comentário foi feito por Jacob Zenn na matéria da CNN (ELBAGIR; CRUICKSHANK; TAWFEEK, 2015). A BBC, o The New York Times, o Le Monde Diplomatique e al-Jazeera também deram a notícia.

paralelos com a situação de outros muçulmanos em outras partes do mundo, com o potencial para conectar a África Ocidental ao Oriente Médio (WIKTOROWICZ, 2006).

Ainda assim, aquela não era a primeira vez que o Boko Haram estreitava laços com grupos jihadistas transnacionais. Ao longo da década anterior, o grupo havia estabelecido alguma cooperação com a al-Qaeda, com Mohammed Yusuf expressando sua admiração por Osama bin Laden e vendo-o como um modelo de liderança para a expansão da jihad ideológica. Além disso, em 2003, Yusuf teria recebido US\$ 3 milhões para financiar atividades diversas no nordeste da Nigéria (FALODE, CHUKWUEMEKA, 2022, p.07). Posteriormente, após a morte de Yusuf, o próprio Abubakar Shekau tentaria estabelecer contato com a liderança da al-Qaeda com a finalidade de buscar conselhos sobre a melhor forma de implementar táticas jihadistas: “Por favor, eu gostaria particularmente de falar com um representante de Osama bin Laden, que Alá o proteja, porque o grupo é fiel à Alá” ((KASSIM; NWANKPA, 2018, tradução nossa). No entanto, anos depois, em 2013, mesmo após a criação da al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM) e o controle de territórios em países próximos, como o Mali, a organização se recusou a estreitar relações com o Boko Haram (ZIMET, 2017). Se Yusuf desfrutava de um bom relacionamento em meio às lideranças da al-Qaeda na África, a fama de Shekau como um líder disposto a aplicar uma violência indiscriminada, inclusive contra outros muçulmanos, era mal vista.

A ascensão do Estado Islâmico (EI) daria ao Boko Haram a chance de estabelecer novas conexões transnacionais. O grupo surgiu no Iraque após a invasão dos EUA, em 2003, como filiada da própria al-Qaeda de Osama bin Laden. Porém, com o tempo, uma série de eventos fariam com que a organização perdesse o controle sobre sua aliada iraquiana. A deterioração da situação interna no Iraque, a morte de bin Laden e a liderança menos reconhecida de Ayman al-Zawahiri e o guerra civil na Síria criaram condições praticamente ideais para o fortalecimento do grupo local iraquiano. Em fevereiro de 2014, Zawahiri rompeu formalmente os laços com o ISIS, liderado na época por Abu Bakr al-Baghdadi (BYMAN, 2015, p.04).

Em junho de 2014, no período de poucas semanas, o grupo de al-Baghdadi tomou diversos territórios no Iraque e Síria, incluindo grandes cidades, como Mosul e Tikrit, além de reservas de petróleo e refinarias. O grupo passou a se autodenominar Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS, na sigla em inglês), com a capital na cidade síria de Raqqa e tendo al-Baghdadi como o califa (representante dos muçulmanos por todo o mundo), colocando-se na posição de vanguarda do movimento jihadista global, assumido uma posição de prestígio que antes pertencia à al-Qaeda.

Mais de um século desde a extinção do último califa após o fim do Império Turco-Otomano, há quase 100 anos, o Estado Islâmico cerimoniosamente anunciava o fim das linhas artificiais dos mapas criados pelos britânicos, franceses, como o de Sykes-Picot, e impostos pouco antes do término da I Guerra Mundial.²¹

O novo califado representava o início de uma nova era de “poder e “dignidade” para todos os muçulmanos ao redor do planeta, graças à apresentação de um elemento que a al-Qaeda não tinha, o estabelecimento de uma nova e inclusiva para os quase 1.8 bilhões de muçulmanos que podem sentirem-se marginalizadas, diante de outras religiões ou culturas pela capacidade de finalizar 1 século dominação ocidental e exploração na região.

O início de 2015, o EI tornou-se um grupo terrorista mais notório do planeta, recebendo recrutas de todas as partes do mundo, inclusive da Europa (HASHIM, 2014, p.07). De acordo com Zacharia Pieri, em: “[...] 2015, o Estado Islâmico tinha crescido para se transformar em um dos mais notórios movimentos jihadistas do planeta, atraindo milhares de recrutas de todas as partes do mundo até a sua base operacional na Síria e Iraque estava prometendo reviver a era dourado do Islã que traria o fim dos tempos” (PIERI, 2015, p.75, tradução nossa).

O processo de integração entre os dois grupos caminhou rapidamente. Um pouco antes da aliança, em abril de 2014, o ISIS já tinha parabenizado o Boko Haram pelo sequestro das 276 meninas em Chibok, usando o caso para justificar e exemplificar a escravidão das mulheres Yazidi. Depois disso, Abubakar Shekau também fundou um califado na cidade de Gwoza, no estado de Borno, seguindo os passos do ISIS no Oriente Médio. Finalmente, em 09 de março de 2015, Shekau declarou oficialmente a lealdade do Boko Haram ao ISIS por meio de uma mensagem de áudio lida em árabe:

Nó anunciamos nossa lealdade ao califa dos Muçulmaos, Ibrahim b. Ibrahim al-usayini al-Qurashi [Abubakar al-Baghdadi] e nó vamos ouvir e obedecer em tempos de dificuldade e prosperidade, nos desafios e na tranquilidade.....Nós [Boko Haram] juramos lealdade porque não há cura para a desunião muçulmana, exceto o califado. Nós também chamamos os muçulmanos a se juntarem a nós nessa bondade, porque isso iria enraivecer o inimigo de Alá. Por Alá, nossa reunião sob um imã é mais importante para a moral do que eles ganharem vitória no campo de batalha (KASSIM; NWANKPA, 2018, tradução própria).

²¹ O Acordo de Syke-Picott foi um compromisso feito entre o diplomata Mark Sykes e sua contraparte, François Georges-Picot para dividir o Império Turco Otomano entre si, com a ajuda dos gregos e russos. No entanto, o acordo foi logo denunciado pelos soviéticos, revelando que os europeus tinham total intenção de manter seu controle colonial na região. Apesar de não ter sido aplicado à risca, o Estado Islâmico fez uma grande propaganda ao demolir postos de fronteira entre o Iraque e a Síria, considerando-os demarcações de um passado colonial europeu.

Por sua vez, o líder do ISIS, al-Baghdadi aceitou a *abay'ah* (declaração de lealdade), que formalizou aliança, e acrescentando a Nigéria na lista de países africanos com organizações filiadas ao ISIS e que também havia jurado fidelidade ao grupo, como no Egito, Líbia, Marrocos e Tunísia. Oficialmente, o grupo também mudou de nome, sendo conhecido como o Estado Islâmico na província da África Ocidental (EI-AO).

Ainda que saibamos a respeito da rápida deterioração dos laços entre o ISIS e do EI-AO, ainda sob a liderança de Shekau, os fatores que motivaram a aliança eram diversos e significativos.

O primeiro deles teve a ver com o rigor ideológico e tático do ISIS, sua capacidade de formar o próprio território - ignorando os traços das divisões coloniais impostas pelos europeus sobre os povos muçulmanos (especialmente os árabes) – ao mesmo tempo em que desafiava a aparente dominância do secularismo da visão ocidental, fazendo com que o grupo tivesse uma enorme credibilidade, não só em meio a grupos árabes e africanas, mas por todo o globo.

O segundo era a oportunidade para o Boko Haram estender sua rede logística e de contatos. Atualmente (junho de 2023), além do Iraque e Síria, o EI possuiu *wilayats* (províncias) na fronteira entre o Afeganistão e Paquistão (província do Khorasan); no norte da África, com bases na Argélia, Tunísia, Líbia e Egito (especialmente na península do Sinai); no oeste africano (Camarões, Nigéria e Níger); no leste da África, na Somália e Moçambique; na região do Cáucaso; na península arábica, na fronteira entre a Arábia Saudita e o Iêmen; e no sudeste da Ásia, nas Filipinas.

Figura 05: Províncias Do Estado Islâmico (2019)



Fonte: The Meir Amit Intelligence and Terrorism Information Center (2019).

O terceiro motivo tinha a ver com a possibilidade do Boko Haram, nas palavras de Alex Thurston (2016, p.24): “[...] *atrelar o seu vagão à estrela em ascensão do Estado islâmico e a sua marca [...]*”, dando apoio e credibilidade para sua versão jihadista, em um momento em que o grupo estava no auge de seu domínio territorial, mas que também começava a sentir o desgaste causado pela contraofensiva nigeriana em cooperação com os demais países da bacia do lago Chade (OSTEBO, 2015).

O quarto motivo está conectado com disputas internas dentro do próprio Boko Haram. Apesar da declaração de lealdade ter sido proferida pelo próprio Shekau, pesquisadores como Jacob Zenn, Zacharias Pieri (2017, p.298) e Andrea Brigaglia (2018, p.214), acreditam que, na verdade, a aproximação com o EI foi incentivada por outras lideranças graduadas da organização, como Abu Musab al-Barnawi, Mamman Nur, and Abu Fatima, que desejavam conter a predominância e violência de Shekau, trazendo uma influência externa com grande credibilidade. Na época, Shekau provavelmente deve ter percebido essa intenção por parte desses líderes, mas cedeu, provavelmente temendo que a sua recusa poderia fraturar a unidade da organização.

O quinto e último motivo representou mais uma vantagem para o EI do que para o Boko Haram. A aliança deu ao grupo - até então muito focado em países árabes - uma base na África Subsaariana. Isso era uma vantagem principalmente em relação às novas possibilidades de recrutamento, embora fosse mais uma questão de logística do que de radicalização da população local. No caso do recrutamento, a combinação de condições políticas, econômicas e sociais desfavoráveis no âmbito local, somadas à oferta de um sentido de vida ou uma causa maior e global, como o jihadismo, desempenham um papel similar, tanto no Oriente Médio quanto na África Subsaariana. Porém, o caminho entre o nordeste da Nigéria (e os países em volta) até o sul da Líbia, fornece uma rota alternativa para jovens que desejam deixar a Europa para se juntar ao EI, mas teriam dificuldade de ir e passar pelos serviços de segurança da Turquia, ou retornarem, depois de terem viajado até o Iraque ou a Síria (OGBOGU, 2015, p.18).

Um exemplo dessa maior possibilidade de trânsito entre apoiadores do Estado Islâmico ocorreu em 2015, quando doze simpatizantes da organização viajaram de Kaolack, no Senegal, até Abadam, em Borno. Uma vez lá, eles se encontraram com Shekau, recebido treinamento em armas na floresta de Sambisa e dinheiro para retornarem ao Senegal e estabelecer uma nova província do Estado Islâmico no sul do país (FAYE, 2019).

No entanto, o aspecto do período de subordinação do Boko Haram ao EI que se provou mais duradouros foram as mudanças no setor de mídia e propaganda. Nas primeiras semanas após a aliança, o material de divulgação do Boko Haram foi aprimorado de forma significativa. Em janeiro de 2015, o grupo criou a sua primeira conta oficial no twitter “Urhwa al-Wutqha” (o “Laço mais Firme”, em árabe). Os vídeos produzidos também ficaram bem mais elaborados, incluindo legendas em diversas línguas, além de gráficos e efeitos especiais (GARTENSTEIN-ROSS, BARR e MORENG, 2016, p.67).

Nas semanas seguintes, a aliança com o EI demonstrou as mudanças na dinâmica de confrontação entre extremistas e os países da região da bacia do Lago Chade. O EI-AO atacou a capital do Chade, N’djamena, pela primeira vez, além de aumentar suas atividades em Camarões e Níger (ZENN, 2019, p.92).

4.2 Fragmentação Interna

Apesar dos sucessos iniciais da aliança entre o Boko Haram e o EI, a permanência da organização como uma entidade unificada, teve curta. Menos de 18 meses após o anúncio de lealdade de Shekau, e a criação do EI-AO, os grupos já se encontravam em uma competição violenta na região, motivada por diversas diferenças ideológicas e táticas.

A primeira delas demonstra a existência de disputas internas dentro do próprio Boko Haram, mesmo antes da aliança com o EI. Apesar de estar à frente do grupo desde a morte de Mohammed Yusuf, Abubakar Shekau passou a ter a sua liderança cada vez mais contestada, principalmente por outros membros antigos e importantes dentro da organização, como Mamman Nur (visto por muitos como o “cérebro” do grupo) e Abu Musab al-Barnawi (filho mais velho de Yusuf). Na opinião deles, Shekau havia se tornado muito autoritário, tomando decisões sem consultar os demais membros. Aqueles que se opunham a ele tendiam a desaparecer, enquanto, mesmo entre os indivíduos mais leais, podiam ser mortos por cometerem erros triviais. Pior ainda, Shekau era acusado de dividir os ganhos e recursos do grupo de maneira desigual, apresentando um estilo de vida luxuoso, enquanto a maior parte dos demais membros viviam em condições precárias (MAHMOOD; ANI, 2023, p.12).

Um segundo motivo teve a ver com a rápida expansão territorial do grupo pela região da bacia do Lago Chade. Apesar do EI-AO ter conquistado mais de 32,000 km² (uma área

aproximadamente do tamanho da Bélgica), o contra-ataque dos militares nigerianos logo fez com que os militantes tivessem que sair das cidades e áreas planas e abertas e recuar para outras zonas taticamente mais favoráveis, como a floresta de Sambisa e as montanhas Mandara. Apesar de ser óbvio que a manutenção a longo prazo desses territórios não fosse surpreendente, dado a imensa capacidade do Estado nigeriano - pelo menos para o confronto direto – Shekau foi culpado pela perda territorial, sendo uma vítima de seu próprio sucesso inicial.

A resposta de Shekau diante desse cenário de retração territorial motivou aquela que talvez seja a principal motivação para a fragmentação do grupo. Para compensar a perda de controle sobre terras e recursos, Shekau intensificou os ataques suicidas do grupo, escolhendo alvos governamentais, como postos da polícia e bases militares, mas também civis, como mercados e até mesquitas. No entanto, grande parte dos indivíduos que executavam esses ataques não eram homens, membros do grupo e dispostos a morrerem como mártires pela causa. De acordo com Jason Warner e Hilary Matfess, entre 2011 e 2017, 56% dos ataques suicidas do Boko Haram foram executados por mulheres e 20%, por adolescentes ou crianças, muitas vezes recrutadas à força e forçadas a executarem as ações (WARNER; MATFESS, 2017, p.04).

Para Shekau, o uso forçado de mulheres e crianças muçulmanas para ataques suicidas, além da escolha de “alvos macios”, como mesquitas e centros comerciais lotados de muçulmanos, não entraria em choque com os valores ideológicos do Boko Haram pois qualquer indivíduo, homens, mulheres e crianças, vivendo em qualquer área que não fosse administrada pelo grupo (mesmo campos de refugiados), possuindo um documento de identificação, como uma carteira de identidade, ou passaportes e aceitando que seus filhos recebam educação secular, estariam em condição de “*takfir*” (excomunhão) e estariam à mercê da violência do grupo. No entanto, esse não era um posicionamento unânime, com outros líderes, como Nur e Barnawi declarando que esse tipo de atitude era contraprodutivo, fazendo a organização ser mal vista pela população local e alienando-a em relação à propagação do Islã, posição que parecia ir ao encontro do pensamento do líder do EI, Abu Bakr al-Baghdadi (PIERI; ZENN, 2017, p.299).

O argumento da alienação é apoiado pelas estimativas de especialistas, como Freedom Onuoha e Samuel Oyewole. De acordo com eles, antes de 2009, o Boko Haram contava com aproximadamente 280,000 membros, incluindo diversos membros da elite política e econômica local. Contudo, durante o ápice da expansão territorial da organização, o grupo tinha entre 15 a 50 mil integrantes (ONUOHA; OYEWOLE, 2018, p.06).

Esse tipo de divergência interna cresceu de junho e julho de 2016, no entanto, o rompimento formal aconteceu em agosto de 2016, quando a liderança central do EI apontou Abu al-Barnawi como “Wali” (governador) do EI-AO. Após saber da notícia, Abubakar Shekau se recusou a aceitar a decisão. Apesar de se declarar como um seguidor fiel da liderança do EI como maior representante do jihadismo, Shekau declarou que al-Barnawi seria um “infel” e não poderia liderar o grupo. Na prática, o que ocorreu foi a separação do grupo em duas facções distintas: o EI-AO, agora liderado por al-Barnawi e o grupo liderado por Shekau, que voltou a adotar o nome de Jama’atu Ahlis Sunna Lidda’adati wal-Jihad (passando a ser mais conhecido também, a partir desse ponto, como JAS).

Nos primeiros meses após o rompimento, a situação do EI-AO era delicada. O grupo teve que se reestruturar praticamente do zero, contando apenas com o número de 2,000 a 2,500 integrantes e tendo que lidar simultaneamente com as forças de Shekau (muito mais numerosas naquele momento) além de duas divisões nigerianas na área, além de tropas do Níger e Camarões ao norte e nordeste. No entanto, entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, um grande contingente de militantes que haviam sido enviados para treinar na Líbia, retornou à região, diminuindo a grande desvantagem numérica. Além disso, o EI conseguia garantir o envio constante de dinheiro e outros recursos. O fato do EI-AO possuir uma estrutura de comando mais organizada, com combatentes experientes e conexões transnacionais, representou vantagens importantes em relação ao JAS, de Shekau, e o grupo sobreviveu aos primeiros meses.

Foi também ao longo do segundo semestre de 2016 que o EI-AO conseguiu se estabelecer na sua atual principal base de operações. Na região da bacia do Lago Chade, a floresta de Sambisa e as montanhas Mandara eram as regiões mais valiosas do ponto de vista logístico. Ambas eram regiões próximas de grandes centros urbanos onde veículos, combustível, medicamentos, produtos químicos e equipamento industrial podiam ser obtidos. Além disso o terreno e a vegetação ofereciam vantagens táticas para os grupos insurgentes. Exatamente pelas razões acima, esses lugares tinham importância primordial para o JAS, abrigando diversas bases do grupo.

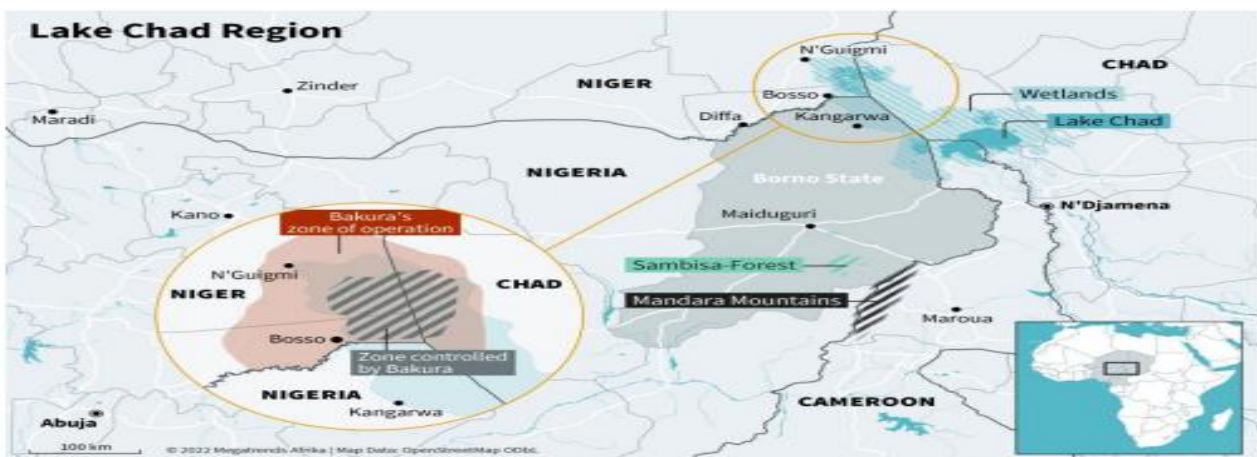
Quando comparadas com Sambisa ou Mandara, as ilhas do Lago Chade não têm a mesma importância. A área fica distante de cidades com recursos que pudessem ser aproveitados por grupos insurgentes. No entanto, ela possui alguns atrativos próprios, exatamente pelas mesmas razões. Comida e água são facilmente obtíveis e o mesmo isolamento que torna as ilhas distantes de alguns recursos também as tornam fáceis de serem defendidas. Além disso, algumas delas continham

alguns acampamentos do JAS, incluindo armas e munições que poderiam ser tomados, sem arriscar um confronto com grandes contingentes do grupo (SAMUEL, 2019). Por essas razões, quando al-Barnawi teve que fugir das forças de Shekau, as ilhas do Lago Chade e as áreas pantanosas ao redor ofereceram um refúgio quase ideal para o EI-AO.

Após se estabelecer na área, o EI-AO deu início a uma campanha de recrutamento, com um objetivo duplo. Aumentar o número de integrantes da organização, mas também, rapidamente, se apresentar como uma alternativa em relação ao JAS.

Até então, o grupo liderado por Shekau tinha sido brutal com a população civil. Só o fato do EI-AO se mostrar mais tolerante com os habitantes locais, já representava um aspecto positivo para o grupo, em relação aos seus antigos aliados. Entretanto, não só o EI-AO era bem menos violento, mas o grupo passou a se envolver diretamente na proteção da população. Um exemplo disso é o fato do grupo passar a defender a população da região de Diffa, no sul do Níger, evitando ataques do JAS, libertando mulheres sequestradas (pelo menos pelo JAS) e itens roubados aos seus lugares de origem, vingando-se de membros do JAS que tivessem sido particularmente violentos com a população e até protegendo pastores e seus rebanhos das ações de criminosos ou de outros grupos insurgentes (STODDARD, 2023, p.44).²²

Figura 06 – A região da base do EI-AO



Fonte: AMADOU; FOUCHER, 2022, p.04.

²² Apesar de proteger a população de locais próximos de suas bases, o EI-AO também executou ações violentas contra residentes de áreas mais afastadas, inclusive sendo responsável pelo sequestro de 112 meninas e um menino na cidade de Dapchi, estado de Yobe, em fevereiro de 2018. Posteriormente, o grupo liberou 107 delas (cinco morreram durante o cativeiro), em março, mantendo apenas uma delas. Durante esse episódio, Mamman Nur negociou a soltura das meninas com o governo nigeriano, o que teria contrariado muitos membros do EI-AO, resultando na sua execução, alguns meses depois (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019, p.20).

Se o grupo era consideravelmente menos violento com a população civil, o mesmo não pode ser escrito sobre os governos dos países da região. Com exceção de alguns casos isolados, o EI-AO se manteve como um grande antagonista das forças de segurança, escolhendo os militares como alvos principais de suas ações. O primeiro grande ataque do grupo aconteceu em 03 de junho de 2016, em uma base militar do Níger, na cidade de Bosso, bem na fronteira com a Nigéria. Na ocasião, o EI-AO matou 26 soldados, além de ter roubado armas e munições, porém, sem baixas civis (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2023).

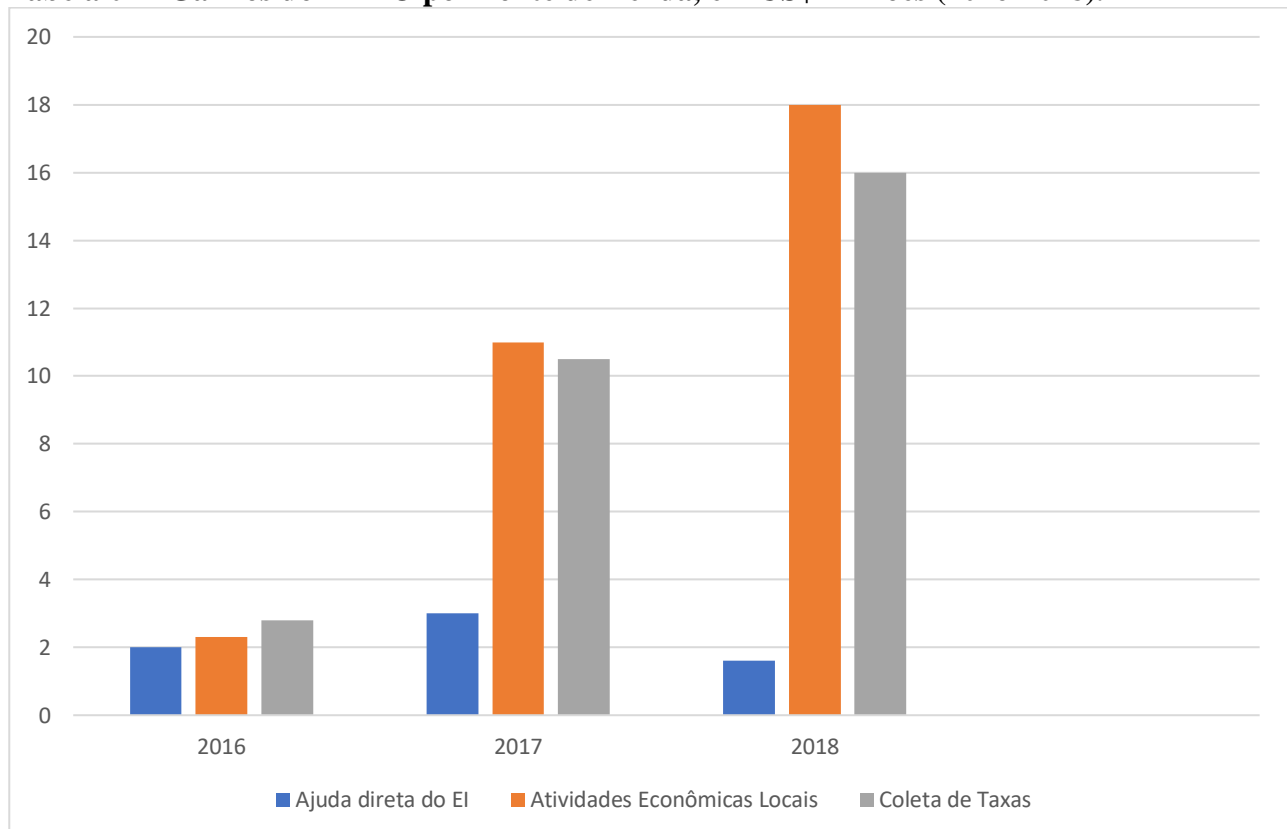
A campanha pela reputação do EI-AO em meio à população da região também foi facilitada pelo histórico ruim das forças de segurança da Nigéria e dos demais países da região em relação ao já descrito abuso de direitos humanos, especialmente por parte dos militares nigerianos. Considerando o aspecto transnacional que o conflito havia assumido, a tática de grupos extremistas de se posicionarem como diferentes da conduta do Estado é um fator que incentiva a propaganda e o recrutamento, não só na Nigéria, mas em todo o continente. De acordo com entrevistas conduzidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizada com 573 ex-militantes de grupos no Quênia, Somália, Sudão, Nigéria, Níger e Camarões, 71% dos participantes apontaram “ação do governo” e “assassinato de um membro da família ou amigo” ou “prisão de um membro da família ou amigo”, como as razões principais para eles se juntarem aos grupos (UNDP, 2017, p.05).

Outro fator que impulsionou a consolidação do EI-AO foi o desenvolvimento de atividades econômicas na região que permitiram ao grupo tornar-se financeiramente autossuficiente. Entre 2016 e 2018, a organização dependeu do apoio do comando central do EI, que durante esse período enviou aproximadamente US\$ 1,5 milhão para a seus afiliados na África Ocidental. Na época, essa quantia era responsável por um terço dos rendimentos do grupo.

Com o tempo, o EI-AO foi gradualmente se envolvendo com as atividades econômicas locais, principalmente no setor de pesca de peixes e lagostins, onde o grupo se apropriou de todas as etapas do mercado, desde a pesca em si, até o transporte para as regiões de Bosso e Diffa, no Níger e a venda nos mercados de Geidam e Hadeija, na Nigéria. Além disso o grupo estabeleceu uma coleta eficiente de taxas da população local, principalmente sobre rotas de ônibus ou caminhões que têm que transitar pelo território controlado pelo grupo.

Como o gráfico abaixo demonstra, em apenas dois anos (2016-2018), o EI-AO multiplicou a sua renda em mais de cinco vezes, até o ponto em que o envio de ajuda externa do EI representasse menos de 6,0% da receita do grupo, com a indústria da pesca e a coleta de taxas passando a constituir 50% e 45%, respectivamente. Atualmente, estima-se que o EI-AO seja o grupo não-estatal mais rico da região da bacia do Lago Chade, arrecadando de US\$ 2,0 a US\$ 3,0 milhões por mês (entre US\$ 24 e US\$ 36 milhões por ano) (GICS, 2019, p.13).

Tabela 02 - Ganhos do EI-AO por Fonte de Renda, em US\$ milhões (2016-2018).



Fonte: GICS, 2019, p.13.

Além de financiar as atividades do EI-AO, o envolvimento com o setor pesqueiro – uma das principais atividades econômicas da região - produz o benefício indireto de criar um cenário onde os esforços contrários dos militares acabam prejudicando a reputação do governo. Toda vez que o exército da Nigéria, ou do Níger, realiza operações para apreender caminhões transportando peixes ou confisca carregamentos do produto em depósitos ou mercados, como uma forma de tentar conter os ganhos financeiros da organização, eles também acabam afetando o principal meio de vida de milhares de famílias que tiram seu sustento da atividade, seja os pescadores, caminhoneiros ou

vendedores, ou mesmo os consumidores, que veem os preços dos alimentos subir, passando a se ressentirem da presença dos militares. A situação ainda é agravada pelo fato de muitos oficiais se aproveitarem dessas ações apenas para assumirem parte do controle sobre a atividade econômica e lucrar com suas próprias operações (GCIS, 2019, p.20).

Na prática, a situação de conflito prolongado no entorno do Lago Chade transformou a dinâmica econômica local, incentivando o estabelecimento de práticas informais e/ou ilegais em locais onde a presença estatal já era escassa. Nos territórios em que os militares conseguem expulsar temporariamente os jihadistas, facções criminosas costumam assumir o controle, criando uma situação de insegurança maior do que a anterior. De acordo com a declaração de um comandante do EI-AO, em uma entrevista concedida ao repórter Obi Anyadike, o grupo foi capaz de: [...] introduzir um novo regime de serviços para a população local. Parece que os militares, até no auge de seu controle sobre esses territórios, não se apresentaram como uma alternativa válida aos aldeões, [que encontraram apenas] injustiça” (ANYADIKE, 2019).

Em um médio e longo prazo, a cada dia em que os diversos casos de negligência, ou mesmo agressão ativa, por parte das forças governamentais, somados à incapacidade desses mesmos de manterem um controle efetivo sobre o território, inclusive os fronteiros, indica a consolidação do EI-AO como um ator capaz de se provar como uma alternativa viável para a estabilidade econômica e de segurança da região, sendo mais bem-sucedidos em, no termo historicamente utilizado para indicar lutas contra grupos insurgentes, conquistar os “corações e mentes” da população.

A situação é semelhante até mesmo nos casos de combatentes do JAS que optaram por desertar do grupo. Após a morte de Shekau, em 2021, o EI-AO adotou uma série de medidas, que incluíam a garantia de que os indivíduos que estavam sob a sua liderança seriam aceitos pela organização, recebendo tratamento justo, divisão mais igualitária dos espólios do conflito, além de diversos incentivos financeiros. Para muitos desses combatentes, essas condições representam propostas mais atrativas do que o governo nigeriano tem se disposto a oferecer (BARKINDO, 2023, p.14).

Em relação ao comportamento mais atual do EI-AO, o grupo parece ser cauteloso em relação a ações contra forças de segurança, estando ciente de que confrontos em larga escala rompem com um status quo favorável a eles e que podem atrair a presença de mais tropas dos países locais, ou até mesmo, um maior envolvimento de tropas norte-americanas.

Para a Nigéria, uma predominância do EI-AO sobre o JAS tem consequências ambíguas para a Nigéria. Por um lado, a violência causada por grupos jihadistas declinou. Entre 2020 e 2022, o número de ataques em toda a região da bacia do Lago Chade (Nigéria, Camarões, Chade e sul do Níger) diminuiu 28%, enquanto o número de mortes também caiu 24%. Por outro lado, o EI-AO apresenta uma ameaça menos concentrada do ponto de vista geográfico. Tradicionalmente restritos aos estados de Borno, Yobe e Adamawa, ataques relacionados à organização ocorreram em Taraba (também no nordeste do país), além de Kano (norte), Níger e Kogi (centro-norte) e um atentado à bomba que matou 40 pessoas em uma igreja no estado de Ondo (sudoeste), em junho de 2022 (AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES, 2023).

De fato, durante os primeiros quatro meses de 2022, o EI-AO realizou mais operações na Nigéria do que no Iraque, fazendo com que o país, atualmente, seja o epicentro das ações do EI em todo o planeta (BACON; DOCTOR; WARNER, 2022).

4.3 A Nigéria na “Guerra Global ao Terror”

A persistência da atividade de grupos jihadistas no nordeste da Nigéria e o tipo de resposta governamental contra eles também precisa ser analisada dentro do contexto mais amplo da visão do terrorismo como uma das principais ameaças da África, ao mesmo tempo em que diversos países ao redor do planeta (re)descobrem o interesse pelo continente.

Após o processo de colonização, no final do século XIX e início do século XX, e da inserção do continente como um palco (ainda que secundário) da Guerra Fria, as vantagens de uma presença significativa na África são variadas. As mais imediatas incluem os abundantes recursos naturais do continente, principalmente petróleo e minérios, como ouro, prata, diamantes, urânio, fosfato, cobre e zinco. A segunda é a média geral de crescimento econômico africano, que tem sido maior do que a global, com países como Ruanda (7,3%) e Costa do Marfim (4,3%) apresentando altos índices de desenvolvimento nos últimos vinte anos (THE WORLD BANK, 2023).

Um terceiro aspecto, muitas vezes ignorado, é fato de que os 54 países do continente representam 28% do bloco da Assembleia Geral das Nações Unidas, compondo também um quarto dos votos de outras instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), G-77 e o clube dos não-alinhados, fazendo do bloco africano o mais importante para todos os países dispostos a adotar políticas multilaterais (NANTULYA, 2023).

Um quarto e último aspecto – mas não menos importante – são as projeções que apontam que até 2050, 01 entre cada 04 pessoas da população mundial será africana, fazendo com que o continente tenha um peso significativo na definição dos temas globais ou, pelos menos, sendo parte constante deles (AKUM; TULL, 2023, p.05). Portanto, nas palavras de Cameron Hudson, nenhuma: [...] “potência sem a África do seu lado, pode afirmar de forma crível o título de um líder global” (HUDSON 2023).²³

Essa (re)descoberta da África como uma área vital para os interesses de qualquer país no cenário internacional tem gerado estratégias variadas de aproximação com os Estados africanos, incluindo a tradicional ajuda humanitária ou iniciativas econômicas e/ou culturais. Porém, no caso das grandes potências, os aspectos militares (venda de armas, envio de tropas, criação de bases militares) têm tido uma relevância cada vez maior.

A França – país com um histórico antigo de envolvimento em temas militares na África – possui bases permanentes no Djibouti, Gabão e Senegal, além de ter intensificado o envio de tropas para países da região do Sahel, a exemplo da operação Serval (2013-2014), no Mali e Barkhane (2014-2022), em Burkina Fasso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger (OFFELEN, 2023).

A mesma tendência vale para potências com um interesse militar menos constante pela África, ou pelo menos, mais recente. No primeiro caso, temos a Rússia, que também aumentou sua presença militar no continente, principalmente por meio de empresas militares privadas, como o grupo Wagner, que atualmente possui mais de 5,000 tropas em países como a República Centro-Africana (RCA), Líbia, Moçambique, Sudão e Mali (RAMPE, 2023). No segundo, observa-se o exemplo da República Popular da China (RPC), que inaugurou a sua primeira base militar em território estrangeiro no Djibouti, em 2017, além de ter aumentado a sua participação em missões de paz da ONU no Sudão, Sudão do Sul, República Democrática do Congo (RDC) e RCA (LEIGH, 2021).

No caso dos EUA, o processo de militarização na África deu-se a partir do pano de fundo da chamada “Guerra Global ao Terror” (GGT), iniciada após os atentados terroristas contra o país, em 11 de setembro de 2001. No início do século XXI, o combate a organizações terroristas (com destaque para as “islâmicas”), deveria ser uma prioridade da agenda de segurança de todos os países, da mesma maneira que o anticomunismo havia sido durante a segunda metade do século

²³ Além de potências tradicionais, como Estados Unidos e República Popular da China (RPC), Rússia, Reino Unido, França, países emergentes, como Brasil, Índia, Turquia também têm tentado aumentar a sua influência na África.

XX. O combate ao terrorismo foi apresentado como um conflito global, de longa duração, que podia ser simplificada pela lógica do “nós contra eles” e que fornecia uma solução de longo prazo para o que Barry Buzan chamou de “déficit de segurança” dos Estados Unidos, após o fim da Guerra Fria (BUZAN, 2006, p. 1101).

A inclusão da África como uma área relevante para a GGT deu-se logo no início. Em novembro de 2001, em uma audiência perante o congresso norte-americano, Susan Rice - assistente do Secretário de Estado para Assuntos Africanos – chamava atenção para as possíveis conexões entre organizações terroristas e o continente africano: “o que a África tem a ver com a al-Qaeda, Osama bin Laden, redes de financiamento e até armas de destruição em massa? Infelizmente, tudo. A África é o ponto fraco do mundo para o terrorismo global” (THE AVALON PROJECT, 2001, tradução nossa).

A declaração alertava para os perigos de manter a África marginalizada na política externa norte-americana enquanto as atenções de Washington se voltavam para o Oriente Médio. De fato, durante os anos 1990, o continente era considerado de pouca importância estratégica. Em 1995, um relatório do Departamento de Defesa dos Estados Unidos afirmava que a África Subsaariana representava “[...] muito pouco interesse estratégico tradicional” (DEPARTMENT OF DEFENSE, 1995, tradução nossa).

A mudança teve início a partir da segunda metade dos anos 1990. Os atentados contra as embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia, em 1998, já tinham chamado atenção para a presença de grupos terroristas em países africanos. No entanto, após 2001, o Departamento de Estado e de Defesa norte-americano passaram a enfatizar os potenciais riscos dos chamados “espaços não-governados”. Segundo a definição do Departamento de Estado, esses “espaços não-governados” designam lugares:

[...] onde o Estado ou governo central é incapaz ou indisposto a estender controle, governar efetivamente, ou influenciar a população local, e onde o governo provincial, local, tribal ou autônomo não governa completamente ou efetivamente, devido à capacidade inadequada de governança, determinação política insuficiente, lacunas na legitimidade, presença de conflitos ou normas de comportamento restritivas. ‘Áreas não governadas’ pressupõe-se, devem incluir subgovernadas, mal-governadas, contestadas ou exploradas” (LAMB, 2008, p.06, tradução nossa).

Para os Estados Unidos, as diversas áreas “não-governadas” dentro de países africanos - com governos apresentando altos índices de corrupção, guerras civis e fronteiras porosas - teriam

diversos “espaços não-governados”, onde organizações criminosas, rotas de contrabando de armas, drogas, migração “ilegal” e grupos terroristas poderiam se consolidar, justificando, portanto, a necessidade de eventuais intervenções militares para operações de missões de paz, contrainsurgência, anti-drogas e antiterrorismo.

O “nexo segurança-desenvolvimento” passou a ser apresentado como a melhor alternativa para suprir as lacunas deixadas pelo Estado nas áreas “não-governadas”. As chamadas Reformas do Setor de Segurança (RSS) ganharam destaque na abordagem dos países desenvolvidos, especialmente entre os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em relação aos países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos.

A proposta era apresentar um conceito de “segurança” mais amplo e holístico, voltado para a promoção do desenvolvimento humano e redução da pobreza, por meio de projetos sociais, econômicos e de boa-governança política. Sob essa lógica, os países desenvolvidos ofereceriam consultoria e recursos para uma série de transformações que prezariam pela legalidade, responsabilização e transparência das instituições de segurança dos países necessitados, incluindo as forças armadas, serviços de inteligência, polícia e sistema carcerário, além de aumentar a participação da sociedade civil, setores da mídia, Empresas Militares Privada (EMPs) com o propósito de: “[...] criar as condições pelas quais eles podem escapar da espiral decadente onde insegurança, crime e subdesenvolvimento se reforçam mutuamente [...]” (OCDE, 2007, p.20, tradução própria).

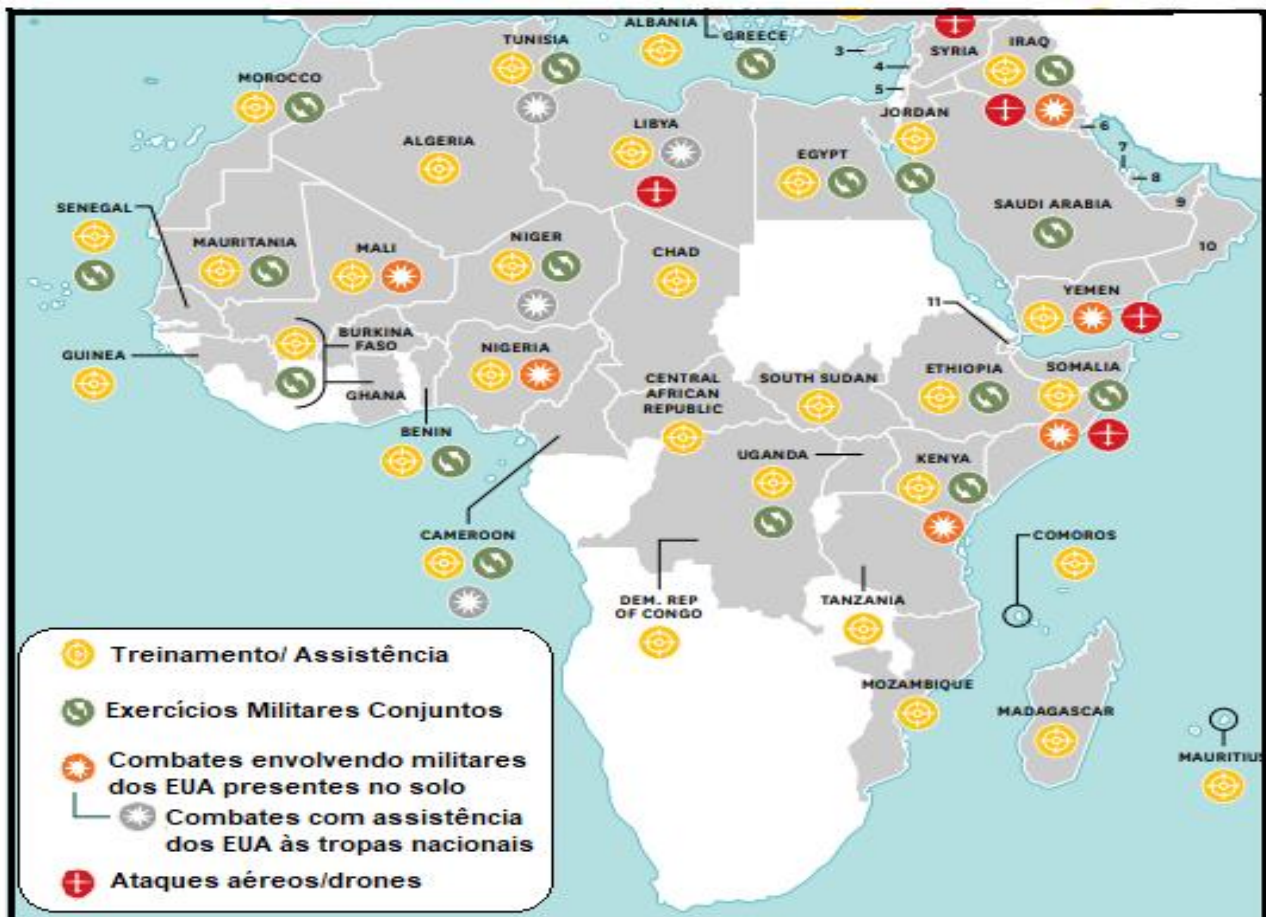
Apesar das intenções iniciais dessa recente conexão entre segurança e desenvolvimento, em poucos anos, a presença dos Estados Unidos na África logo passou a apresentar uma disparidade entre retórica e ação. Apesar da ênfase dada por Washington a projetos de promoção de desenvolvimento econômico e social, o foco do país passou a se concentrar em iniciativas que reforçavam os aspectos mais tradicionais da segurança. O padrão da assistência financeira dada pelos Estados Unidos ao Quênia serve de exemplo para essa tendência. Entre 2003 e 2009, o Quênia recebeu dos Estados Unidos US\$ 6.9 milhões para a implementação de projetos relacionados à saúde, educação, cuidados veterinários e acesso à água potável. No entanto, durante o mesmo período, o país recebeu mais US\$ 29 milhões para o financiamento de ações antiterrorismo (MOORE; WALKER, 2016, p.33).

No entanto, o principal indício da militarização da presença de Washington no continente africano foi o estabelecimento de um centro de combate unificado na região, o Comando dos

Estados Unidos para a África (AFRICOM), em outubro de 2007. É importante ressaltar que a data de criação do AFRICOM indica a posição apenas marginal do continente dentro das considerações norte-americanas sobre a área de segurança internacional. Enquanto o Departamento de Estado dos Estados Unidos criou um Escritório para Assuntos Africanos em 1958, o Departamento de Defesa só se preocupou em criar um centro de comando exclusivo para a África quarenta e nove anos depois.²⁴

Em junho de 2023, os Estados Unidos tinham aproximadamente 6,000 indivíduos, em 16 países diferentes, com destaque para mais de 500 tropas na Somália e outras 1,000 no Níger, voltadas principalmente para operações de contraterrorismo (HUSTED, et al. 2023, p.14).

FIGURA 07: OPERAÇÕES ANTITERRORISMO DOS EUA NA ÁFRICA (2018-2020)



Fonte: SAVELL, 2021.

²⁴Antes de outubro de 2007, o território africano ficava sob a responsabilidade de três outros centros de comando: o Comando Europeu dos Estados Unidos (EUCOM), responsável pela região da África Ocidental, Central e Austral, o Comando Central dos Estados Unidos (CENTCOM), encarregado de uma faixa entre o Egito e o Quênia e o Comando Indo-Pacífico (PACOM), que abrangia Madagascar e as ilhas menores no Oceano Índico. A única exceção é o Egito, que continua dentro da área de atuação do CENTCOM (MARTIN, 2007).

No caso da Nigéria, o país segue o mesmo padrão de securitização e militarização nas relações com os Estados Unidos. No entanto, esses padrões são exacerbados devido à relevância da Nigéria dentro do continente africano. De acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, a: [...] Nigéria é, provavelmente, o parceiro estratégico mais importante para os Estados Unidos na África Subsaariana” (U.S DEPARTMENT OF STATE, 2023, p.03, tradução nossa).

Além de ser reconhecido como o país mais populoso e a maior economia da África, a Nigéria é o maior importador de equipamento militar norte-americano na África Ocidental e, a luta contra o Boko Haram e o EI-AO são percebidos como parte importante da guerra contra o terrorismo. Porém, se os Estados Unidos admitem o interesse de melhorar suas relações com os nigerianos, o desejo dos nigerianos de aprimorarem sua interação com os norte-americanos, talvez seja o aspecto mais relevante e revelador da hesitação de que a Nigéria, por si só, seria capaz de lidar com a ameaça do Boko Haram.

Desde a criação do AFRICOM, em 2007, a Nigéria mudou a sua percepção sobre a presença militar norte-americana de forma significativa. Naquela época, quando Washington tinha a intenção de instalar o quartel-general do AFRICOM em um país africano, o governo nigeriano foi decisivo em limitar a presença dos Estados Unidos na África e se manifestar contra a intenção do país, dissuadindo Estados dispostos a sediar o centro de comando, como a Libéria (a sede do AFRICOM acabou instalada na Alemanha). No entanto, em abril de 2021, o então presidente, Muhammadu Buhari, fez um pedido direto, para o secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, mover o quartel-general do AFRICOM para o país. De acordo com Buhari: “[...] considerando os crescentes desafios de segurança na África Ocidental e Central, Golfo da Guiné, região do Lago Chade e o Sahel, pesando sobre a África, se ressalta a necessidade dos Estados Unidos considerarem a realocação do quartel-general do AFRICOM de Stuttgart na Alemanha, para a África, perto do teatro de operações.” (U.S DEPARTMENTE OF STATE, 2021).

Assim, a posição da Nigéria sobre a presença dos Estados Unidos é um fator que pode ter consequências duradouras não só para o país e a região da África Ocidental, mas também para todo o continente africano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2023, a luta contra o Boko Haram entrou no seu décimo quarto ano. Apesar de grandes esforços nacionais por parte do governo da Nigéria, que incluem operações conjuntas multinacionais com os governos do Camarões, Chade e Níger, a competição com outros grupos extremistas na região, como o EI-AO tem sido mais prejudicial ao grupo do que os esforços estatais executados pelas forças armadas.

Ainda que componentes internacionais também sejam relevantes para explicar a persistência do Boko Haram, as raízes que geraram a organização e que facilitam a sua persistência foram estabelecidas a partir de condições específicas ao nordeste da Nigéria.

Uma vez que a Nigéria se tornou uma unidade política unificada, mas com diversos problemas herdados do período colonial, questões locais ganharam o potencial de tornarem-se nacionais, dada dimensão geográfica e populacional do nordeste do país. Mais que isso, a interação dessa região com o restante do país (e vice-versa), garantiu a exacerbação de divisões comunais em um ambiente altamente instável, como o Estado nigeriano, produto de um pensamento pós-colonial, permitiu a criação de um ambiente de violência constante e que não pode ser superado até que essas mesmas divisões sejam amenizadas.

Além disso, a partir do início do século XXI, a questão do terrorismo ganhou força nas agendas de segurança de todo o planeta. Diversos países que possuíam ameaças de grupos extremistas e insurgentes foram obrigados a se conformar com a nova agenda da chamada “Guerra Global ao Terror”. Outros, ainda encontraram uma oportunidade de se beneficiar da situação, adequando suas necessidades dentro da lógica do terrorismo para angariar apoio e recursos internacionais.

Os níveis de análise apresentados nesta pesquisa – local, nacional e global – também ajudam a compreender a extensão da ameaça do Boko Haram. Desde a sua criação, há mais de vinte anos, o grupo se mostrou extremamente dinâmico, adaptando-se a diversas respostas do Estado nigeriano, tanto nos seus ataques, quanto estrutura. Para a Nigéria (e também para os países próximos da bacia do lago Chade), uma vitória duradoura e incontestável - e não só técnica e momentânea - sobre o Boko Haram passa pela compreensão dessa adaptabilidade da organização e de uma combinação de medidas que se mostrem capazes de derrotá-los.

Como um dos países mais afetados pelo terrorismo há anos, o caso da Nigéria serve, simultaneamente, como uma encruzilhada e um exemplo global. A encruzilhada refere-se à oportunidade do país aplicar sua experiência de anos de combate contra o Boko Haram e aplicar os itens que se mostraram eficazes em um período em que o grupo parece enfraquecido com a morte de Shekau. Porém, o “gigante da África” também tem a responsabilidade de demonstrar para o restante do continente, se o método de “soluções africanas para problemas africanos” é possível. Dependendo das ações do país nos próximos anos, pode-se ter uma ideia da trajetória adotada pelos Estados da África, especialmente na porção da África Ocidental.

REFERÊNCIAS

ABDULLAHI, Murtala. Lieutenant Killed By His Soldier To Be Buried Today. Humangle, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://humanglemedia.com/lieutenant-killed-by-his-soldier-to-be-buried-today/>. Acesso em: 09, mar. 2021.

ABDULLAHI, Murtala; ADEBAJO, Kunle. Boko Haram Strongman, Shekau, Dead As ISWAP Fighters Capture Sambisa Forest. HumAngle, 20 mai. 2021. Disponível em: <https://humanglemedia.com/boko-haram-strongman-shekau-dead-as-iswap-fighters-capture-sambisa-forest/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

ABDULRAHMAN, Suberu; MANG, Henry. The Nigerian Army as a Product of Its Colonial History: Problems of Re-building Cohesion for an Army in Transition. **International Affairs and Global Strategy**, vol.53, p.21-31, 2017

ABUBAKAR, Aminu. Islamist sect leader shot dead after capture in Nigeria. The Sydney Morning Herald. 31 jul, 2009. Disponível em: <https://www.smh.com.au/world/islamist-sect-leader-shot-dead-after-capture-in-nigeria-20090731-e3ri.html>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ABUBAKAR, Babagana. **Kanuri Complete**. UNITAR-Geneva, 2017.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES. Fatalities from Militant Islamist Violence in Africa Surge by Nearly 50 Percent. 06 fev. 2023. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/fatalities-from-militant-islamist-violence-in-africa-surge-by-nearly-50-percent/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

AFRICA CONFIDENTIAL. **Africa probes the Panama connection**, 2016. vol.57, n.08. Disponível em: https://www.africaconfidential.com/article/id/11619/Africa_probes_the_Panama_connection. Acesso em: 03 fev. 2021.

AFRICA REPORT. **Northern Nigeria: Background to Conflict**. Crisis Group Africa Report n°168, 20 December 2010.

AFROBAROMETER. **Summary of Results**. Round 9. Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/08/Nigeria-Afrobarometer-R9-Summary-of-Results-26august2022.pdf> Acesso em: 20 jul. 2023.

AGHEDO, Iro; EKE, Surulola. From Alms to Arms: The Almajiri Phenomenon and Internal Security in Northern Nigeria. *Journal of Policy Studies*, 28(3), 97–123, 2013.

AGHEDO, Iro. Old Wine in a New Bottle: Ideological and Operational Linkages Between Maitatsine and Boko Haram Revolts in Nigeria. **African Security**, 7(4), 229–250, 2014.

AGBIBOA Daniel. Ethno-religious Conflicts and the Elusive Quest for National Identity in Nigeria. **Journal of Black Studies**, 44(1), p.3–30, 2013.

AGBIBOA, Daniel. Origins of Hybrid and Armed Community Mobilization in Sub-Saharan Africa. **RESOLVE Network, Community Based Armed Groups Series**, out, 2019.

AGBIBOA, Daniel. The Precariousness of Protection: Civilian Defense Groups Countering Boko Haram in Northeastern Nigeria. **African Studies Review**, p.1–25, 2020.

AHMED, Shahab; RAPOPORT, Yossef. **Ibn Taymiyya and His Times**. Oxford University Press: Karachi and New York, 2010.

AKINLO, Anthony. How Important is Oil in Nigeria's Economic Growth? **Journal of Sustainable Development**, vol. 05, n.04, 2023.

AKANBI, Grace. Changing bodies, degenerating output: phases of Basic Education in Nigeria from 1914 to 2014. **Cadernos de História da Educação** 16(1):p. 180-195, 2017.

AKINYELURE, Didi. The six lives of Boko Haram's Abubakar Shekau. BBC, 27 set. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-37476453>. Acesso em: 06 ago. 2023.

AKOMOLAFE, Femi. Nigeria: Celebrating the 'mistake of 1914'. New Africa, 09 abr. 2014. Disponível em: <https://newafricanmagazine.com/4291/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

AKUM, Fonteh; TULL, Denis. Strategic Competition and Cooperation in Africa - Perceptions, Implications, and Ways Forward. Disponível em: https://www.swp-berlin.org/assets/afrika/publications/policybrief/MTAPB13_Akum_Tull_2023_Strategic_Competition.pdf. Acesso em: 06 ago. 2023.

AL JAZEERA. '**Nigeria Killings Caught on Video: Tape Appears to Show Extra-judicial Killings in the Wake of Boko Haram Clashes Last Year**', 10 February, 2010: Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/africa/2010/02/20102102505798741.html>. Acesso em 21 abr. 2021.

AL JAZEERA. Boko Haram seizes town after soldiers 'flee'. 26 ago. 2014. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2014/8/26/boko-haram-seizes-town-after-soldiers-flee>. Acesso em: 23 jun. 2023.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Nigeria: Unlawful killings by the Joint Military Task Force in Maiduguri must stop**. 14 jul. 2011. Disponível em: <https://www.amnesty.org/fr/wp-content/uploads/2021/06/afr440132011en.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Nigeria: More Than 1,500 Killed In Armed Conflict In North-Eastern Nigeria In Early 2014**. Disponível em: https://www.amnesty.org.uk/files/nigeria__more_than_1500_killed_in_armed_conflict_0.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

ANDERSON, Eva; PAGE, Matthew. **Weaponising Transparency: Defence Procurement Reform as a Counterterrorism Strategy in Nigeria**. Transparency International Defence and Security, 2017.

ANOKWUTE, Angusláz. I Belong to Everybody and I Belong to Nobody: Inspirational Patriotic Voices of President Muhammadu Buhari. 1o ed. Createspace Independent Publishing Platform, 2016.

ANSARI, Azadeh; BRUEGGMAN, Tia. Demand for return of hundreds of abducted schoolgirls in Nigeria mounts. 04 mai. 2014. Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2014/05/03/world/africa/nigeria-abducted-girls/index.html>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ANYADIKE, Obi. Reporter's Diary: Boko Haram and the battle of ideas. 06 ago. 2019. *The New Humanitarian*. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/analysis/2019/08/06/Nigeria-boko-haram-ISWAP-and-battle-ideas-Lake-Chad>. Acesso em: 14 fev. 2021.

ARNTSEN, Bjørn. Forced migrants navigating the Boko Haram crisis – Continuity and rupture. In: AHMADOU, Mouadjamou; ARNTSEN, Bjørn; MAWOUNE, Warayansa. *Vivre au Nord-Cameroun. Enjeux, défis et stratégies*. Bibliothèque et Archives nationales du Québec, 2023.

APARD, Elodie. Les mots de Boko Haram. Décryptages de discours de Mohammed Yusuf et d'Abubakar Shekau. Dossier "Comprendre Boko Haram. Des pasteurs transhumants entre alliances et conflits au Tchad", *Afrique Contemporaine*, n. 255, 2015.

ASUELIME, Lucky; DAVID, Ojochenemi. *Boko Haram. The Socio-Economic Drivers*. Springer Cham Heidelberg, 2015.

AUSTINE et al (2013). *Corruption in Nigeria: A Historical Perspective*. **Research on Humanities and Social Sciences**. vol.3, n.16, 2013.

AZU, John. Ex-NAF Boss Diverted N558.2m Monthly For 2 Years – Witness. *Daily Trust*. Disponível em: <https://dailytrust.com/ex-naf-boss-diverted-n558-2m-monthly-for-2-years-witness/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BACON, Tricia; DOCTOR, Austin; WARNER, Jason. A Global Strategy to Address the Islamic State in Africa. ICCT, 29 jun, 2022. Disponível em: <https://www.icct.nl/publication/global-strategy-address-islamic-state-africa>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BAMIDELE, Oluwaseun. Civilian Joint Task Force' (CJTF) – A Community Security Option: A Comprehensive and Proactive Approach of Reducing Terrorism. *Journal for Deradicalization, Special Issue*, n. 7, p.124-144, 2016.

BAMIDELE, Oluwaseun. **"Sweat is invisible in the rain"**: Civilian Joint Task Force and counter-insurgency in Borno State, Nigeria. *Security & Defence Quarterly*, n.04, vol.31, p.171-188, 2020.

BARKINDO, Atta. How Boko Haram exploits history and memory. African Research Institute, 04 Out, 2016. Disponível em: <http://www.africaresearchinstitute.org/newsite/publications/boko-haramexploits-history-memory>. Acesso em: 08 mar, 2021.

BARKINDO, Atta. Boko Haram-ISWAP and the Growing Footprint of Islamic State (IS) in Africa. **Counter Terrorist Trends and Analyses**, vol. 15, No. 2, p.12-17, mar. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. On Glocalization: or Globalization for some, Localization for some Others. *Thesis Eleven*, 54(1), p.37–49, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. Glocalization and Hybridity. *Glocalism: journal of culture, politics and innovation*, p.01-05, 2013.

BBC. Nigeria Boko Haram: Militants 'technically defeated' – Buhari. 24 de dez. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-35173618>. Acesso em: 14 de abr. 2019.

BBC. Boko Haram 'ousted from Sambisa forest bastion. 24 dez, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-38427462>. Acesso em: 25 abril. 2016.

BIKUS, Zach. Nigerians' Confidence in Government Falls to Lowest in Africa. Gallup. 21 jun, 2022. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/393953/nigerians-confidence-government-falls-lowest-africa.aspx>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRIGAGLIA, Andrea. A Contribution to the History of the Wahhabi Da'wa in West Africa: The Career and the Murder of Shaykh Ja'far Mahmoud Adam (Daura, ca. 1961/1962-Kano 2007). *Islamic Africa*, vol. 3, No. 1, pp. 1-23, 2012.

BORGER, Julian. **Top security adviser calls soldiers cowards after Boko Haram attacks**. The Guardian, 22 jan. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jan/22/nigeria-soldiers-cowards-boko-haram>. Acesso em: 09 fev. 2021.

BOTHA, Anneli; ABDILE, Mahdi. **Understanding Boko Haram in Nigeria – Reality and Perceptions**. The Network for Religious and Traditional Peacemakers. Fev, 2017. Disponível em: <https://www.peacemakersnetwork.org/wp-content/uploads/2016/07/Understanding-Boko-Haram-in-Nigeria-%CC%B6-Reality-and-perceptions-WEB.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRIGAGLIA, Andrea. “Slicing Off The Tumour”: The History Of Global Jihad In Nigeria, As Narrated By The Islamic State. **Politics And Religion** No.2, vol. XII, p.199-224, 2018.

BRIGAGLIA, Andrea. The “Popular Discourses of the Salafi CounterRadicalism in Nigeria” Revisited: A response to Abdullahi Lamido’s Review of Alexander Thurston, Boko Haram. *The CCI Occasional Papers*, n. 2, p.10-23, March 2019.

BYMAN, Daniel. Friends Like These: Counterinsurgency and the War on Terrorism. *International Security*, 31(2), 79–115, 2006.

BYMAN, Daniel. **Terrorism in Africa: The Imminent Threat to the United States**. Prepared Testimony before the Subcommittee on Counterterrorism and Intelligence of the House Committee on Homeland Security, 29 abr. 2015.

BUZAN, Barry. Will the 'Global War on Terrorism' Be the New Cold War? **International Affairs**, vol. 82, n.06, p. 1101-1118, 2006.

CAMPBELL, John. **Nigeria: Dancing on the Brink**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2013.

CAMPBELL, John; PAGE, Matthew. **Nigeria: what everyone needs to know**. New York: Oxford University press, 2018.

CARSTEN et al. **The Abortion Assault – Nigerian Military Ran Secret secret mass abortion programme in war against Boko Haram**. 07 dez. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/investigates/special-report/nigeria-military-abortions/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CRENSHAW, Martha. Transnational Jihadism & Civil Wars. **Dædalus: The Journal of the American Academy of Arts & Sciences**, v. 146, n. 4, pp. 59-70, 2017.

CIERCO, Teresa; BELO, António. Será a Nigéria um Estado falhado? O grupo Boko Haram. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 21, p.121-146, 2016.

CYFFER, Norbert. Kanuri and its neighbors: When Saharan and Chadic languages meet. **Studies in African Linguistics**, n.11, vol.35, 2006.

COMOLLI, Virginia. **Boko Haram. Nigeria's Islamist Insurgency**, Oxford University Press, 198 Madison Avenue, New York, NY, 2015.

DAVIDSON, Basil. **The Black Man's Burden: Africa and the curse of the Nation State**. New York: Times Books, 1992.

DAILY POST. **Boko Haram: Nigerian Army insists Shekau is dead**. 24 set. 2014. Disponível em: <https://dailypost.ng/2014/09/24/boko-haram-nigerian-army-insists-shekau-dead-photos/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

DENIS, Michael. Nigeria: Failed State and the State of the Nation. **Journal of Political Science and Leadership Research**, vol. 9 n. 1 2023.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **United States Security Strategy for Sub-Saharan Africa**. 01 ago. 1995. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA297401>. Acesso em: 08 ago. 2023.

DIETRICH, Kyle. **“When We Can't See the Enemy, Civilians Become the Enemy” - Living Through Nigeria's Six-Year Insurgency**. Centers for Civilians in Conflict. Disponível em: https://civiliansinconflict.org/wp-content/uploads/2015/10/NigeriaReport_Web.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

DIM, Emeka. An Integrated Theoretical Approach to the Persistence of Boko Haram Violent Extremism in Nigeria, **Journal of Peacebuilding & Development**,12:2, p.36-50, 2017.

DOORNBOS, Martin. Linking the future to the past: Ethnicity and pluralism. **Review of African Political Economy**, 18(52), p.53-65, 1991.

DOLNIK, Adam. Justice Beyond Question? Military Responses to International Terrorism and Just War Theory. **Perspectives**, Summer 2002, n. 18, pp. 21-39, summer, 2002.

DUKE, Otu; OKON, Bassey; AGBASI, Dickson. Corruption and the Challenge of Boko Haram Terrorism in Nigeria: A Case of the Nigerian Armed Forces. **Asian Research Journal of Arts & Social Sciences** 4(2): p.1-20, 2017

EKHOMU, ONU. **Boko Haram: security considerations and the rise of an insurgency**. Boca Raton, FL: CRC Press, Taylor & Francis Group, 2019.

ELBAGIR, Nima; CRUICKSHANK, Paul; TAWFEEQ, Mohammed. Mohammed Tawfeeq. Boko Haram purportedly pledges allegiance to ISIS. CNN, 09 mar. 2015. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2015/03/07/africa/nigeria-boko-haram-isis/index.html>. Acesso em: 06 ago. 2023.

FAYE, Adja. West Africa must confront its foreign terrorist Fighters. Institute for Security Studies, 02 ago. 2019. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/west-africa-must-confront-its-foreign-terrorist-fighters>. Acesso em: 08 ago. 2023.

FENSKE, James; ZURIMENDI, Igor. Oil and ethnic inequality in Nigeria. *Journal of Economic Growth* vol.22, p.397–420, 2017.

FOREST, James. **Confronting the Terrorism of Boko Haram in Nigeria**. JSOU Report 12-5. The JSOU Press MacDill Air Force Base, Florida, 2012.

FALODE, Adewunmi; CHUKWUEMEKA, Nnamani. Countering Terrorism and Criminal Financing in Nigeria: Strategic Options. **Razón Crítica**, 13, 2022.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew. **A History of Nigeria**. Cambridge University Press, 2008.

FLYVBJERG, Bent. Five Misundertanding About Case-Study research. **Qualitative Inquiry**, vol.12, n.02, p.219-245, 2006.

GARTENTEIN-ROSS; BARR; MORENG. The Islamic State's Global Propaganda Strategy. **The International Centre for Counter-Terrorism – The Hague** 7, no. 1, 2016.

GLOBAL FIREPOWER INDEX (2023). **Military Strenght Ranking**. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>. Acesso em: 26 abr. 2023.

The Global Initiative for Civil Stabilisation (GICS, 2019). **Survival and Expansion: The Islamic State's West African Province**. The Conflict Studies and Analysis Project, Abuja, Nigéria, 2019.

GOPEP, Jonathan; SEARCEY, Dionne. In Nigeria, Another Mass Kidnapping Stirs Painful Memories and Anger. *The New York Times*, 25 fev. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/02/25/world/africa/nigeria-kidnapping-girls-dapchi-chilbok.html>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GORMAN, George. Islamist violence grips northern Nigeria. *Long War Journal*. 28 jul, 2009. Disponível em: https://www.longwarjournal.org/archives/2009/07/islamist_violence_gr.php. Acesso em: 21 abr. 2021.

GRAY, Simon; ADEAKIN, Ibikunle. **The Evolution of Boko Haram: From Missionary Activism to Transnational Jihad and the Failure of the Nigerian Security Intelligence Agencies**, *African Security*, 8:3, 185-211, 2015.

GRIFFIN, Thomas. *Changing Hydrography, Violent Extremism, and Climate-Conflict Intersection. Expeditions with MCUP*, p. 1-30, 2020

HASHIM, Ahmed. From Al-Qaida Affiliate to the Rise Of The Islamic Caliphate: The Evolution of The Islamic State Of Iraq And Syria (Isis). **Rajaratnam School of International Studies**. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/186573/PR141212_The_Evolution_of_ISIS.pdf. Acesso em 06 ago. 2023.

HANNON, Elliot. Nigerian Generals Are Arming Boko Haram. SLATE, 04 jun. 2014. Disponível em: <https://slate.com/news-and-politics/2014/06/nigerian-generals-found-guilty-of-arming-boko-haram.html>. Acesso em: 13 jun. 2023.

HARUNA, Abdulkareem. **Court-martial convicts general who complained of inadequate equipment to fight Boko Haram**. Premium Times, 01 dez, 2020. Disponível em: <https://www.premiumtimesng.com/news/headlines/428881-court-martial-convicts-general-who-complained-of-inadequate-equipment-to-fight-boko-haram.html>. Acesso em: 13 jun. 2023.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control**. Princeton University Press, 2014.

HIGAZI, Adam. Mobilisation into and against Boko Haram in North-East Nigeria,” In: **Collective Mobilisations in Africa**, (ed.) TALL, Kadya, POMMEROLLE, Marie-Emmanuelle; CAHEN, Michel, Leiden: Brill, 2015.

HIGAZI, Adam *et al.* A Response to Jacob Zenn on Boko Haram and al-Qa’ida,. **Perspective on Terrorism**, Vol. 12, n.02, p. 203-213, 2018.

HOECHNER, Hanna. TRADITIONAL QURANIC STUDENTS (ALMAJIRAI) IN NIGERIA: FAIR GAME FOR UNFAIR ACCUSATIONS? In: MONTCLOS, Marc-Antoine (ed.). **Boko Haram: Islamism, politics, security and the state in Nigeria**. New edition [online]. Leiden, Ibadan: IFRA-Nigeria, 2014.

HILL, Jonathán. **Nigeria Since Independence**. Forever Fragile? Palgrave MacMillan. New York, 2012.

HUDSON, Cameron. **Why Are Foreign Powers Scrambling to Court Africa**. Center for Strategic and International Studies, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/why-are-foreign-powers-scrambling-court-africa>. Acesso em: 09 ago. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“They Didn’t Know if I Was Alive or Dead” Military Detention of Children for Suspected Boko Haram Involvement in Northeast Nigeria**. Set, 2019. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/nigeria0919_web.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Nigeria: Boko Haram Abducts Women, Recruits Children**. 19 set. 2013. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2013/11/29/nigeria-boko-haram-abducts-women-recruits-children>. Acesso em 20 jul. 2023.

HUSTED, et. al. **Sub-Saharan Africa: Overview and U.S. Engagement**. Congressional Research Service, 21 jul. 2023.

IBRAHIM, Abubakar. North-Eastern Nigeria from the 19th Century: A Unit of Historical Study. Conference: Historical Society of Nigeria Summit on the History of North-Eastern Nigeria at Taraba State University, Jalingo, set. 2012.

ICIR. **Boko Haram: Army To Begin Rotation Of Troops In North East**. Editorial, 22 jan, 2016. Disponível em: <https://www.icirnigeria.org/boko-haram-army-to-begin-rotation-of-troops-in-north-east/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

IBABA, Ibaba. *A Century After. Is Nigeria a Failed State?* **Department of Political Science**, Niger Delta University, Port Harcourt, 2014.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Cameroon: confronting Boko Haram*. Crisis Group Africa Report, n.241, 16 nov. 2016. Disponível em: <https://www.justice.gov/eoir/page/file/959046/download>. Acesso em: 19 abr. 2023.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index, 2015**. Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/maps/global-terrorism-index/#/>. Acesso em: 14 de abr. 2019.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index, 2023**. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/global-terrorism-index-2023>. Acesso em: 23 de mai. 2023.

IRO, Dan. **How Corrupt Army Commanders Undermine Fight Against Boko Haram**”, International Centre for Investigative Reporting (ICIR), May 5, 2014. Disponível em: <https://www.icirnigeria.org/how-corrupt-army-commanders-undermine-fight-against-boko-haram/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Facing the Challenge of the Islamic State in West Africa Province**. Africa Report n°273, 16 mai. 2019. Disponível em: <https://icg-prod.s3.amazonaws.com/273-facing-the-challenge.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Tracking Conflict Worldwide*. 2023. Disponível em: https://www.crisisgroup.org/crisiswatch/database?page=1&location%5B0%5D=27&%3Bdate_range=last_12_months&%3Bfrom_month=01&%3Bfrom_year=2016&%3Bto_month=01&%3Bto_year=2016. Acesso em: 08 ago. 2023.

JEGA, Attahiru. *Organizing for Popular Democratic Change in Nigeria: Options and Strategies for Consideration*. In: **Strategic Planning Workshops on Democratic Development in Nigeria: Report of Proceedings**. London: Centre for Democracy and Development, 1997.

JOSUA PROJECT. *Yerwa Kanuri in Nigeria*. Disponível em: https://joshuaproject.net/people_groups/12509/NI. Acesso em: 12 abri. 2023.

JUAN, Alexander; HANZE, Niklas. *Climate and Cohesion – The Effects of Droughts on Intra-Ethnic and Inter-Ethnic Trust*. manuscript, Osnabrück: University of Osnabrück, 2019.

KALYVAS, Stathis. *Jihad Rebels in Civil Wars*. **Daedalu**, vol. 147, n. 1, pp. 36-47, 2018.

KAMTA, Frederic; AZADI, Hossein; SCHEFFRAN, Jurgen. *The Root Causes of the Crisis in Northeast Nigeria: Historical, Socioeconomic and Environmental Dimensions*. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, vol.11, n.03, 95, mai. 2020.

KASSIM, Abdulbasit; NWANKPA, Michael (eds). **The Boko Haram Reader: From Nigerian Preachers to the Islamic State**. SHEKAU, Abubakar. *Message to the Umma*, 06 mai. 2014, Oxford University Press, 2018.

KINDZEKA, Moki. *Lake Chad Basin Joint Task Force: Thousands of Boko Haram Militants Surrender*. VOA News. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/lake-chad-basin-joint-task-force-thousands-of-boko-haram-militants-surrender-/6265862.html>. Acesso em: 06 ago. 2023.

KIRWIN, Matthew. **Popular Perceptions Of Shari'a Law In Nigeria**. Afrobarometer Briefing Paper No. 58, fev. 2009.

LAMB, Robert. **Ungoverned Areas and Threats from Safe Havens!** Office of the Under Secretary of Defense for Policy, 2008.

LAWANSON, Akanni; OLANYIAN, Olanrewajo. **Health Expenditure and Health Status in Northern and Southern Nigeria: A Comparative Analysis Using National Health Account Framework**. African Journal of Health Economics, Vol. 2 (1) p.31-46, 2018.

LEWIS, Peter. **Identity, Institutions and Democracy in Nigeria**. Afrobarometer, Working Paper, n.68, 2007.

LEIGH, Jane. **The Dragon's Game in the Sahel**. African Center for the Constructive Resolution of Disputes, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://www.accord.org.za/analysis/the-dragons-game-in-the-sahel/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

LOIMEIER, Roman. The Development of a Militant Religious Movement in Nigeria. **Africa Spectrum**, 2012, Vol. 47, No. 2/3, p. 137-155, 2012.

LOURENÇO, Nelson. Globalização e glocalização. O difícil diálogo entre o global e o local. **Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais**, 4 (8), 2014.

LOVEJOY, Paul; HOGENDORN, J. Revolutionary Mahdism and Resistance to Colonial Rule in the Sokoto Caliphate, 1905-6. **The Journal of African History**, Vol. 31, n.02, p. 217-244, 1990.

MARRET, Jean-Luc. Al-Qaeda in Islamic Maghreb: A “Glocal” Organization. **Studies in Conflict & Terrorism**. N.31 (6): p.541–552, 2008.

MAEACHERN, Scott. **Searching for Boko Haram: A History of Violence in Central Africa**. New York, Oxford U.P, p. 233, 2018.

MAGRIN, Géraud; MONTCLOS, Marc. **“Crisis and development. The Lake Chad Region and Boko Haram”**. Agence Francaise de Development, 2018.

MAcLEAN, Ruth; ALFA, Ismail. Thousands of Boko Haram Members Surrendered. They Moved In Next Door. The New York Times, 23 set. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/23/world/africa/boko-haram-surrender.html>. Acesso em: 06 ago. 2023.

McGREGOR, Andrew. **Nigerian Army Abandons Peacekeeping Missions in Mali and Darfur to Combat Boko Haram**. Jamestown Foundation, 09 ago. 2013. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/5204fb024.html>. Acesso em: 09 fev. 2021.

MAHAMADOU, Maman; FOUCHER, Vincent. **Boko Haram in the Lake Chad Basin: The Bakura Faction and its Resistance to the Rationalisation of Jihad**. Megatrends Afrika. Policy Brief 08.

MAHMOOD, Omar; ANI, Ndubuisi. **Factional Dynamics within Boko Haram**. ISS Research Report, jul. 2018. Disponível em: <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/2018-07-06-research-report-2.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MANDANI, Mahmood. **Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1996.

MARWAH, Hannan. (2014). **What explains slow sub-Saharan African growth?** Revisiting oil boom-era investment and productivity in Nigeria's national accounts, 1976–85. *Economic History Review*, 67(4), p.993–1011.

MAZRUI, Ali. **The African Condition: A Political Diagnosis**. London: Cambridge University Press, 1980.

MEEK, C. K. The Niger and the Classics: the History of a Name. **The Journal of African History**, 1(01), 1, p.01-17, 1960.

MOHAMMED, Kyari. **The message and methods of Boko Haram**. In: MONTCLOS, Marc-Antoine. *Boko Haram: Islamism, politics, security and the state in Nigeria*. Leiden, Ibadan: IFRA-Nigeria, 2014

MONTCLOS, Marc-Antoine. **Rethinking the response to jihadist groups across the Sahel**. Chatham House. Africa Programme, Research Paper, mar. 2021.

MOORE, Adam; WALKER, James. Tracing the U.S. Military's Presence in Africa. **Geopolitics**, 21(3), p.686-716, 2016.

MOUMOUNI, Seyni. *Uthman (Osman) dan Fodio (1754–1817): Life and Religious Philosophy*. Oxford University Press, 2021.

MULTINATIONAL JOINT TASK FORCE. **About the Force**. Disponível em: <https://mnjtfmm.org/about/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MUDIMBE, Valentin. **The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

MUSTAPHA, Abdul. **Ethnic Structure, Inequality and Governance of the Public Sector in Nigeria**. Democracy, Governance and Human Rights Programme Paper Number 24, 2005.

NANTULYA, Paul. *Africa's Role in China's Multilateralism Strategy*. Africa Center for Strategic Studies, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/africa-china-multilateralism/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

NAFZINGER, Wayne. The political economy of disintegration in Nigeria. *The Journal of Modern African Studies*, 11(4), p.505-536, 1973.

NEWS RESCUE. *Nigeria: Top Level Sabotage Behind Military and Civilian Casualties in Boko Haram War – Military Sources*. 13 mai. 2013. Disponível em: <https://newsrescue.com/nigeria-top-level-sabotage-behind-military-and-civilian-casualties-in-boko-haram-war-military-sources/#ixzz3G2wkGqbf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

NJOKU, Geoffrey. Children adjust to life outside Nigeria's Almajiri system. UNICEF/Nigeria, 17 set. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/nigeria/stories/children-adjust-life-outside-nigerias-almajiri-system>. Acesso em: 20 abr. 2021.

NNAM, et al. Boko Haram Terrorism and Human Security in Nigeria: Matters Arising, **Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma**, p.1-22, 2020.

NNOLI, Okwudiba. **Ethnic Politics in Nigeria**. Enugu: Fourth Dimension Publishers, 1978.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS. **The National Literacy Survey (2010)**. Disponível em: <https://www.nigerianstat.gov.ng/pdfuploads/National%20Literacy%20Survey,%202010.pdf>. Acesso em: 04 fev, 2021.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS (2020). **Nigerian Gross Domestic Product Report**. Disponível em: file:///C:/Users/Conrado/Downloads/GDP_Report_Q3_2020.pdf. Acesso em: January, 31, 2021.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS (2020). **Demographic Statistics Bulletin 2020**. Disponível em: <https://nigerianstat.gov.ng/elibrary/read/1241121>. Acesso em: 31 jan. 2021.

NEWMAN, Paul. The etymology of Hausa boko, Nanterre, mega-Chad research network, 2013.

NWANKWO, Cletus. Religion and Voter Choice Homogeneity in the Nigerian Presidential Elections of the Fourth Republic. **Statistics, Politics, and Policy** 10(1), 2019.

OARHE, Osumah. Responses of the Nigerian Defense and Intelligence Establishments to the Challenge of Boko Haram. In: **Boko Haram: Anatomy of a crisis**, (ed) MANTZIKOS, Ioannis. e-International Relations (e-IR), 2013.

OGUNYEMI, Adetunji. Historical Evidence of Corruption in Colonial Nigeria: An Analysis of Financial Records in the Decolonisation Period, 1950–1960. **Journal of Asian and African Studies**, vol .51, n.01, 2014.

OFFELEN, Catherine. Les lendemains désenchantés de Barkhane: la présence française au Sahel en question. *Conflits – Revue de Geopolitique*, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://www.revueconflits.com/les-lendemains-desenchantes-de-barkhane-la-presence-francaise-au-sahel-en-question/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

OCDE. The OECD DAC Handbook on Security System Reform (SSSR) - Supporting Security And Justice, 25 fev. 2008. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/development/the-oecd-dac-handbook-on-security-system-reform_9789264027862-en. Acesso em: 15 ago. 2023.

OGBOGU, Jennifer. Analysing the Threat of Boko Haram and the ISIS Alliance in Nigeria. **Counter Terrorist Trends and Analyses**, Vol. 7, No. 8 p.16-21, set. 2015.

OHCHR. **Boko Haram**. Human Rights Council, 01 jul, 2015. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2015/07/boko-haram>. Acesso em: 19 abr. 2021.

OJO, Emmanuel. Nigeria, 1914-2014: From Creation to Cremation? **Journal Of The Historical Society Of Nigeria**, vol. 23, p. 67-91, 2014.

OKENZIE, C; AMIR, Baharuddin. Economic crossroads: The experiences of Nigeria and lessons from Malaysia. **Journal of Development and Agricultural Economics**, vol. 3(8), pp. 368-378, 2011.

OKO, Edindiong; UFOMBA, Henry; BENJAMIN, Washington. Is Nigeria a Failed State? A Commentary on the Boko Haram Insurgency. **Global Journal Human Social Science**, vol. 18, n.05, 2018.

OLANIYAN, Azeez; ASUELIME, Lucky. Boko Haram Insurgency and the Widening of Cleavages in Nigeria. Boko Haram Insurgency and the Widening of Cleavages in Nigeria, **African Security**, 7:2, p.91-109, 2014.

OMODOVO, A. S. (2014). Insurgency, Counter-Insurgency and Human Rights Violations in Nigeria, **The Age of Human Rights Journal**, 3: 46–62, dez. 2014.

ONUOHA, Freedom. The audacity of the Boko Haram: Background, analysis and emerging trend. **Security Journal** 25(2): p.134-151, 2012.

ONUOHA, Freedom. “**Boko Haram and the Evolving Salafi Jihadist Threat in Nigeria**,” In: MONTCLOS, Marc Antoine Pérouse (ed). Boko Haram: Islamism, Politics, Security, and the State in Nigeria, Leiden: African Studies Centre, 2014.

OMENI, Akali. **Insurgency and War in Nigeria: Regional Fracture and the Fight Against Boko Haram**. London, I.B Tauris, 2020.

ONHUOHA, Freedom; OYEWOLE, Samuel. **Anatomy of Boko Haram: The Rise and Decline of a Violent Group in Nigeria**. Al Jazeera reports, 22 abr. 2018. Disponível em: https://studies.aljazeera.net/sites/default/files/articles/reports/documents/4f179351e3244e1882a6033e0bf43d89_100.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

OSAGHAE, Eghosa. **Structural adjustment and ethnicity in Nigeria**. Uppsala, Sweden: Nordic Africa Institute, 1995.

OSAGHAE, Eghosa. **Crippled Giant: Nigeria since independence**. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

OSTIEN, Philip. **Percentages by Religion of the 1952 and 1963 Populations of Nigeria’s Present 36 States**. NRN BACKGROUND PAPER NO. 1, 2012.

OSUALA, Uzoma; MUOH, Obinna. The Doldrums of Nigeria’s Amalgamation: A Historical Re-Appraisal. **Research on Humanities and Social Sciences**. vol.5, n.22, 2015.

OSTEBO, Terje. **The Virtual Significance of Boko Haram’s Pledge of Allegiance to ISIS**. *The Conversation*, mar. 19, 2015. Disponível em: <https://theconversation.com/the-virtual-significance-of-boko-harams-pledge-of-allegiance-to-isis-38690>. Acesso em: 06 ago. 2023.

PEARSON, Elizabeth; ZENN, Jacob. Boko Haram, the Islamic State, and the Surge in Female Abductions in Southeastern Niger. International Center for Counter-Terrorism (ICCT) Research Paper. Fev. 2021.

PHILIPS, John. Boko Haram: Context, Ideology and Actors. **Revista de ciencias humanas y sociales**. Dossier, Al Irfan, nº 4, 2018.

PREMIUM TIMES. **Borno Govt. to train 5,000 ‘civilian JTF’ by 2015. 28 out, 2013.** Disponível em: <http://www.premiumtimesng.com/news/top-news/147407-borno-govt-train-5000-civilian-jtf-2015.html>. Acesso em: 24 jun. 2023.

RAMPE, William. What Is Russia’s Wagner Group Doing in Africa? Council on Foreign Relations. Disponível em: <https://www.cfr.org/in-brief/what-russias-wagner-group-doing-africa>. Acesso em: 06 ago. 2023.

REID, Richards. **A history of modern Africa: 1800 to the present**. 2o ed. John Wiley & Sons Limited, 2012.

ROBERTSON, Roland. Globalisation or glocalisation? **Journal of International Communication**, 1(1), p.33–52, 1994.

ROBERTSON, Roland, Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity», in Mike Featherstone, Scott Lash e Roland Robertson (eds.). **Global modernities**. Londres, Sage Publications, pp. 25-44, 1995.

ROBERTSON Roland. The conceptual promise of glocalization: Commonality and diversity. **ART e FACT**, Janeiro, n.º 4, 2003.

RONCZKOWSKI, Michael. R. **Terrorism and Organized Hate Crime: Intelligence Gathering, Analysis, and Investigations** (4th ed.). CRC Press, Taylor & Francis Group, 2018.

SALAAM, Abee. **The Psychological Make-up of Mohammed Yusuf. E-international relations**. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2013/11/04/the-psychological-make-up-of-mohammed-yusuf/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SALKINDA, Ahmad. “**Different Strokes for Governor Sheriff’s Second Term,**” Daily Trust, 8 Feb 2009. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/200902090506.html>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SBM. **Soldiers fighting Boko Haram have reached breaking point**. Analysis, Reports, Research. 28, out, 2020. Disponível em: <https://www.sbmintel.com/2020/10/video-soldiers-fighting-boko-haram-have-reached-breaking-point/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SEARCY, Kim. “**All Politics is Local: Understanding Boko Haram**”, Origins: Current Events in Historical Perspective, abr, 2016. Disponível em: https://origins.osu.edu/article/all-politics-local-understanding-boko-haram?language_content_entity=en. Acesso em: 22 abr. 2023.

SAINT-PIERRE, Héctor. 11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. **Revista de Sociologia e Política**, vol.23, n. 53, p. 09-26, mar. 2015

SOPKO, John. What We Need to Learn: Lessons from Twenty Years of Afghanistan Reconstruction. **Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction – SIGAR**. Arlington, ago. 2021.

PELLERIN, Mathieu. Les violences armées au Sahara. Du djihadisme aux insurrections? **Études De l’IFRI**, IFRI. Paris: Institut français des relations internationales, 2019.

- PERHAM, Margery. **Native Administration in Nigeria**, Oxford U.P., 1937.
- PIERI, Zacharias. **Boko Haram and the Drivers of Islamist Violence**, **Routledge**, New York, 2019.
- PIERI, Zacharias; Zenn, Jacob. The Boko Haram Paradox: Ethnicity, Religion, and Historical Memory in Pursuit of a Caliphate, **African Security**, 9:1, p.66-88, 2016.
- PIESSE, Mervyn. **Boko Haram: Exacerbating and Benefiting From Food and Water Insecurity in the Lake Chad Basin**. Global Food and Water Crises Research Programme, Strategic Analysis Paper, set, 2017. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/nigeria/boko-haram-exacerbating-and-benefiting-food-and-water-insecurity-lake-chad-basin>. Acesso em: 21 de mai. 2021.
- RAPHAEL, Eze; JAMES, Agena. **Nigeria Security Challenges and the Role of Non-Conventional Security Outfit in the War against Terrorism: A Study of the Civilian Joint Task Force (CJTF) on the War Against Boko Haram in the North East of Nigeria**. **Scholars Journal of Arts, Humanities and Social Sciences**. 4(5A): 473–481, 2016.
- RIBADU, Nuhu. **Capital Loss. Corruption, and the Role of Western Financial Institutions**, Hearing before the Committee on Financial Services of the US House of representatives, 111th Congress (First Session), May 19, 2009.
- SAMBANIS, Nicholas. **Terrorism and Civil Wars**. In: KEEFER; LOAYZA (eds). **Terrorism, Economic Development, and Political Openness**. Cambridge University Press, 2008.
- SAMUEL, Malik. **Economics of Terrorism in Lake Chad Basin: Islamic State West Africa Province is proving its economic resilience by generating income from obliging local communities**. Institute for Security Studies 10 jul, 2019. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/economics-of-terrorism-in-lake-chad-basin>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- SAVELL, Stephanie. **United States Counterterrorism Operations 2018–2020**. Costs of War. Fevereiro, 2021. Disponível em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/papers/2021/USCounterterrorismOperations>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- SCHMID, Alex; EASSON, Joseph. **250-plus Academic, Governmental and Intergovernmental Definitions of Terrorism (Mais de 250 definições acadêmicas, governamentais e intergovernamentais de terrorismo)**. In: *The Routledge Handbook of Terrorism Research [Manual Routledge de Pesquisa sobre Terrorismo]*. (ed) Schmid. Londres e Nova York, 2011.
- SIOLLUN, Max. **Boko Haram: Six Reasons Why the Nigerian Militant Group Is So Powerful**. **The Guardian**, 14 mai, 2014. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2014/may/14/boko-haramwhy-nigerian-militant-group-powerful>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- SEDGWICK, Mark. **Jihadism, Narrow and Wide: The Dangers of Loose Use of an Important Term**. **Perspectives on Terrorism**, vol. 09, No. 2, p. 34-41, april, 2015.
- SHETTIMA, Kashim. **Ecology, identity, developmentalism and displacement in northern Nigeria**. **Journal of Asian and African Studies**, 32 (1-2), p.66-80, 1997.
- SMITH, Mike. **Boko Haram: Inside Nigeria's Unholy War**. London:Tauris, 2016.

STEINERT, Christoph; STEINERT, Janina; CAREY, Sabina. Spoilers of peace: Pro-government militias as risk factors for conflict recurrence. **Journal of Peace Research**, vol.56, n.02, p.249–263.

STODDARD, Edward. Competitive Control? ‘Hearts and Minds’ and the Population Control Strategy of the Islamic State West Africa Province. **African Security**, vol. 16, n.01, p.32–60, 2023.

SULEIMAN, Muhammad; BELLO, Tukur. Civilian Joint Task Force as a Supplementary Force in the Boko Haram Conflict in the Lake Chad Region. **Political Science (NAJOPS)**, Vol. 8(2), p.50-59, 2023.

LADAN, Suleiman. Forests and Forest Reserves as Security Threats in Northern Nigeria. *European Scientific Journal*, vol.10, n.35, p.1857 – 7881, dez, 2014.

THE AVALON PROJECT (2001). **Attack on America Africa and the War on Global Terrorism** - Hearing Before the Subcommittee on Africa of the Committee on International Affairs; November 15, 2001. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/sept11/susan_rice_001.asp>. Acesso em: 02 de out. 2016.

THE CABLE. **Don’t be cowards... defend yourselves against bandits, minister tells Nigerians**. 17 fev. 2021. Disponível em: <https://www.thecable.ng/dont-be-cowards-defend-yourselfes-against-bandits-minister-tells-nigerians>. Acesos em: 13 mar. 2021.

THE GUARDIAN (2014). **Nigeria becomes Africa's largest economy – get the data**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/datablog/2014/apr/07/nigeria-becomes-africa-largest-economy-get-data>. Acesso em: 30 jan, 2021.

THE WORLD BANK. **Military expenditure (current USD) – Nigeria**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?locations=NG>. Acesso em: 17 ago. 2021.

THE WORLD BANK. **GDP growth (annual %)**. 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2022&start=2001>. Acesso em: 09 ago. 2023.

THEISEN, Oleg. Climate Change and Violence: Insights from Political Science. *Current Climate Change Reports*, vol. 03, p. 210–221, 2017.

THE MEIR AMIT INTELLIGENCE AND TERRORISM INFORMATION CENTER. Wave Of Orchestrated ISIS Terrorist Retaliation Attacks Around the Globe: Overview and Assessment. 14 abr. 2019. Disponível em: <https://www.terrorism-info.org.il/en/wave-orchestrated-isis-terrorist-retaliation-attacks-around-globe-overview-assessment/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

THURSTON, Alex. **‘The disease is unbelief’: Boko Haram’s religious and political worldview**. The Brookings Project on U.S. Relations with the Islamic World, Analysis Paper, No. 22, Jan. 2016.

THURSTON, Alex. **Boko Haram: the history of an African jihadist movement**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

UCHE, Ukaonu. **Sociology of Nigeria Education for Universities and Colleges in Nigeria**. Owerri: CAJEC Publications, 1984.

UDOSEN et al. (2009). Fifty Years of Oil Exploration in Nigeria: the Paradox of Plenty. **Global Journal of Social Sciences**, vol.08, n.02.

UMAR, Sani; EHRHARDT, David. **Pathways to Radicalization: Life Histories of JAS Members**, Abuja, NSRP, 2015.

UMAR, Yusuf. The Role of Civilian Joint Tasks Force in Tackling the Boko Haram Problems in Borno State. **Al-Mahram: International Journal of Centre for Trans-Saharan Studies**, vol VI, 2014.

UMAR, Muhammad Sani. 'The Popular Discourses of Salafi Radicalism and Salafi Counter-radicalism in Nigeria: A Case Study of Boko Haram.' **Journal of Religion in Africa** 42 (2): p.118–144, 2012.

UNDP. Journey to Extremism in Africa. **United Nations Development Programme**, Regional Bureau for Africa, 2017, New York, NY. Disponível em: <https://journey-to-extremism.undp.org/enter>. Acesso em: 30 abr. 2021.

UNDP. **UNDP trains vigilantes and Civilian Joint Task Force members in human rights and leadership**, 09 jul, 2019. Disponível em: <https://www.undp.org/nigeria/news/undp-trains-vigilantes-and-civilian-joint-task-force-members-human-rights-and-leadership>. Acesso em: 23 jun. 2023.

UNHCR. **Sahel Operation: Nigeria Crisis, 2014**. Disponível em: file:///C:/Users/Conrado/Downloads/NigeriaSituationOverview-Regional_February_2014.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

UNICEF. **Civilian joint task force in northeast Nigeria signs action plan to end recruitment of children**. 15 set. 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/civilian-joint-task-force-northeast-nigeria-signs-action-plan-end-recruitment>. Acesso em: 02 fev. 2021.

UNICEF. **Coverage and content of care for pregnant women**, 2016. Nigeria equity profile. Available at: <https://www.unicef.org/nigeria/media/1636/file/Nigeria-equity-profile-health.pdf>. Retrieved: February, 04, 2021.

UNICEF. **UNICEF reacts to UN delisting of CJTF from list of organizations using and recruiting children in armed conflict**. 18 out, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/nigeria/press-releases/unicef-reacts-un-delisting-cjtf-list-organizations-using-and-recruiting-children>. Acesso em: 12 jul. 2023.

UNICEF. "Devastating Reality": 9 years after Chibok abductions, children in Northeast Nigeria continue to suffer the brutal consequences of conflict, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/devastating-reality-9-years-after-chibok-abductions-children-northeast-nigeria>. Acesso em: 31 jul. 2023.

UN-WATER. Knowledge Bank. **Shrinking Lake Chad humanitarian impacts**. Disponível em: https://www.un.org/waterforlifedecade/waterforlifevoices/cases_fao_lake_chad.shtml. Acesso em: 16 fev. 2021.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Journey to Extremism in Africa: Drivers, Incentives and the Tipping Point for Recruitment**. 7 September, 2017. Disponível em:

<https://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/pressreleases/2017/09/07/vers-lextremsisme-violent-en-afrique.html>. Acesso em: 07 fev. 2021.

U.S DEPARTMENTE OF STATE. **Secretary Antony J. Blinken Before Virtual Meeting with Nigerian President Muhammadu Buhari and Foreign Minister Geoffrey Onyeama**, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-antony-j-blinken-before-virtual-meeting-with-nigerian-president-muhammadu-buhari-and-foreign-minister-geoffrey-onyeama/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

U.S DEPARTMENT OF STATE. **Nigeria**. Integrated Country Startegy, 23 jun. 2023. Disponível em: https://www.state.gov/wp-content/uploads/2023/07/ICS_AF_Nigeria_Public.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.

VANGUARD. **Again, 135 Boko Haram members surrendered to troops in North East**. Disponível em: <https://www.vanguardngr.com/2023/04/again-135-boko-haram-members-surrendered-to-troops-in-north-east/>. Acesso em: 31 abri. 2023.

VOA NEWS. **Niger Says Army Killed 40 Boko Haram Fighters on Lake Chad Islands**. 25 mai, , 2022. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/army-killed-40-boko-haram-fighters-on-lake-chad-islands-niger-says-army-killed-40-boko-haram-fighters-on-lake-chad-islands-niger-says-6590058.html>. Acesso em: 19 de jun. 2023.

WALKER, Andrew. “What is Boko Haram?” Special Report, US Institute of Peace, June 2012.

WALKER, Andrew. **Join Us or Die: the birth of Boko Haram**. The Guardian, 4 fev. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/feb/04/join-us-or-die-birth-of-boko-haram>. Acesso em: 12 jan. 2021.

WARNER, Jason; MATFESS, Hillary. **Exploding stereotypes: The unexpected operational and demographic characteristics of Boko Haram’s suicide bombers**. Combating Terrorism Center, 2017.

WIKILEAKS. **Leaked cable from U.S. Embassy Abuja**, “Politics of Nigeria’s Northern Borno State,” 3 November 2009. Disponível em: www.wikileaks.org/plusd/cables/09ABUJA2013_a.html. Acesso em: 02 abr. 2022.

WILLIAMS, Daniels; GUTTSCHUSS, Eric. **Spiralling Violence: Boko-Haram Attacks and Security Force Abuses in Nigeria**. New York: Seven Stories Press, 2012.

WIKTOROWICZ, Quintan. **Anatomy of the Salafi Movement**. *Studies in Conflict & Terrorism*, 29:3, p.207-239, 2006.

YIN, Robert. **Case Study research – Design and Method**. Sage Publications, 3ed, 2003.

ZARTMAN, Ira. “**The Politics of Boundaries in North and West Africa**.” *Journal of Modern African Studies*, III, 2, p. 155-73, 1965.

ZENN, Jacob. The Al-Qaeda Accelerant in Boko Haram's Rise. **CIWAG Irregular Warfare Studies**, jun. 2017.

ZENN, Jacob. The Islamic State's Provinces on the Peripheries: Juxtaposing the Pledges from Boko Haram in Nigeria and Abu Sayyaf and Maute Group in the Philippines. **Perspectives on Terrorism**, Vol. 13, No. 1, p. 87-104, 2019.

ZENN, Jacob; Pieri, Zacharias. How much Takfir is too much Takfir? The Evolution of Boko Haram's Factionalization. **Journal for Deradicalization**, n.11, p.281-308, 2017.

ZIMET, Patrick. **Boko Haram Evolving Relationship With al-Qaeda**. Geneva Center for Security Policy, Disponível em: <https://www.gcsp.ch/global-insights/boko-harams-evolving-relationship-al-qaeda>. Acesso em: 06 ago. 2023.

ZUHUMNAM, Dapel. **Poverty in Nigeria: Understanding and Bridging the Divide between North and South**. Center for Global Development. Disponível em: <https://www.cgdev.org/blog/poverty-nigeria-understanding-and-bridging-divide-between-north-and-south>. Acesso em: 27 jan. 2021.